

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

ILMA PEREIRA DOS SANTOS

Tecendo redes e resistência: o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós pandemia por COVID-19

São Paulo
2025

Ilma Pereira Dos Santos

Tecendo redes e resistência: o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós pandemia por COVID-19

Dissertação apresentado à Banca Examinadora da Pontifica Universidade Católica De São Paulo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social para a Defesa, nível de Mestrado sob a orientação da professora Dra. Maria Carmelita Yazbek e Coorientação do Professor Dr. Alan de Loiola Alves.

São Paulo
2025

SANTOS, Ilma Pereira dos

Tecendo redes e resistência: o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós pandemia por COVID-19/ Ilma Pereira dos Santos/ São Paulo.

Orientadora: Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek – Coorientador

Professor Dr. Alan de Loiola Alves.

São Paulo, 2025. p. 187

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo

1. Violência sexual contra Criança e Adolescente
2. Rede de Proteção
3. Pandemia por COVID-19

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek
(Orientadora) Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo – PUCSP

Prof. Dr. Alan de Loiola Alves (Coorientador)
Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Campus de Franca - São
Paulo

Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo – PUCSP

Profa. Dra. Edna Ferreira – Universidade
Federal de São Paulo – UNIFESP Campus
Guarulhos - Programa de Educação e Saúde

São Paulo, 17 de novembro 2025

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo financiamento da bolsa parcial de mestrado - código de financiamento 001 - Processo nº. 88887.894620/2023-00

Grateful to the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) for funding the partial master's scholarship - funding code 001- under process no. 88887.894620/2023-00.

Dedico esta Dissertação de Mestrado em Serviço Social às minhas filhas: Adriana dos Santos Silva, Carolina dos Santos Costa e Amanda dos Santos Silva. Obrigada por serem minha inspiração, por chegarem na minha vida e me dar outro sentido para romper as dificuldades e as limitações estruturais e emocionais, vocês são o melhor de mim. Dedico também às minhas netas Nathalie e Sophia e meu neto Benício. Olhar para eles me faz acreditar que todo esforço é pouco para vencer limites e superar obstáculos. “Os filhos da juventude são como flechas na mão do valente” (Salmo 127:4). Tenho certeza de que vocês chegarão muito mais longe do que eu alcancei, porque eu lanço minhas flechas de um lugar mais à frente do que os meus pais me lançaram.

*Descobri que a saudade não é ausência,
é outra forma de presença
a mais íntima,
a mais eterna.*

*E adormeci em paz,
com teu nome bordado na alma,
silencioso,
doce,
imortal.*

Gentil Pereira dos Santos, agosto de 2025.

AGRADECIMENTOS

*A Deus, pois é Nele que encontro força para continuar. “Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos [...]” (Atos 17:28).
“É Ele quem dá sabedoria ao sábio e conhecimento aos entendidos”, (Daniel 2:21)*

Minha lista de agradecimento é longa, mas não posso deixar de agradecer às pessoas que fazem parte da minha trajetória de vida e de existência, e que foram importantes para esta escrita. Agradeço às minhas guerreiras, a minha irmã Ilza Pereira dos Santos (*in memoriam*) que partiu em uma manhã de sexta-feira no dia 01 de novembro de 2019, e que me ensinou tanto em sua partida como em vida, sua amizade, apoio e seu carinho guardo comigo todos os dias. Se me dissessem que haveria vida após o luto eu não acreditaria, mas hoje estou aqui finalizando esta pesquisa, e acreditando que encontrei muitas Ilzas no meu caminho, mulheres que me inspiram, mulheres que precisam de mim e que preciso delas.

À minha mãe guerreira Delfina Pereira dos Santos (*in memoriam*),

Parte mais uma guerreira! É Dézinha, como carinhosamente a chamávamos era uma grande guerreira e especialmente no seu tempo mais jovem quando viveu no Mingu - Carnaubeira! Ela era muito forte e valente; tanto labutando no cabo da enxada, como carregando lenha ou os pesados potes d'água pra suprir as necessidades básicas da família em tempo de muita seca!

Nunca fugia a luta, mas estava sempre disposta e disponível ao lado da mãe enfrentando as agruras do Sertão! Mas para mim especialmente, foi minha heroína, como irmã mais velha, pois um dia quando na minha inocência infantil brincava com uma cobra coral que se enrolara por todos os meus dedos da mão, ela veio mansa e sabiamente como um anjo protetor e deu um tapa tão grande na minha mão que a cobra voou longe de mim. Ela me deu o TAPA DA VIDA que me livrou da morte instantânea naquele tempo e lugar sem nenhum recurso médico!

Quando a mãe ganhou uma Bíblia do Tio Manoel Luiz e a lia para todos nós, a Dezinha gostava de pedir para a mãe repetir os nomes mais exóticos e incomuns das passagens bíblicas pois os achava muito engraçados e ria gostosamente! A Dezinha também sempre se admirava com a extraordinária fé da mãe e dos constantes milagres divinos da provisão precisa e necessária para cada dia de nossa sofrida permanência no Sertão após a vinda de nosso pai para São Paulo! Depois, como todos nós, veio para São Paulo onde bravamente continuou sua luta onde criou e educou seus filhos juntamente com o Cazuza, em meio a muitas provações e dolorosas perdas, mas nunca perdeu as forças, a dignidade e a disposição de lutar pela vida!

Agora parte e deixa muitas lembranças e saudades, mas sempre será lembrada como uma autêntica guerreira! Em nós deixa um misto de alegria e tristeza. Tristeza pela falta que fará, mas alegria por saber que cumpriu seu nobre papel e que agora descansa nos braços do Pai Eterno. Meus sinceros sentimentos a todos os irmãos, filhos e netos! (mensagem de whatsapp, 13 de agosto de 2020).

Agradeço às minhas filhas Adriana dos Santos Silva, Carolina dos Santos Silva e Amanda dos Santos Silva pelo amor e cuidado dedicado todos os dias, e aos meus genros, Tiago Silva Sebastião, James do Nascimento Costa e Davi Hideo, sou muito grata pelo carinho recebido, sempre dispostos a me socorrer, me ajudar. Agradeço às minhas netas, Nathalie dos Santos Silva e Sophia dos Santos Costa, e ao meu neto Benicio dos Santos Costa pelo amor incondicional que conheci com a chegada deles.

Agradeço ao meu pai, José Moreno dos Santos, por acreditar e me incentivar, por celebrar comigo cada pequena vitória, por ser meu exemplo de fé e lealdade, por me defender dos predadores sexuais que passaram no meu caminho enquanto eu era criança (hoje eu entendo isso), por não ter faltado o afeto, alimento principal que nutre alma e espírito. Obrigada, pai, espero ter você comigo por muitos anos!

Aos meus irmãos: Gentil Pereira dos Santos, Gilmar Pereira dos Santos e Daniel Pereira dos Santos, pela cumplicidade de todos esses anos, por estarem comigo nos meus piores dias e nos melhores também. O que seria de mim sem vocês?! Às minhas cunhadas e amigas, Rosangela Leite dos Santos, Luana Ferreira Souza dos Santos e Ana Claudia Silvestre, por estarem com eles dando significado às suas vidas

Aos meus sobrinhos, Arthur dos Santos Almeida Tatay e sua esposa Gabriela Torres dos Santos Gonzalez Tatay, Wellington Almeida Santos e Ana Julia Ramos, Caio Vinicius Leite dos Santos e Luiza da Costa Paiva Santos, Jessica Cristina Santos Félix, Bruno Félix Boscariol e a pequena Giovana Santos Félix, os gêmeos Guilherme Leite dos Santos e Gustavo Leite dos Santos, ao Fabio Rafael da Silva, e os pequenos Lucca Souza dos Santos, Valentina Kayla Borges, Helena Silvestre e Isabelle Silvestre, obrigada por tanto, pelas chamadas inesperadas, mensagens surpresas, o carinho... como eu amo vocês, cada um com seu jeitinho dizendo “Tia Ilma, eu quero ir pra sua casa!”.

Quero agradecer ao meu tio, irmão da minha mãe, Napoleão Pereira Barbosa Filho, pela escrita do livro, “Relâmpagos da Memória” que contribuiu para a escrita do meu Memorial, obrigada, tio, por esta pesquisa tão cuidadosa que não deixou as histórias dos nossos ancestrais morrer.

À minha prima Kelly Barbosa, por segurar a minha mão e não me deixar para trás, por me lembrar de quem sou e do legado que eu carrego, pelas mesas de café, pelas orações, por caminhar comigo nesta estação de dois anos, por me lembrar que

tenho muitas lizas para cuidar, que minha história não acabou com o luto e por estar presente na minha qualificação, um lugar que ela (Ilza) certamente estaria. À minha amiga-irmã Geralda Izabel da Silva, pela nossa história de mais de 30 anos.

Ao meu amigo Mario Edgar Mejía Gaspar, por sua amizade, respeito e pelo afeto, por ser um apoiador em tudo o que eu faço. Nos conhecemos há mais de 12 anos e por 9 anos cultivamos um relacionamento saudável, e hoje tenho um amigo com quem posso contar a qualquer hora, que me ensinou a apreciar a paisagem e ver beleza onde não conseguia enxergar nada, a olhar para cima na selva de pedra, e ver escondido histórias e referência para se “umbicar” como nunca havia percebido.

Às minhas amigas Nalva Fustte de Lima, Adeilda Gomes dos Santos e Vanessa Santiago, aquelas amigas que não só acreditam, mas investem em você. Gratidão! Ainda existem seres maravilhosos!

À minha orientadora querida Maria Carmelita Yazbek. Que orgulho ser sua orientanda, gratidão pelas escutas sensíveis e afetuosas, por acreditar, por estar disponível, por defender nossa escrita e nosso tempo, por caminhar comigo em todo processo que culmina na finalização do mestrado.

Ao meu amigo e coorientador desta pesquisa, Alan de Loiola Alves, aquele tipo de pessoa rara, daquelas que abrem portas, que chegou primeiro, mas não fechou o caminho e, pelo contrário, compartilhou a rota, impulsionando quem vem depois sem ter medo de ver o outro ocupando o mesmo lugar, na mesma mesa que ele. Tive o prazer de tê-lo comigo na Graduação como orientador da minha monografia de TCC, e ele não me abandonou, me puxou para a pesquisa, acreditou em mim até me ver no mestrado e já me projetando para o que vem a seguir... Gratidão, professor!

À minha amiga, participante da minha banca de qualificação e agora da defesa, professora Dra. Edna Ferreira¹, minha companheira em mesas de formação sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e na articulação da Rede de Enfrentamento e encontros intersetoriais, referência no tema da prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes na área da Educação, como pesquisadora e incentivadora de Leis de inclusão a esse tema nos currículos

¹Pós Doutoranda na UNIFESP Guarulhos, no programa Educação e Saúde. Doutora em Educação: História, Política, Sociedade – PUC/SP.

escolares, nas escolas públicas. Minha gratidão pelo apoio, e pelo compartilhamento do processo seletivo de mestrado que culminou com a defesa desta dissertação.

Meus agradecimentos, carinho e admiração à Professora Dra. Eunice Terezinha Favero, leitora deste trabalho que compõe a Banca Examinadora. Obrigada, professora, pelo privilégio de tê-la nesta defesa, e em todo o processo, da minha participação no Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Famílias Sistema de Garantia de Direitos (NCAF). Obrigada por participar da minha banca de qualificação, e por todo incentivo desses dois anos de mestrado, como aquela águia que nos desafia: “Vai!” e nos empurra para dar nossos próprios voos, acreditando nas nossas capacidades que muitas vezes ainda não enxergamos, como mediar mesas de encontros. Também deixo registrado meu agradecimento às suplentes da minha banca examinadora, professora Dra. Carola Carbajal Arregui e professora Dra. Rita de Cassia Silva Oliveira, minha companheira dos últimos dois anos do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Crianças Adolescentes Famílias e Sistema de Garantia de Direito, Gratidão!

Minha gratidão a todas e todos as(os) docentes que tive o prazer de conhecer, professor Rodrigo Diniz e suas aulas acolhedoras tão simbólicas nesse processo. A professora Carola Carbajal Arregui, suas aulas são inesquecíveis as propostas de Leitura que me conectaram com outras formas de escrita. E o fechamento do mestrado no último semestre com a professora dra. Marcia Eurico, que nos faz olhar a questão do racismo pelas literaturas de pessoas negras e indígenas, que diretamente viveram a tentativa de apagamento das suas memórias, foram vozes silenciadas, mas ela como resistência tem sido essa voz, e dado voz. Muita gratidão, que eu possa ser o eco dessas vozes também!

Minha gratidão a todo apoio da secretaria na pessoa da Andreia Fazekas Canhetti, sempre tão solícita e cuidadosa em tudo aquilo que necessitamos.

A todas as colegas do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes, Família e Sistema de Garantia de Direitos – NCAF-SGD coordenado pela professora Eunice Teresinha Fávero e do Núcleo de Estudo e Pesquisa Cidades e Território do professor Rodrigo Diniz, e das Disciplinas: Serviço Social, Povos Originários e a População Negra: Intersecção com Gênero e Sexualidades coordenada pela professora dra. Marcia Eurico; Construção do Conhecimento em

Serviço Social I coordenador professor Dr. Rodrigo Aparecido Diniz; Fundamentos de Serviço Social I com a professora Dra. Maria Carmelita Yazbek, e dos Seminários Temáticos: Formação Sócio-Histórica: Brasil e América Latina sob a coordenação do Prof. Dr. Mauro Luis Iasi, e o Seminários de Pesquisa I da professora Dra. Carola Carbajal Arregui. A todas às amigas e amigos que fiz nesta trajetória do mestrado, algumas mais de perto, Cristiane Reis, Susana Borges, Barbara Canela, Maria de Fatima de Carvalho, Nicole Ferreira, Rosane Cristina Moreira de Souza, Daniela Reis, pela interação, empatia, seus abraços fraternos, suas colaborações e informações tão importantes.

Meus agradecimentos também ao Ricardo Soares, pela amizade no campo acadêmico da PUC/São Paulo, pelas trocas e pelo compartilhamento de materiais, uma pessoa gigante escondida na simplicidade, que esconde um potencial tão grande, e um conhecimento com publicação de livros e pesquisas em diversas áreas, do Direito, do Serviço Social e da Saúde. Meus agradecimentos também a Ana Paula Pires Lourenço pela revisão desta pesquisa.

Meu muito obrigada a Keli Paloma, a Daniela Barbosa, que assumiram a moderação da Rede de Enfrentamento enquanto eu precisei dar pausa. Obrigada Daniela pelas longas horas de conversa. Meus agradecimentos a todas e todos as (os) profissionais da Rede de Enfrentamento, Karina Lima, Meire Soares, Maria Marciele, Lais Guimarães, Cassia Vitor, Raquel Nascimento, Elaine Souza, Everton Borges e a todos que se dispuseram e colaboraram cedendo as entrevistas.

A Elânia Francisca do Espaço Buberê, ao Mario Balbino do Fórum do Direito da Criança e do Adolescente do Grajau II, obrigada pelo apoio na pesquisa, e por serem o exemplo e referência na ampla defesa do Direito da Criança e do Adolescente na Zona Sul de São Paulo, fazendo dessa luta parte do cotidiano, para mobilizar, sensibilizar, prevenir e formar pessoas protagonistas na Luta, desde crianças até adolescentes e adultos.

Gratidão! Espero não ter esquecido ninguém. Como é bom nesta jornada, muitas vezes tão solitária, ter pessoas para somar. Existem mãos estendidas para nos socorrer, agradeço a todas e todos que direta ou indiretamente contribuíram com esta pesquisa.

RESUMO

SANTOS, Ilma Pereira Tecendo redes e resistência: o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na capela do socorro antes, durante e pós pandemia por COVID-19, 2025. 183f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

A presente Pesquisa de Mestrado tem como objetivo analisar as estratégias da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros na cidade de São Paulo no período antes-durante-pós pandemia por COVID_19. Especificamente buscar Conhecer como é feita a identificação de casos de crianças e adolescente vítimas de violência sexual; Verificar o fluxo de encaminhamento nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes identificados pela Rede de Proteção da Capela do Socorro; Conhecer os serviços existentes na Capela do Socorro para atender as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; Conhecer as dificuldades e as potencialidades do trabalho em Rede e saber quais são as ações da Rede para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro entre fevereiro de 2011 a novembro de 2024. A metodologia adotada para esse trabalho foi exploratória, quantitativa e qualitativa, e os procedimentos metodológicos foram pesquisa bibliográfica e documental, seguidas por entrevistas em um roteiro de perguntas com atores da Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro. A subprefeitura de Parelheiros não teve representação nas Reuniões da Rede no Pós pandemia, assim que a pesquisa focará na Capela do Socorro. A pesquisa evidenciou que desde 2009 existe uma Rede Articulada na Capela do Socorro fazendo o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, e discutindo um Plano Operativo Local. Em 2013 Parelheiros começou a participar das discussões dessa Rede. O Estudo mostrou que os números de violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro aumentaram na Pandemia por COVID-19 em comparação ao ano de 2019, principalmente na faixa etária de 1 a 3 anos e de 6 a 10 anos de idade. A investigação identificou o aumento no consumo de pornografia por crianças de 6 a 9 anos, e os profissionais ainda não sabem manejar essa situação. Diante disso, é urgente investimento em políticas públicas para o enfrentamento dessa problemática, de qualificar os profissionais com formação continuada sobre o tema do Desenvolvimento Saudável da sexualidade de crianças e adolescente e sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos, para prevenir esse tipo de violência, uma vez que a maioria dos seus agressores são do convívio familiar das crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, e as crianças precisam ser ensinadas a Dizer não!

Palavras-chave: Violência sexual contra Criança e Adolescente; Rede de Proteção; Pandemia de COVID-19.

ABSTRACT

SANTOS, Ilma Pereira Weaving networks and resistance: confronting sexual violence against children and adolescents in Capela do Socorro before, during, and after the COVID-19 pandemic, 2025. 183f. Dissertation (Master's Degree in Social Work) – Graduate Program in Social Work, Pontifical Catholic University of São Paulo, (PUC - São Paulo).

This Master's Research aims to analyze the strategies of the Network for Combating Sexual Violence and Exploitation of Children and Adolescents of Capela do Socorro and Parelheiros in the city of São Paulo in the period before, during, and after the COVID-19 pandemic. Specifically, it seeks to understand how cases of children and adolescents who are victims of sexual violence are identified; verify the referral flow in cases of sexual violence against children and adolescents identified by the Capela do Socorro Protection Network; understand the services available at Capela do Socorro to assist children and adolescents who are victims of sexual violence; To understand the difficulties and potential of the Network's work and to learn about the Network's actions to address sexual violence against children and adolescents in Capela do Socorro between February 2011 and November 2024. The methodology adopted for this study was exploratory, quantitative, and qualitative, and the methodological procedures consisted of bibliographic and documentary research, followed by interviews using a scripted questionnaire with actors from the Network to Combat Violence and Sexual Exploitation against Children and Adolescents in Capela do Socorro. The sub-prefecture of Parelheiros was not represented at the Network's post-pandemic meetings, so the research will focus on Capela do Socorro. The research showed that since 2009 there has been a Network in Capela do Socorro working to combat sexual violence against children and adolescents and discussing a Local Operational Plan. In 2013, Parelheiros began to participate in the discussions of this Network. The study showed that the numbers of sexual violence against children and adolescents in Capela do Socorro increased during the COVID-19 pandemic compared to 2019, mainly in the 1-3 and 6-10 age groups. The investigation identified an increase in pornography consumption by children aged 6 to 9, and professionals still do not know how to handle this situation. Given this, there is an urgent need to invest in public policies to address this problem, to train professionals through continuing education on the topic of healthy sexual development in children and adolescents and on sexual and reproductive rights, in order to prevent this type of violence, since most of the perpetrators are people close to the children and adolescents who are victims of sexual violence, and children need to be taught to say no!

Keywords: Sexual violence against children and adolescents; Protection network; COVID-19 pandemic.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CECRIA - Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CEDECA – Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes

CIEE - Centro de Integração Empresa Escola

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente COMUDA

CMDH - Comissão Municipal dos Direitos Humanos

CMESCA - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CONDECA - Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAMI - Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência de Assistência Social

DRP – Diagnóstico Rápido e Participativo

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EEV - Equipes Especializadas no Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas e/ou Testemunhas de Violência

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAB - Força Aérea Brasileira

FACITEP - Faculdade de Ciências e Tecnologia Paulistana

FATEP - Faculdade de Tecnologia de Piracicaba

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FEBEM - Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

FUMCAD - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não Binários

MAPA - Mapeamento e Avaliação pela Prioridade Absoluta rede

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território brasileiro

PMEVSCA – Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

PNAS – Política Nacional de Assistente Social

PNEVCA - Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes

POL – Plano Operativo Local

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SAM - Serviço de Atendimento ao Menor

SEDH/PR - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SINAN - Sistema de Informação e Agravos de Notificação

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMS - Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SMTRAB - Secretaria Municipal do Trabalho

SUS – Sistema Único de Saúde

UNINOVE – Universidade Nove de julho

UNIP – Universidade Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: violação dos Direitos Humanos e os caminhos de proteção	42
1.1 Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, uma Questão Histórica de Poder e Dominação.	42
1.2 A proteção Integral e o Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil	53
1.3 O Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo	68
2. SE A GENTE NÃO COLOCAR A MÃO NA REDE: Pandemia e Medidas Sanitárias, Cuidado ou (Des)Proteção de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro?	75
2.1 A Capela do Socorro entre rios e represas; entre desigualdades e resistência	76
2.2 A Pandemia por covid_19 e medidas sanitária, proteção ou desproteção de crianças e adolescentes na Capela do Socorro?	81
2.2.1 Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós Pandemia por covid_19	87
2.3 Cada um pega de um lado da Rede - o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro	95
2.3.1 O enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes em tempos de pandemia na Capela do Socorro, no antes, durante e depois	131
2.3.2 Na cena! os atores da Rede de Enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós pandemia	145
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	167
Apêndice A – Roteiro de entrevista	176
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	178
Anexo A – Genealogia Avô Materno	180
Anexo B – Genealogia Avó Materna (Trisavós da minha mãe)	181
Anexo C – Memória Ancestral -Tito dos Passos de Almeida Rosas	182
Anexo D – Lista dos 24 Presos em manicômio na época da Ditadura	184
Anexo F – Rede de Serviços Socioassistencial na Capela do Socorro	186
Anexo G – Ata da Reunião de 24 de janeiro de 2013	187

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa com o tema do Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro no antes, durante e pós pandemia como parte do requisito para obtenção do Título de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC São Paulo, sob a orientação da professora Dra. Maria Carmelita Yazbek e coorientação do Professor Dr. Alan de Loiola Alves, apresentado à Banca Examinadora, como Defesa do Mestrado conforme regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo.

Para iniciar, é importante registrar a trajetória de vida desta pesquisadora, pois não partimos do nada, e o mestrado me possibilitou entender muito mais a questão de ser sujeito histórico. Minha ancestralidade está cheia de pessoas protagonistas e revolucionárias, cada um na sua época e a partir de onde se encontravam.

Moradora da Subprefeitura da Capela do Socorro desde 1974, a terceira filha de 6 irmãos, foi na mesma casa no distrito do Grajaú que cresci, estudei, casei e criei minhas 3 filhas. Vi o desenvolvimento urbano da região, e cada vez mais o isolamento das pessoas. Uma vez que os “muros” foram sendo construídos, o quintal da nossa casa que antes eram as ruas onde brincávamos, foi sendo cada vez mais limitado, pelo crescimento do bairro e a criação de linhas de ônibus, pela insegurança e desconfiança dos moradores.

Nossa chegada na Subprefeitura da Capela do Socorro na Cidade de São Paulo aconteceu quando meus avós maternos migraram para São Paulo em 1969, vindo do Sertão Nordeste, Floresta do Navio PE. Meu avô, Napoleão Pereira Barbosa, com o trabalho de auxiliar de cozinha no Clube Santa Paula na Avenida Atlântica, consegue comprar uma casa no Parque Brasil, também distrito do Grajaú zona Sul de São Paulo. Em 1970 meu avô manda dinheiro para que a minha avó venha com todos os seus 12 filhos, incluindo a minha mãe e meu irmão com poucos meses de vida.

A história ancestral da minha família, resistência e sobrevivência.

Meu pai conheceu minha mãe na mesma cidade onde residiam, Floresta do Navio, uma cidade do Estado de Pernambuco. Ele veio para São Paulo nos primeiros

anos de 1970 fugindo da seca do Sertão Nordestino, atrás do meu avô materno Napoleão Pereira Barbosa que já trabalhava em São Paulo. Meu pai entendia que deveria primeiro, se estabelecer para depois trazer minha mãe e meu irmão, coisa que ela não concordava. Minha mãe veio para São Paulo um ano depois, em 1971, com apenas um filho.

Meu pai Jose Moreno dos Santos é um homem pardo, nascido em janeiro de 1950 em Floresta do Navio, cidade do Estado de Pernambuco, ele estudou até a 4ª série do ensino fundamental, e com mais de 60 anos, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) aqui em São Paulo terminou o ensino fundamental e concluiu o ensino médio. Ele trabalhou na roça desde os 12 anos, depois que seu pai desapareceu, até meados de 1970 quando veio para São Paulo fugindo da seca. Minha mãe, Delfina Pereira dos Santos – a minha guerreira –, conhecida por todos como Dézinha, trazia traços indígenas da sua ancestralidade, cabelos lisos e negros, pele morena, desde criança ajudava meu avô na roça, introvertida, falava pouco de si, mas era carregada de afeto assim como sua mãe, ela foi resistência, resistiu da sua forma e no seu tempo como ela pode. Foi minha mãe que deu o primeiro banho nas minhas filhas quando chegaram da maternidade, tudo que aprendi com ela fiz com minhas netas e meu neto, é muito bom participar de cada detalhe da vida deles.

Meu pai foi trabalhador da indústria mecânica em São Bernardo do Campo até os anos 1980, e lutava nas frentes de Greve. A venda da força de trabalho ao capital deu as condições para o sustento da família e a compra da casa própria na subprefeitura da Capela do Socorro, em 1974, mesmo lugar que resido até os dias de hoje com meu pai e minha filha Amanda de 26 anos. Depois de estabelecido em São Paulo, pouco a pouco meu pai foi trazendo suas irmãs e irmãos, até que todos se estabelecessem aqui. A princípio, moraram em nossa casa, e depois com a chegada da minha avó paterna Leonor Maria de Jesus, nos anos 1980, eles compraram casas no Cantinho do Céu e Vila Natal, ainda no Distrito do Grajaú.

A partir do livro² do meu tio, “Relâmpagos da Memória”, consigo descobrir que a minha árvore genealógica mais remota se deu por parte da família materna do meu

² Ele deixou uma importante contribuição para nossa família, o livro “Relâmpagos da Memória”, escrito em 2006, com 127 páginas, me permitiu conhecer a origem da minha família materna, até os anos de 1776.

avô Napoleão. Meu tetravô Cândido era português desbravador da região de Floresta do Navio³, e minha tetravó Ioiô era indígena, foi caçada a laço. Consta que eles foram colonizados, e segundo Filho (2006), em 1776 foi fundado o Arraial Ribeira do Pajeú, onde hoje existe a Cidade de Floresta do Navio, cidade onde meus pais viviam, se conheceram e se casaram. Minha tetravó era a Índia Praxedes, eles viviam em uma região cercada pelas Tribos Umã, ÔE e a Tribo dos Cariris, a tribo mais numerosa da Região de Floresta do Navio – PE, distância de 400 quilômetros da Capital, Recife.

Segundo Filho (2006), meu avô materno nasceu e cresceu no sítio Gameleira desde 1914, a casa do sítio era feita com varas trançadas de barro, coberta com palha de catolezeiro (Palmeira típica da Mata Atlântica, que dá o fruto Catolé) e o chão era de terra batida. Meu avô foi o 3º filho de 8 irmãos – 3 mulheres e 5 homens. Em 1932, meu avô materno enfrentou a maior seca do século, ele tinha 18 anos, e via diariamente pessoas e animais morrerem por causa da fome. Então, com 21 anos, em 1935, ele migra para São Paulo, e começa a trabalhar no desmatamento e no plantio de café e algodão. Entre 1937 e 1940 ele faz e refaz o mesmo caminho muitas vezes, em um desses retornos ele conhece a minha avó materna Maria Pereira Barbosa, com quem se casou e conviveu por 60 anos.

Da união dos meus avós maternos, nasceram 12 filhos, sendo 6 mulheres e 6 homens. Minha avó, Maria, era uma mulher admirável, ajudava a todos que a procuravam, sempre com muita fé, nunca desistia da luta. Sempre que chegávamos em sua casa na Rua Nicolau Paganini, ao lado do Terminal Grajaú, tinha um bolo de frigideira pronto com o café, que ela sempre nos servia, hoje esse mesmo bolo eu faço para minhas filhas Adriana, Carolina e Amanda, e agora para as minhas netas Nathalie e Sophia, e para o meu neto Benício. Aqui nós chamamos de bolinho de chuva, já são memórias afetivas para eles também.

Meu avô continuou voltando ao Sítio Gameleira em Pernambuco de ano em ano. Conta meu tio em seu livro “Relâmpagos da Memória” (2006), que o arrendamento das terras mal dava para pagar os impostos do INCRA, mas meu avô

³ Cidade do Sertão de Pernambuco com 32.556 habitantes, as margens do Riacho do navio e próximo ao lago do Rio São Francisco. A Cidade de Floresta do Navio já foi homenageada por Luiz Gonzaga na canção “Meu Pajeú e Riacho do Navio”. Nessa cidade está localizada a 1º Reserva Biológica do Brasil habitada por povos originários (Portal Cidades do Meu Brasil, 2024).

mantinha as terras pelo valor sentimental pelo Sítio, onde ele e seus irmãos cresceram. Em meados de 1992, com 78 anos, meu avô retornou pela última vez para as terras de seus pais na Serra do Arapuá, dessa vez acompanhado do meu tio Napoleão. Chegando lá, eles fizeram a medição das terras do Sítio Gameleira e a vendem por um valor irrisório para uma pessoa que já ocupava as terras vizinhas. Meu avô viveu até os seus 90 anos, ele nasceu em 05/01/1914 e faleceu em 25/10/2004, já a minha avó Maria nasceu em 06/12/1922 e faleceu no dia 27 de novembro de 2002 aos 80 anos de idade. Na época, deixaram 20 netos e 40 bisnetos, esta conta hoje deve ser muito maior, acrescentando ainda seus trinetos.

Minha avó, Maria Pereira Barbosa, era uma mulher branca de família tradicional. Segundo Filho (2006), foram encontrados registros de 10 gerações passadas, por causa da sua descendência europeia. Meu bisavô descendia de um autor de versos famosos da Rebelião de Serra Negra de 1848, e seu tio avô era Tito Passos de Almeida Rosa, o primeiro Tabelião de Floresta do Navio – PE. O pai de Tito Bastos foi major da guarda Nacional. Dessa forma, na ascendência da minha avó materna, existia um júri consultor que estudou em Coimbra, escritor de vários livros na área do Direito e com registros da sua passagem pela academia como docente. Segundo a Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife (2018), o Dr. Tito Passos de Almeida Rosa⁴ é conhecido por suas contribuições à cultura jurídica no Brasil e no mundo. Como parte de seu compromisso, ele selecionou e publicou artigos, resenhas e traduções que abordam o fenômeno jurídico sob diversas perspectivas.

Dos meus ancestrais paternos, só conheci meus avós, 2 tios e 2 tias, e não tenho informações sobre a árvore genealógica deles⁵, sei apenas que eles viviam em Floresta do Navio – PE, onde meus pais se conheceram. Meu bisavô se chamava José Jerônimo Barbosa de Souza, e minha bisavó Maria Augustinha. Segundo minha tia Maria Aparecida Candido, meus avós descendiam de índios com portugueses e

⁴ A Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife (RAFDR), da qual ele fez parte, tem como objetivo auxiliar na construção de uma base sólida de conhecimento jurídico.

[Memória histórica dos acontecimentos mais notáveis do ano de 1896 | Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife \(ufpe.br\)](#)

⁵ Para escrever sobre os ancestrais paternos não obtive dados, precisei recorrer as minhas lembranças, e as conversas informais com meu pai José Moreno dos Santos e sua irmã mais nova Maria Aparecida Candido, e pesquisas no Google.

eram católicos. Minha avó paterna, Leonor Maria de Jesus, nascida em 1930 e falecida em 2014, era natural da fazenda Mingu na Cidade de Carnaubeira da Penha – PE⁶. Minha avó era agricultora sindicalizada, e começou a votar aos 18 anos de idade. Meus avós paternos tiveram 4 filhos, 3 homens e 1 mulher, meu pai – José Moreno dos Santos –, Jazom Moreno dos Santos, Francisco Diassis dos Santos (In Memoriam) e Maria das Graças dos Santos. Meu avô paterno esteve desaparecido por 18 anos, para toda a família ele estaria morto, minha avó terminou de criar os filhos e filhas sozinha. Ela teve mais uma filha, Maria Aparecida Candido. Mesmo com todas as dificuldades, todos terminaram o primário na escola Capela da Fazenda Mingu, com exceção da filha mais nova, Maria Aparecida Candido (conhecida como tia Cidinha) que cursou magistério em Floresta do Navio - PE, e nos anos 2000 cursou Pedagogia na PUC São Paulo, pelo Programa do governo para professores efetivos, foi professora concursada em São Paulo e hoje está aposentada.

Meu avô paterno, João Moreno dos Santos, homem negro, desapareceu no ano de 1962, quando veio para São Paulo em busca de melhores condições de vida para a família, e não mais retornou. Ele foi dado como morto quando meu pai tinha 12 anos de idade. Mas para a surpresa de todos ele reapareceu no ano de 1983⁷, quando meu pai estava com 33 anos e vivíamos em São Paulo. Meu avô retornou para a cidade de Carnaubeira da Penha e já não encontrou a família, pois todos moravam em São Paulo. Ele contou que participava do movimento contra a Ditadura Militar quando foi preso e levado para um manicômio em São Paulo, onde permaneceu por mais de 20 anos. Em 2000, meu pai o trouxe para São Paulo, ele ficou alguns anos na nossa casa, pôde conhecer os 11 netos e os 4 bisnetos, e retornou para Pernambuco onde esteve até o seu falecimento, por volta de 2008. Ele lutou pelos ideais que acreditava, mesmo sem reconhecimento e perdendo muitos anos da sua vida em um manicômio. Isso me faz entender um pouco sobre meu pai também,

⁶Segundo os dados do Portal Cidades do Meu Brasil (2024), Carnaubeira da Penha tem aproximadamente 12.836 habitantes.

⁷ Em uma breve consulta no Google, pelo nome do meu avô paterno consta no Anexo 1 o levantamento que a UOL realizou. Eles descobriram o registro com nomes de 24 presos políticos internados em instituições psiquiátricas, mas esse número é bem maior. Coincidentemente, as pessoas que se encontravam vivas tinham apenas as Iniciais dos nomes, e as siglas J.S do Estado de PE constam no documento, indicando a possibilidade da veracidade de que meu avô paterno João Moreno dos Santos esteve entre os 24 Presos Políticos na Ditadura Militar em um manicômio durante 21 anos.

porque a minha mãe sempre, nos contava que ele, na sua juventude participava das greves metalúrgicas.

Contar a minha história ancestral me trouxe muita emoção, pois reconhecer que o meu interesse por pesquisa, a escolha profissional em Serviço Social e a militância, lutas por direitos humanos e a luta e reivindicações pelos direitos sociais na Capela do Socorro, tem traço na história da resistência dos meus ancestrais indígenas que possuíram as terras do Sítio da Gameleira, da minha tetravó indígena Praxedes, que viveram cercada pelas Tribos Umã, ÔE e da Tribo dos Cariris, região onde existe a Primeira reserva indígena do Vale do Pajeú (Filho, 2006). Meu avô, que enfrentou as piores secas do nordeste migrando para não morrer de fome, manteve as suas terras enquanto pode, voltando ano a ano a sua terra natal. E o que dizer do meu avô paterno e meu pai, em décadas diferente, meu avô em 1962 e meu pai na década de 1970 lutaram na frente de greve na Ditadura Militar e Tito Passos de Almeida Rosa, conhecido por suas contribuições à cultura jurídica no Brasil e no mundo.

Mas é o meu tio materno, Napoleão Pereira Barbosa Filho, um dos maiores exemplos que tenho de luta no campo político apartidário da Região da Capela do Socorro, Zona Sul de São Paulo, ele foi um dos primeiros moradores do bairro Jardim Progresso na Capela do Socorro, hoje com mais de 43.000 habitantes. Em 1984, meu tio ajudou a fundar a Sociedade Amigos do Jardim Progresso e adjacências, lutou pela moradia e fez a diferença no bairro onde mora, como Liderança Comunitária, lutando para garantir dignidade para a população e itens básicos de sobrevivência como a água. Ele trabalhou para que várias ações se concretizassem, firmando parceria com a UNICEF, Ação Comunitária do Brasil e o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Lutou cobrando água para o bairro, depois a luz, carteiros, todos concluídos com êxito, e a 20 anos conseguiram o asfalto para as 24 ruas⁸ do bairro, todas com nomes de desaparecidos na Ditadura Militar. Ainda na Pandemia de COVID-19, ele levou cestas básicas e itens de higiene e limpeza a muitas famílias do Jd. Progresso.

⁸ O Jd. Progresso tem algumas curiosidades, o nome das ruas é uma homenagem a desaparecidos políticos do AI 5, a rua de acesso ao bairro chamada de Sítio das Corujas recebeu o nome de Joaquim Napoleão Machado, um ex-presidente da associação de moradores do bairro, ele faleceu depois da incansável luta por transporte, foi muito afligido pela disputa de ponto de ônibus” (discussão onde seria o ponto final de ônibus). O resultado dessa luta por transporte foi a criação de 2 linhas de ônibus, Jd Progresso / Terminal Santo Amaro e Jd. Santa Bárbara / Jabaquara.

O meu tio materno, José Pereira, que desde 2021 tem um Projeto missionário na Região de Carnaubeira da Penha chamado Cacimba, eles oferecem alimentação, esporte, laser, artesanatos para mulheres crianças e suas famílias, já construiu casas para algumas famílias e realizou o sonho de crianças com deficiência voltarem a estudar, pagando o transporte escolar, tudo isso de forma voluntária, sem nenhum investimento do Poder Público, hoje eles tem um espaço com a melhor estrutura da cidade, ele e sua esposa, genro e a filha deixaram tudo aqui em São Paulo para viverem esse desafio no nordeste, e o sertão tem florescido.

Apesar de vir de uma família conservadora, cristã evangélica, meus ideais também são de esquerda, da luta por direitos, pela democracia e pela dignidade humana. Este processo de escrita da minha história ancestral me fez entender também, que esta fome e sede por justiça social que trago na minha vida, é mais do que algo particular, ela se cruza com a bravura ancestral da minha família. Trago um pouco de cada um deles em mim, dos meus avós, do meu pai e minha mãe, de não se conformar com a seca e com a fome, e migrar em busca de uma nova vida, sem deixar ninguém para trás.

A seguir trarei um pouco da minha trajetória pessoal e acadêmica e do interesse pela pesquisa “Tecendo redes e resistência: o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na capela do socorro antes, durante e pós pandemia por covid_19”.

Minha história, trajetória de vida e resistência.

Sou uma mulher parda cis gênero de 53 anos, mãe de 3 filhas, Adriana dos Santos Silva, de 36 anos; Carolina dos Santos Silva, de 32 anos e Amanda dos Santos Silva, de 26 anos, são todo o meu orgulho, e me presentearam, a Adriana com a Nathalie de 09 anos, e a Carolina com a Sophia de 9 anos e o Benício de 07 anos de idade. Tenho poucas lembranças da minha infância, nasci em 7 setembro de 1972, no Ipiranga. Minha mãe sempre me contava que em meio aos desfiles, aviões e comemoração na cidade eu nasci, às 12h do Dia da Independência. Contava que os médicos e enfermeiras no hospital queriam que ela colocasse meu nome de

Leopoldina. Graças a Deus me livre. Meu pai escolheu meu nome: Ilma⁹. Nome de uma vizinha dele de infância. Sempre gostei do meu nome, mas gosto muito mais pelo significado, protetora dos povos. Acredito que esse nome tem muito a dizer sobre mim, e do legado que carrego da minha mãe, como narrado pelo meu tio José Pereira Barbosa, ela era guerreira e protetora.

O que eu mais gostava na minha infância era a casa sem muro no Grajaú, distrito da subprefeitura da Capela do Socorro. Fomos um dos primeiros moradores da região, em 1974, a rua era o nosso quintal, nós brincávamos na rua até escurecer. Me lembro de me levantar pela manhã, tomar um copo de café com leite, comer o pão quentinho, enquanto minha mãe limpava a nossa casa ainda em construção. Eu era a segunda filha do casal, que tiveram mais 5 filhos depois de mim, totalizando 7 filhos. Hoje, 4 estão vivos.

Muita coisa mudou na vida da minha família na manhã do dia 24 de dezembro de 1979, a perda de uma irmã de 2 meses de vida, isso impactou profundamente a saúde mental dos meus pais, a partir desse evento eles receberam laudo de esquizofrenia, e quando percebemos meus 2 irmãos mais velhos Gentil Pereira dos Santos e Gilmar Pereira dos Santos e eu é que cuidávamos deles. Meus irmãos e eu começamos a trabalhar cedo, com 8, 9 anos de idade, eles faziam carretos com carrinhos de mão na feira, empacotavam compras de mercado perto de casa, e eu aos 9 anos fazia faxinas em casas de família e cuidava de crianças. Todo o dinheiro que ganhávamos era convertido em alimentos.

Na adolescência, mais especificamente aos 14 anos, no ano de 1987, já não podia mais conciliar escola e trabalho, parei de estudar no 7º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Professor Carlos Ayres¹⁰, no Grajaú, pois consegui meu primeiro emprego formal como vendedora em uma loja de roupas em Santo Amaro e trabalhava 10 horas por dia. Gastava tudo em roupas para os meus irmãos e ajudava minha mãe com as compras da casa.

Ainda na adolescência, me casei, aos 16 anos, com um homem 11 anos mais velho do que eu. Aos 17 anos fui mãe da minha primeira filha (Adriana), em 1989.

⁹ O nome Ilma é de origem germânica e significa "protetora", aquela que protege. É um nome feminino que carrega a ideia de cuidado, zelo e dedicação. Pode representar uma pessoa atenciosa, que se preocupa com o bem-estar e segurança dos outros.

¹⁰ Na época essa escola só tinha o Ensino Fundamental, só na década de 1990 foi incluído o Ensino Médio no currículo escolar dessa escola.

Neste momento, retirei minha irmã Ilza do serviço institucional onde ela ficou dos 8 aos 12 anos de idade. Minha irmã morou comigo dos 12 aos 15 anos, até voltar a morar com minha mãe e meu pai. Meu irmão mais novo, Daniel Pereira dos Santos, ficou pouco tempo institucionalizado, minha tia Ana, irmã da minha mãe, se responsabilizou pelos seus cuidados, e ele viveu com ela por muitos anos.

Em novembro de 1993 tive minha segunda filha: Carolina. A maternidade muda as nossas vidas, deixei de trabalhar para cuidar das meninas, voltei a trabalhar em 1997, onde me permitiam levar a Carolina com 4 anos de idade, era uma escola privada: “Escola de Educação Infantil Renascimento”. Entre 1997 e 2003, trabalhei como auxiliar de berçário na escola Renascimento, onde precisei, no ano de 2001, fazer a prova do Estado para a conclusão do Ensino Fundamental, porque havia parado de estudar na sétima série e agora eles exigiam no mínimo a conclusão do ensino fundamental, que era a 8ª série. Minha terceira filha, Amanda, chegou nesse meio tempo, no ano de 1999, e também passou a ficar nessa escola sem nenhum custo.

De 2003 a 2010, trabalhei fazendo faxinas em casa de família. Me dei conta, com 37 anos, trabalhando com faxinas, separada desde 2007, depois de 20 anos de um casamento com uma pessoa muito controladora. Nesse momento, eu já sentia dor em todo o corpo, desde a ponta dos pés até o fio de cabelo, pelo trabalho duro, mas precisava sustentar minhas filhas, foi quando pensei que seria a hora de retornar aos estudos e começar um trabalho sem tanto esforço e desgaste físico.

Nesses anos, entre 2003 e 2010, passei a liderar um trabalho com crianças e adolescentes na comunidade do Jd. Iporanga, ainda no subdistrito da Capela do Socorro, em uma comunidade próxima a minha casa, o único recurso que tinha para oferecer era o ensino da minha arte em crochê para gerar recursos. Ensinei outras mulheres a arte do crochê, fazíamos reuniões e compartilhávamos nossas vivências, nos fortalecíamos em cada encontro. Minhas filhas estavam sempre presentes, tínhamos 2 voluntários e minha filha mais velha, usava a arte da dança e do teatro com as crianças e adolescentes.

Nesse trabalho com a comunidade, às vezes eu me sentia incapaz diante de tantas mazelas, crianças em situação de rua, adolescentes no tráfico, eu me perguntava as vezes: o que eu estou fazendo aqui? Por questões de estrutura local,

esse trabalho se encerrou em 2010, e um vazio existencial invadiu a minha vida, depois de 7 anos eu não me via fazendo outra coisa. Mesmo trabalhando com as faxinas, e em ações voluntárias da igreja, de 2009 a 2015 dei aulas de espanhol no mesmo Projeto Cultural, onde aprendi o idioma, em 2009. Com a saída do professor, passei a ensinar o que havia aprendido com ele e continuei me aprimorando em cursos online e gratuitos de espanhol, mas nada preenchia aquele vazio que eu sentia depois que o trabalho comunitário terminou, parecia que me faltava algo.

Foi então que, em 2010, decidi voltar a estudar, pois havia concluído o Ensino Fundamental em 2001 através de uma Prova do Estado, e agora queria concluir o ensino médio e fazer Serviço Social. A conclusão do Ensino Médio se deu através da prova do ENEM em 2010 e em 2011 me matriculei no curso de Serviço Social na Universidade Nove de Julho (UNINOVE). A escolha pelo curso se deu pelo senso comum, pois imaginava, ingenuamente, que eu ajudaria as pessoas.

Logo de início, me encantei pelo conhecimento e pela possibilidade de apreender, pois me identifiquei com os conteúdos da grade curricular, especialmente pelo debate da Teoria Política, Sociologia, Antropologia, História, Ética e os Fundamentos da profissão e seu compromisso Ético-Político. Descobrir que tudo aquilo estava interconectado e faz parte de um contexto, de uma época histórica, e que somos atravessados por cada um desses momentos mesmo sem dar-nos conta, e que até então me havia sido apresentado em blocos, parecia um quebra cabeça que eu ia juntando e relacionando na graduação. Minha colação de Grau foi em agosto de 2014 e vale ressaltar que paguei a faculdade com as Diárias de faxina que eu fazia, às vezes trabalhando em 2 ou 3 turnos em um mesmo dia.

A conexão com meu tema de pesquisa aconteceu no campo de estágio obrigatório, nas Aldeias Infantis SOS, a 15 minutos andando do meu local de moradia. O estágio aconteceu durante 1 ano, de junho de 2013 a agosto de 2014, e nesse período fui inserida nas discussões da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Neste espaço sócio-ocupacional, em 2014, fui contratada de forma celetista como assistente social, depois em 2018 assumi os cargos de Coordenadora de Projeto, coordenei o projeto “Nós em Rede”¹¹

¹¹ O Projeto Nós em Rede foi exposto ao edital do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de São Paulo - CMDCA em 2014 e foi aprovado, tendo como Organização proponente a Aldeias Infantis SOS Brasil. O Projeto foi financiado pelo FUMCAD de julho de 2018 a junho de 2019,

de 2018 a 2019, fazia a supervisão técnica do Projeto e coordenava a parte financeira e pedagógica. Antes de terminar o Projeto Nós em Rede, em maio de 2019, passei a Coordenadora de Serviço e uma das procuradoras da organização, e continuei participando das discussões da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros, nessa época já como moderadora desde 2016. Coordenei o serviço com famílias refugiadas no “Projeto Brasil sem Fronteiras”¹² de maio de 2019 até o meu desligamento, em 4 de novembro de 2022.

O mestrado sempre foi um sonho, todavia é um processo que além de exigir tempo, recursos econômicos para inscrição, material de estudo, transporte, alimentação, economicamente é muito difícil de alcançar, apesar de existirem universidades públicas, as informações sobre abertura de Edital de Mestrado e Doutorado, tanto público quanto privado, não circulam nas periferias. No entanto, no início de 2023 recebi um folder de uma amiga pós-graduada na PUC-SP (doutorado em Educação), a Edna Ferreira, com as informações sobre as inscrições abertas para o Programa de Pós-graduação em Serviço Social na PUC-São Paulo. Confesso que chorei pensando: aos 50 anos, será que eu vou realizar meu sonho?

Enfrentei minhas preocupações e anseios, uma vez que foi em uma época de desemprego, e sem recurso financeiro para bancar o mestrado. Mas sabe a máxima? “Vai com medo mesmo!!!”, eu fui, com o incentivo do meu mestre Loiola, eu enfrentei. Passei pelas avaliações do projeto, prova, currículo e entrevista, e fui aprovada! Agora estou aqui, nesta escrita rumo à minha defesa! Ingressei no mestrado no segundo semestre de 2023, nessa escola referência na área de Serviço Social, a PUC-São Paulo, com Bolsa CAPES parcial. Nunca imaginei pisar nesse espaço, mas aqui estou concluindo esta jornada, com muita gratidão.

tendo 5 Organizações envolvidas diretamente no Projeto. Estima-se que o impacto do Projeto foi de aproximadamente 3.500 pessoas, em oficinas, formações e eventos de disseminação do Tema do Desenvolvimento Saudável da Sexualidade de Crianças e Adolescentes.

¹² O Projeto Brasil sem Fronteiras financiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para 50 pessoas. As demandas dos refugiados eram renda, trabalho e emprego, moradia, e às vezes demandas individuais relativa à saúde, proteção e reunião familiar, quando membros da família estavam em outro Estado

Ultimamente, tenho participado das discussões do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Crianças Adolescentes e Famílias da PUC-SP, coordenado pela professora Dra. Eunice Teresinha Fávero, e outras conexões vieram, desde o primeiro semestre de 2025 faço parte do Grupo de Trabalho (GT) do CFESS que discute a questão da criança e do adolescente. Recentemente, estávamos debatendo a definição das diretrizes para revisão do Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente, contribuindo com a assistente social que representa o CFESS no CONANDA, e coordena o GT do CONANDA.

Hoje tenho a compreensão que somos sujeitos históricos, e o contexto político e social atravessam as nossas vidas e influenciam as nossas trajetórias, e isso não tem a ver com a meritocracia, pois quem são as pessoas que mais trabalham nesse país e desde muito cedo?! Não é a falta de esforço e nem do mérito, é a conjuntura social, política e econômica, a exclusão, a desigualdade de acesso às necessidades básicas, a doença que invade sem bater à porta e muda as trajetórias de nossas vidas, mas, por vezes, não é o fim, pode ser um recomeço.

O tema de pesquisa e ingresso no mestrado

A minha relação com o Tema de pesquisa “O Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro” se deu a partir do campo de estágio em Serviço Social, realizado nas Aldeias Infantis SOS¹³ na Cidade Dutra, subdistrito da subprefeitura da Capela do Socorro na Cidade de São Paulo, no período de julho de 2013 a agosto de 2014. Neste campo de Estágio foi possível acompanhar o debate e a construção da política de enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes na região da Capela do Socorro e Parelheiros e motivou a realização da Monografia da Graduação em Serviço Social em 2014, intitulada “Cada um Pega de um Lado – Rede de Enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes na região da Capela do Socorro e Parelheiros”.

Os principais achados da pesquisa da Graduação evidenciaram que a violência é construída historicamente e está ligada à cultura de uma sociedade, e envolve

¹³ As Aldeias Infantis é uma organização global, de incidência local, que atua a 72 anos no mundo no cuidado e proteção de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, com o fortalecimento familiar e comunitário. Atualmente, a Aldeias Infantis SOS está presente em 137 países. No Brasil as Aldeias Infantis estão em 31 localidades, sendo 12 Estados e Distrito Federal, incluindo a Cidade de São Paulo. Fonte: <https://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/quem-somos> Acesso em 09/08/2025.

questões de classe social, gênero e raça/etnia, desencadeando outros tipos de violência como a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, mostrando que é um fenômeno velado, sendo pouco discutido na sociedade, uma vez que envolve cultura e tabus e a maioria dos casos são intrafamiliares.

Também foi apontada a existência de políticas de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil no Brasil, enfatizando os tratados e convenções internacionais que impulsionaram o sistema de garantia de direito que pudesse garantir de forma integral a proteção de crianças e adolescentes. Ficou evidenciado também nesta pesquisa que diante do número de habitantes da Capela do Socorro e Parelheiros os serviços públicos não eram suficientes para atender as demandas da região, levando em consideração que a região do Grajaú é a mais populosa da cidade de São Paulo. Em um território com alto índice de vulnerabilidade social, dessa forma, seria necessária a construção de mais sete CRAS¹⁴ para atender as demandas das famílias.

Em relação ao perfil das vítimas e tipos de violência, as pesquisas mostraram que a maioria das vítimas era do sexo feminino e tinha de 6 a 10 anos de idade, e o principal agressor era o pai ou o padrasto, sendo, na maioria dos casos uma violência intrafamiliar. O estudo mostrou que a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil na Capela do Socorro e Parelheiros é uma Rede que se reúne com atores da pasta de educação, da saúde e da assistência social desde 2009, e desde 2011 discute a implementação do Plano Operativo Local, o (POL), na Região Sul do Município de São Paulo na Capela do Socorro e em Parelheiros. Todos os 8 eixos do POL se articulam e caminham para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, e o direito ao desenvolvimento sexual saudável.

Acompanho os debates e ações da Rede de Enfrentamento desde junho de 2013, participando ativamente das reuniões, mobilizações e organização de eventos, e a Construção do Projeto “Nós em Rede” em 2014, construído de forma coletiva pela Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e

¹⁴ O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias (Brasil, 2005).

Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros. No ano de 2016, através de uma eleição entre os atores da Rede de Enfrentamento, fui escolhida para fazer a Moderação da Rede da Capela do Socorro e Parelheiros, isto é, passei a ser a responsável por articular e mobilizar a Rede, organizar as discussões, atas, agendas e e-mails. Assim, surge o interesse em prosseguir com a pesquisa no mestrado, com o tema da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro antes durante e pós pandemia. Esse recorte territorial da Capela do Socorro, ocorreu porque não houve representação de Parelheiros nas Reuniões no retorno das atividades presenciais pós pandemia, até novembro de 2024, portanto fez mais sentido pesquisar só a Capela do Socorro.

No ano de 2018 fui convidada a Coordenar o Projeto “Nós em Rede”. O Projeto contemplava os Eixos de Protagonismo e Atendimento do Plano Operativo Local, uma vez que havia um entrave nesse tema, porque para trabalhar o tema de participação protagonista de adolescentes, seria necessário primeiro capacitar os trabalhadores do território para que eles pudessem trabalhar o tema com os adolescentes. O Tema norteador do Projeto Nós em Rede foi o Desenvolvimento sexual saudável de crianças e adolescentes. É importante destacar que o Projeto “Nós em Rede” foi escrito a muitas mãos, exposto ao edital do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente – FUMCAD, aprovado em 2014, tendo como Organização proponente a Aldeias Infantis SOS Brasil. O Projeto foi executado entre julho de 2018 e junho de 2019, e teve 5 Organizações envolvidas diretamente no Projeto¹⁵. Estima-se que o impacto do Projeto foi de aproximadamente 3.500 pessoas, em oficinas, formações e eventos de disseminação do Tema do Desenvolvimento Saudável da Sexualidade de Crianças e Adolescentes¹⁶.

É importante estudar o enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes porque no Brasil as crianças e adolescentes desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 são o foco central das políticas sociais, sendo sujeitos de Direitos em fase peculiar de desenvolvimento, com direito a Vida e Sobrevivência: saúde e alimentação, ao desenvolvimento pessoal e social; educação; cultura,

¹⁵ Organizações envolvidas diretamente no Projeto Nós em Rede: CCA Reconciliação (Capela do Socorro), CCA Vivenda da Criança (Parelheiros), CJ Rosa Mística (Capela do Socorro), CAPS IJ Parelheiros e Aldeias Infantis (Capela do Socorro).

¹⁶ Tais dados foram retirados do acervo pessoal da pesquisadora em 2024.

profissionalização e lazer e à integridade física, psicológica e moral; liberdade; respeito e dignidade. Em 2014, foram incluídos no Art. 18 do ECA “[...] é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (Brasil, 2014).

Uma das primeiras estratégias para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil foi a criação do “disque 100”, em 1997, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República SEDH/PR do Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA). Esse canal permite que pessoas de qualquer localidade do país façam denúncias de violações de direitos praticado contra crianças e adolescentes sem necessidade de identificação (Brasil, 2010).

No ano de 2002, foi estabelecido o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto juvenil (PNEVSI). Esse Plano foi atualizado em 2013 e em 2019 se iniciou a revisão da terceira versão do PNEVSI, mas precisou ser interrompida no ano de 2022, porque segundo a Coalizão Brasileira (2025) o Grupo de trabalho que discutia o Plano Nacional reduziu a participação social, sem observar as competências normativas. “A publicação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes em maio de 2022, sem a aprovação do órgão competente, levantou questionamentos sobre sua validade como política pública de Estado” (Coalizão Brasileira, 2025, p. 13). Uma nova revisão do Plano Nacional está em curso com as novas diretrizes da Resolução nº 265¹⁷ do CONANDA, aprovada em 12 de junho de 2025, para formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e inclui condutas em ambientes digitais.

Para estratégia de implementação do PNEVSI, em 2005, foi criado o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Infanto Juvenil no Território Nacional – (PAIR), sob a coordenação da

¹⁷ Art. 1º Esta Resolução estabelece diretrizes para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e ao enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, inclusive aquelas perpetradas em ambientes digitais, reconhecendo as especificidades decorrentes de marcadores sociais como raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência e território (Brasil 2025).

Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a parceria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Neumann e Fernandes, 2011). O objetivo do PAIR desde que foi criado tem sido integrar as políticas nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Porém, até o ano de 2007 a cidade de São Paulo, maior metrópole da América Latina, ainda não tinha de forma sistematizada uma estratégia para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. O marco na política de Assistência Social do município de São Paulo foi a construção do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em 2007, com a versão finalizada e publicada em setembro de 2008. A partir do ano de 2007, foi criada uma Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA) instituída pelo decreto de Lei Nº 48.358, de 17 de maio de 2007, com a responsabilidade de discutir e formatar o Plano Municipal da Cidade de São Paulo (São Paulo, 2007).

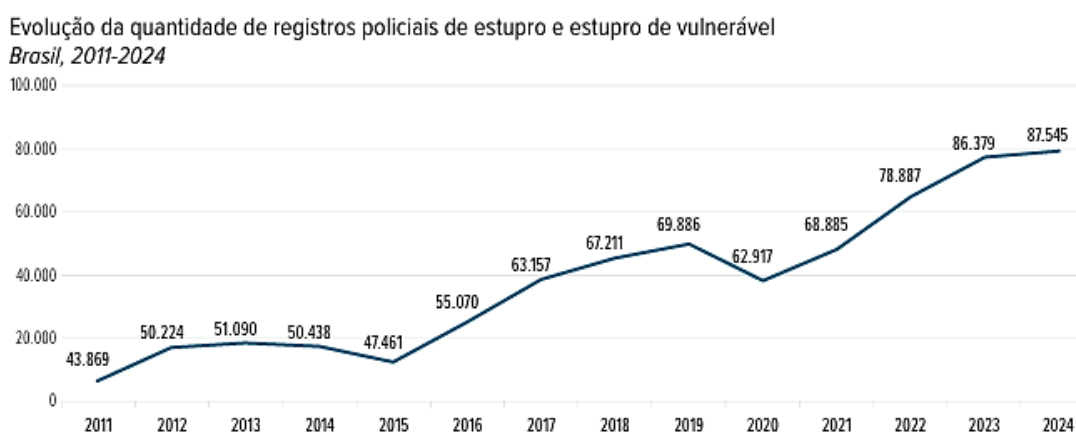
No movimento de implementação do PAIR na Cidade de São Paulo que a Rede de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros começou a se reunir em 2009, as articulações começaram a ser ampliadas depois da publicação do mapeamento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro.

A implementação do PAIR na Cidade de São Paulo aconteceu entre fevereiro e julho de 2011, com o Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP), Seminário e a capacitação da rede com o tema “Seminário Teórico Prático de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto juvenil”, que aconteceu no período de 04 a 07 de julho de 2011, e contou com a participação de, aproximadamente, 80 pessoas. A Rede de Enfrentamentos da Capela do Socorro e Parelheiros participou ativamente de todo o processo e discussões do PAIR, da formação e dos seminários, e desde então, vem discutindo os eixos do POL na Capela do Socorro e Parelheiros.

Apesar dos avanços nas discussões de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, os números desse tipo de violação de direitos é cada vez mais alarmantes. Os últimos dados do “disque 100” do ano de 2024 recebeu mais de

657,2 mil denúncias de violações de direitos humanos, 22,6% a mais de denúncias comparado a 2023. Dessas denúncias, 289.445 envolviam a violência sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 2025). Já os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹⁸ (FBSP) de 2025, indica que “No ano de 2024, foi registrado o maior número de estupro de vulnerável da história do país, com 87.545 vítimas – mais do que o dobro do registrado em 2011” (Fórum Nacional de Segurança Pública, 2025. p 177). No Gráfico 1 a seguir, é possível acompanhar a evolução dos números de casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes da última década.

Gráfico 1: Evolução sobre os Registros de Estupros de Vulneráveis no Brasil.



Fonte: Fonte: Gráfico 49 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p. 180.

A partir do Gráfico sobre a Evolução dos Registros de Estupro e Estupro de Vulnerável¹⁹ supracitada, é possível observar que esse tipo de crime no Brasil só cresce. Mesmo durante a pandemia de COVID-19, de 2011 a 2024, houve um aumento de 100%, dobrando o número de boletins de ocorrência desse tipo de crime no Brasil, passando de 43.869 para 87.545.

¹⁸ O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2025 traz a análise dos boletins de ocorrência de estupro, estupro de vulnerável e estupro total inclui todos os dados de ambos os sexos e em as faixas etárias registrados no ano de 2024.

¹⁹ O Fórum de Segurança Pública Brasileiro no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, usa o termo Estupro ao invés de violência sexual, tipificado pelo Código Penal Brasileiro Artigo 213, que define como constrangimento mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou prática de qualquer ato libidinoso, “A conjunção carnal refere-se à penetração vaginal, enquanto o chamado “ato libidinoso” abrange qualquer ação de natureza sexual voltada à satisfação do desejo sexual, com ou sem contato físico” (FBSP 2025, p. 178). O estupro de vulnerável está descrito no Art. 217-A do Decreto-lei nº 2.848 do Código Penal de 07 de dezembro de 1940, incluído pela Lei nº 12.015, de 2009. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. Pena de reclusão, de oito a 15 anos.

Vale ressaltar que os anos de 2020 e 2021 os casos diminuíram se comparado a 2019, mas voltaram a crescer exponencialmente nos últimos anos, são mais de 24.000 casos de 2020 a 2024, isso representa um aumento de 28% no período de 4 anos. Se considerado o mesmo período de 2011 a 2015, o aumento foi de 13% até 2014, com uma queda de 5,5% em 2015.

Apesar de ser um tema complexo, e triste de observar os números crescentes da violência sexual contra crianças e adolescentes, esses números eles são positivos, porque eles podem representar uma quebra do silêncio desse tipo de violência que na maioria das vezes se dá no seio familiar, o fim de um ciclo de violência após a denúncia. Essa é a única forma de enfrentar esse tipo de violência, quebrando o Tabu que impera na sociedade em se falar sobre sexo, sexualidade e sobre os corpos, e a responsabilização dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Como aponta o Anuário de Segurança Pública de 2025,

Este é um problema cujo enfrentamento necessariamente exige uma combinação de estratégias que vão desde a prevenção – com uma educação que possibilite às pessoas, desde a infância, reconhecer um ato de abuso sexual de fato como violência – até a garantia de investigação qualificada, maior celeridade nos processos judiciais e a efetiva responsabilização dos agressores. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p. 177).

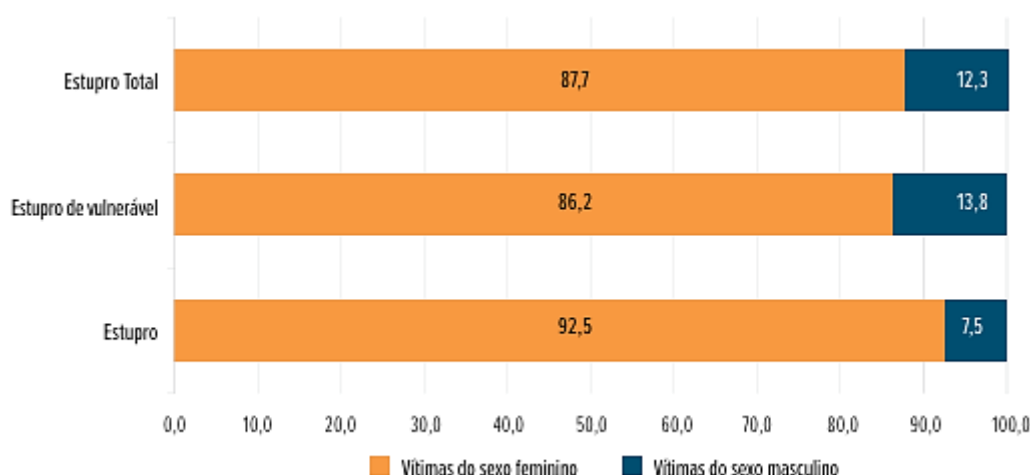
Sobre o perfil das vítimas de violência sexual, os dados mostram que as meninas são a maioria das vítimas, foram registrados 56 mil casos de meninas vítimas de violência sexual em 2024, cinco vezes mais que os meninos que chegaram a 11 mil ao longo do mesmo ano. Esses dados mostram a questão de gênero nesse tipo de violência.

Todavia, há de se considerar a subnotificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e a questão cultural do machismo na sociedade brasileira, que coloca as vítimas do sexo biológico masculino em situação de reféns desse tipo de violência, por não poder mostrar suas fragilidades e dores, como aponta Carvalho (2019) em seu livro “Homem não chora” que os meninos ‘Não estão autorizados culturalmente a expor suas dores, objetivas e subjetivas porque precisam aguentar ser forte viril e macho. Em contraponto, a mulher é ensinada a ser frágil e submissa, colocando ambos em situações de vulnerabilidade” (Carvalho, 2019, p. 101).

O próximo gráfico, sobre o percentual de meninos e meninas vítimas de violência sexual, tratadas como estupro de vulnerável, pela Segurança Pública, mostra

a análise dos Registros Policiais e das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, produzidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2025.

Gráfico 2: Vítimas de estupro por sexo (em %) Brasil, 2024



Fonte: Gráfico 52 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2025, p. 184.

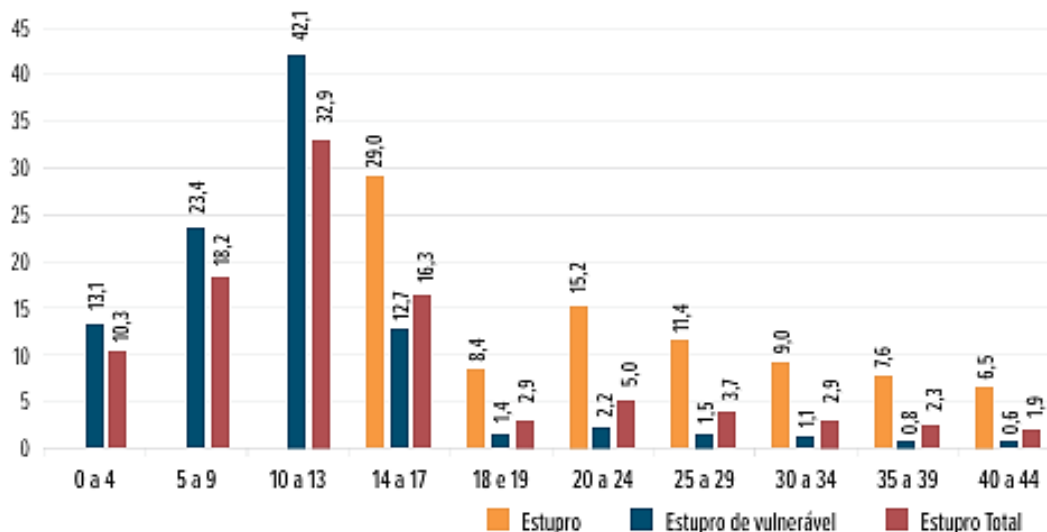
Como já evidenciado, 86,2% do total de casos registrados em 2024 são meninas com idade até 17 anos, e 12,3% das vítimas são meninos na mesma faixa etária, essa diferença pode estar associada à cultura machista patriarcal, e pela subnotificação dos casos, como apontado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025). A diferença do número total entre o sexo das vítimas onde há maior prevalência da violência sexual, 92,5% são praticados contra meninas e mulheres e 7,5% são do sexo masculino, aponta para uma questão de gênero nesse tipo de violência,

Essa diferença significativa entre o sexo das vítimas pode estar relacionada a dois fatores principais, [...] (i) a maior prevalência da violência sexual contra meninas e mulheres, em um contexto marcado por uma cultura patriarcal que historicamente controla e viola os corpos femininos; e (ii) a subnotificação de casos envolvendo meninos e homens, que, em razão do estigma e do medo do julgamento social, tendem a denunciar menos essas violências (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p.184).

É importante refletir que essa violência acontece em qualquer faixa etária, inclusive em uma idade que as crianças ainda não são verbais os dados podem ser ainda maiores, porque 23,4% dos casos de estupros as vítimas têm entre 0 e 4 anos de idade. Esses dados apontam que existe uma subnotificação de casos envolvendo meninos e meninas, e pode ser maior ainda entre os meninos, em razão do estigma

do julgamento social. A seguir, será apresentado o Gráfico 3, que trará a faixa etária das vítimas de violência sexual.

Gráfico 3: Faixa Etária das Vítimas de Estupro de Vulnerável



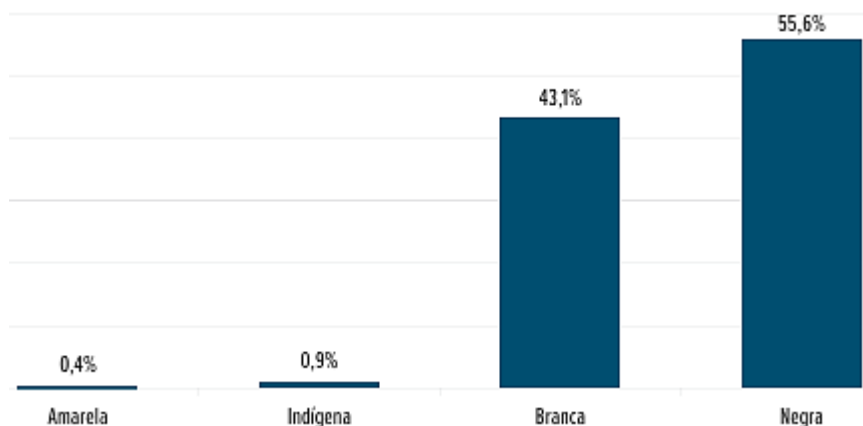
Fonte: Gráfico 54 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2025, p. 186.

É possível observar no gráfico acima, que a violência sexual acontece em todas as idades, mas o público com maior número de denúncias, segundo o Fórum de Segurança Pública de 2025, está entre a faixa etária dos dez a treze anos de idade. Como pode ser observado essa faixa etária entre os 10 e 13 anos de idade representa 42,1% do total de casos, seguido pela faixa etária de 0 a 9 anos de idade com 36,5% dos casos e 12,7% entre a faixa etária de 14 a 17 anos. Isso equivale dizer que 78,6% dos casos de estupro de vulnerável as vítimas no Brasil em 2024 eram crianças de até 13 anos de idade (Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2025).

Segundo o FBSP 2025, 67,9% de Estupro de Vulnerável de 0 a 17 anos aconteceram na residência da vítima, isto é, o autor de violência é conhecido da vítima, e/ou possuem algum tipo de parentesco, em 59,5% dos casos o violador é um familiar. “[...] a relação entre vítima e agressor com recorte de idade, é possível notar que vítimas com menos de 14 anos são violentadas majoritariamente por familiares” (FBSP, 2025, p. 188).

A violência sexual tem gênero, raça, cor e etnia, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Vítimas de Estupro de Vulnerável por Raça – Cor – Etnia 2024



Fonte: Gráfico 55 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2025, p. 186.

Outro dado que seria importante destacar é a falta de informação NI (Não Informado) em relação de raça, cor e etnia das vítimas, que em 30,7% do “Percentual de registros de estupro e estupro de vulnerável com informação ausente (NI), por variável analisada Brasil, 2024” (FBSP, 2025, p. 187). É possível verificar que dos dados que contém essa informação, em 55,6% dos casos identificados as vítimas eram negras, e 43,1% eram brancas. Pessoas indígenas representaram 0,9% do total das vítimas e as amarelas, pessoas asiáticas correspondem a 0,4%, dos casos de estupro e estupro de vulnerável.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, dados do “Disque 100” de 2024 (Brasil, 2024), as denúncias podem ter mais de uma violação de Direitos Humanos, como maus tratos, abuso sexual, exploração sexual, tráfico de pessoas, negligência, tortura psíquica e integridade física com risco à saúde. É a região sudeste (com os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) com 55% do total de denúncias de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

Diante do exposto, surgiram várias indagações: Como a Rede de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro se estruturou? A pandemia trouxe mudança no cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes? O que mudou na detecção de casos e no atendimento as vítimas de violência sexual na Capela do Socorro? Quais os serviços existentes para atender as vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro? Quais são as Boas Práticas dessa Rede e quais são os desafios? Qual

o manejo nos casos suspeitos, ou identificados de violência sexual contra crianças ou adolescentes na Capela do Socorro? Como a Rede da Capela do Socorro tem enfrentado a Violência Sexual contra crianças e adolescentes antes, durante e após a pandemia, a partir da flexibilização das medidas de contenção em 15 de novembro de 2021, até o encerramento da pandemia de COVID-19 em 5 de maio de 2023? Qual o impacto da pandemia de COVID-19 na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro? Como a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro se estruturou no pós-pandemia?

A partir destas indagações, esta dissertação tem como objetivo geral analisar as estratégias desenvolvidas pela Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros, tendo como Locus a Capela do Socorro em São Paulo, no período de antes, durante e no pós-pandemia. Especificamente, analisar as mudanças no cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros antes, durante e após a pandemia; conhecer o processo de identificação de casos de crianças e adolescente vítimas de violência sexual da Capela do Socorro de fevereiro de 2011 a novembro de 2024; verificar o fluxo de encaminhamento nos casos identificados de violência sexual de crianças e adolescentes da Capela do Socorro no período de fevereiro de 2011 a novembro de 2024; conhecer os serviços existentes para atender as vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro desde a implementação da Rede até 2024.

A metodologia adotada para realização desta pesquisa foi exploratório, quantitativo e qualitativo. Segundo GIL (1991), e Cervo; Bervian; e Silva, (2007), a pesquisa exploratória permite sistematizar os procedimentos para a investigação, sendo o mais utilizado por pesquisadores sociais porque permite a comparação dos dados analisados.

A pesquisa quantitativa tem o objetivo de quantificar os resultados da pesquisa. Segundo Minayo (2008), é um método que foca em dados numéricos e de indicadores e variáveis, o que permite obter resultados mais objetivos. Dessa forma, o procedimento metodológico será o levantamento de dados relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes da Capela do Socorro no site da Secretaria de

Segurança Pública e da Supervisão e Vigilância de Saúde, acessados através do Sistema de Informação e Agravos de Notificação – (SINAN). A escolha pelo levantamento dos dados quantitativo permite transformar opiniões em números para analisar os dados, isto é, permite descrever resultados com melhor precisão (Bervian; Silva, 2007). Já a pesquisa qualitativa tem caráter valorativo, pois a intenção do pesquisador é captar as vivências dos entrevistados, pois buscam conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo foram levantamento bibliográfico, documental e entrevista semiestruturada. O levantamento bibliográfico de três (3) categorias de análise: Violência Sexual contra Criança e Adolescente, Rede de Proteção e Pandemia de COVID-19. O levantamento e análise dos documentos foram realizados nos registros oficiais e Atas de Reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro. O acesso às Atas de reuniões não necessitou de autorização, uma vez que são documentos públicos, disponibilizado por e-mail mês a mês. Dessa forma, o acesso às Atas se deu por meio ao acervo pessoal da pesquisadora e da pesquisa no Drive da Rede, na qual a pesquisadora tem acesso por ter sido moderadora, e continuar assessorando os novos moderadores. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 2 profissionais que conhecem as discussões da Rede e são trabalhadores da Capela do Socorro, com roteiro prévio de perguntas e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, submetido a Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética da PUC-São Paulo.

Esta dissertação encontra-se estruturada em 2 Seções e considerações finais. A primeira Seção conceituará a violência sexual contra crianças e adolescentes engendradas na questão histórica e nas relações de poder e dominação segundo as literaturas e documentos oficiais. Além disso, discorrerá sobre a Política de Proteção à Criança e ao Adolescente vítimas de violência sexual no Brasil a partir de 1988 com a promulgação da Constituição Federal, destacando a Política de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil e na Cidade de São Paulo.

No Segunda Seção será apresentada a Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro, e como foi o enfrentamento a essa violência no antes, durante e no pós-pandemia de COVID-19,

e o resultado da pesquisa documental de 70 Atas encontradas, e o resultado das entrevistas realizadas com 2 participantes da Rede da Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro.

1. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: violação dos Direitos Humanos e os caminhos de proteção

Esta primeira seção conceituará criança, adolescente e as infâncias, no decorrer da história e os tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Para entender o fenômeno da violência sexual contra criança e adolescente, Azambuja (2011) afirma que é necessário buscar compreender a complexidade entre as diversas abordagens e diferentes disciplinas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, sob as lentes de outras áreas do conhecimento, como História, Antropologia, Direito Educação etc., devido a dinâmica tão complexa da violência.

Além disso, nesta seção será apresentada as estratégias da sociedade, a forma como ela tem se organizado para enfrentar a situação tão complexa da violência sexual contra crianças no Brasil, destacando as Leis, Planos, Projetos, Discussões e avanços para prevenir esse tipo de violência, que é um fenômeno na sociedade brasileira.

1.1 Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, uma Questão Histórica de Poder e Dominação.

A violência no Brasil é fruto de uma relação histórica de autoritarismo, do patriarcado, do sexismo e do racismo desde a colonização de subjugação e genocídio da população indígena, do sequestro dos negros da África e a estratificação das raças. Essas relações historicamente construídas, é um fenômeno que envolve a questão de classe social, de gênero, de raça e de etnia, e está ligada à cultura de uma sociedade, na maneira como ela organiza suas relações. Se a violência no Brasil é gestada na colonização, para Soares (2024), “a violência foi a parteira do capital” (p. 22, *apud* Castelo Branco 2006, p. 31). O Capital nasceu de forma violenta e com a exploração e a dizimação de corpos negros e indígenas, a partir de sequestros, saques, roubos e assassinatos na era colonial. Não mediram consequências para acumulação do Capital.

Quijano (2005) afirma que toda sociedade é uma estrutura de poder, e que a forma de articular a existência social é estruturada no poder, seja parcial ou total, com a imposição de um grupo sobre outros, “[...] configuradas as disputas pelo controle do

trabalho, seus recursos e produtos; do sexo; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 120). Diante disso, entende-se que a reprodução da violência na vida cotidiana, se dá como forma de dominação e controle, que se aplica nas estruturas organizadas e institucionalizadas e conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, colocando-os em situação de vulnerabilidade, e tende a ser “naturalizada” e influencia diretamente as práticas socializadoras.

Segundo Amorim e Contini (2013), a violência é estrutural e faz parte de um sistema complexo de relações desiguais de poder, de dominação e subjugação ao prazer do seu opressor e está ligada à cultura de uma sociedade que envolve questões de classe social, gênero e raça/etnia, e desencadeiam outras formas de violência.

Para Marilena Chaui (2017), o conceito de violência é pequeno e restritivo, diante da barbárie desse fenômeno, pois de forma naturalizada é entendido como delinquência e criminalidade, quando, na verdade, é toda forma de ação, pensamento e sentimento que reduz uma outra pessoa à condição de uma coisa. Segundo ela, a violência estrutural é a maneira pela qual as formas de opressão, dominação, exclusão são realizadas.

Segundo Alves (2021), a violência é complexa e multifatorial, e se manifesta em diferentes épocas, dependendo dos fatores políticos, econômicos, culturais e sociais. No entanto, ressalta que nas sociedades conservadoras a violência é uma marca, pois como acrescenta Yazbek (2020), o conservadorismo corrobora para o avanço do irracionalismo e naturalização da desigualdade, culminando com o acirramento das violências de racismo, feminicídio, da homofobia na criminalização dos movimentos sociais, com altíssimo teor de violência e barbárie impulsionados pelas forças conservadoras.

A violência estrutural também inclui a questão geracional e adultocêntrica, pois a reprodução do comportamento violento se perpetua até os dias de hoje por meio da “[...] imposição de uma relação de dominação e subjugação do adulto contra a criança ou o adolescente, que despreza e aniquila seu lugar de sujeito de direitos, [...]” (Amorim e Contini, 2013, p. 2).

A questão adultocêntrica é marcada pelo processo de dominação que se baseia na ideia de que as diversas dimensões da sociedade se organizam a partir da figura do adulto, pois, como aponta Oliveira (2021), a prática adultocêntrica é uma relação de poder que existe desde os primórdios da humanidade, que ao entrar na fase adulta não respeitava o desenvolvimento da criança ou do adolescente, e a partir dos 5 anos de idade a criança já era incluída no mundo do trabalho, “[...] o tratamento desumanizado e mercantilizado dos sujeitos como regra de convivência e violência social cotidiana, pois a racialização de sua identidade os excluía de partida, do ideal de infância, adolescência e juventude” (Oliveira, 2021, p. 956).

As crianças pobres são as mais atingidas pelo adultocentrismo, uma vez que o capital e o adultocentrismo são marcados pela exploração e no caso específico do capitalismo “[...] existe uma relação mais intensa, pois a dinâmica capitalista se ‘nutre’ do adultocentrismo que se agudiza através das ideias e práticas neoliberais” (Cavalcanti, 2021 p. 200)

[...] as crianças mais atingidas pelo adultocentrismo são meninos e meninas pobres, e que o sistema capitalista na medida em que enfraquece o Estado produz uma desistência das instituições em relação aos meninos e meninas mais fragilizados financeiramente, é o ponto inicial para demarcar a ligação entre capital e o paradigma adultocêntrico. (Cavalcanti 2021; p. 201)

Melim, (2012) destaca ainda que no Brasil, mesmo com a industrialização tardia, a criança era vista como futura mão-de-obra barata, “[...] e a capacidade de trabalho se apresentou, de acordo com a ideologia dominante, como o único bem da população empobrecida” (Melim, 2012, p. 169). Quijano (2005) chama a atenção para a questão da relação entre racialização do adultocentrismo, pois as bases estruturais na diferença de raça e de etnia, inferiorizada em relação ao europeu e ao branco na modernidade, a produção e reprodução das práticas racistas se difundem em toda a sociedade de forma violenta. A idade historicamente, adulto/não adulto, ainda é usada como critério de subjugação, com base na superioridade de raça e gênero como aponta Oliveira (2023):

[...] os ritos tradicionais de socialização e ingresso no mundo adulto eram drasticamente rompidos com a diáspora forçada de crianças da África para o Brasil, a passagem da criança para adulto se daria pelo ingresso no mundo do trabalho capitalista e obediência ao senhorio. (Oliveira 2023 p. 101, apud Góes e Florentino 2015).

Também é importante destacar que a denominada violência estrutural não está relacionada apenas ao aspecto econômico (Amorim e Contini 2013). Segundo

Faleiros (1998), a violência estrutural desencadeia outras formas de violência, que se dividem em três modalidades: violência física, violência psicológica e violência sexual, e pode ser extrafamiliar ou intrafamiliar (Amorim e Contini 2013).

A violência sexual segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS),

Incluem-se como violência sexual situações de estupro, abuso incestuoso, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, impostas, pornografia infantil, pedofilia, voyeurismo; manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Igualmente, caracterizam a violência sexual os atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou forcem ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição; ou que limitem ou obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou participar de alguma maneira de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção (Brasil, 2016. p. 58).

Dessa forma, é violência sexual obrigar qualquer pessoa independentemente da idade, identidade de gênero, orientação sexual ou raça, a presenciar ou participar de interações sexuais e qualquer forma de lucro, seja por vingança, por prazer sexual que anulem o exercício ao Direito Sexual e Reprodutivo do indivíduo. Soares (2024) define abuso sexual contra crianças e adolescentes como sendo

[...] um tipo de violência sexual que engloba todo o ato sexual ou prática erótica de pessoa com desenvolvimento mais adiantado do que a criança ou adolescente para a satisfação de um desejo de cunho pessoal, dentro de uma relação de poder e submissão, onde são ultrapassados todos os limites do indivíduo que sofreu o abuso. Esse abuso pode se manifestar de formas diversas: com penetração anal ou vaginal; através do toque nos órgãos genitais da criança ou adolescente; fazer com que a criança ou adolescente toque os órgãos genitais de outra criança ou adolescente; fazer com que a criança ou adolescente toque os órgãos genitais do adulto; colocar a boca nos órgãos genitais da criança ou adolescente; roçar os órgãos genitais na criança ou adolescentes; mostrar os órgãos genitais; fazer com que eles assistam filmes ou vejam revistas pornográficas; masturbação; estupro; utilizá-los para produzir materiais pornográficos; dentre outros” (Soares 2024, p. 33 Apud Fátima, 2006).

Para Paiva (2013), o abuso sexual é a utilização do corpo de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual, em que o agressor quer satisfazer seus desejos sexuais. Qualquer ato de abuso do corpo e da sexualidade de uma criança ou adolescente seja por emprego de força física ou qualquer outra forma de coerção ou sedução para satisfação sexual configura-se em uma violência sexual. Jorge e Martins (2010) acrescentam que o abuso é desde a tentativa até consumação do ato de conjunção carnal desde tentativas de atentado ao

pudor até o estupro, “[...] caracterizando uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos [...]” (Jorge e Martins, 2010, p. 247).

Os termos estupro e estupro de vulnerável é violência sexual, e são expressões utilizadas pela Segurança Pública e envolve a conjunção carnal ou ato libidinoso mediante a violência e grave ameaça. O Art. 213 do Cód. penal define o estupro de vulnerável como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso [...]” (Brasil, 2009). Já a Violação sexual mediante fraude o Art. 215 é quando a conjunção carnal ou ato libidinoso acontece por meio de “[...] fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima a Pena de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos” (Brasil, 2009). As penas do crime de violência sexual variam de 2 a 30 anos, dependendo do grau de parentesco, da idade da vítima, se a vítima tem menos de 18 anos de idade ou se tem deficiência,

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude (Brasil, 2009, p. 1).

Outra prática de violência sexual é o voyeurismo. Segundo Villen (2018), o voyeurismo é o ato de obter prazer sexual observando pessoas nuas seja criança, adolescente ou adulto envolvidos em atividades sexuais sem o seu consentimento. Nos casos de voyeurismo a vítima não sabe que está sendo olhada na sua intimidade. Segundo o site de saúde e doença²⁰, o voyeurismo é considerado uma parafilia e essa prática também pode estar associada ao exibicionismo ou a pornografia infantil. O voyeurismo é um conceito que já foi abordado pela psicanálise, filosofia e sociologia, e desde o início do século XXI tem sido associado com o exibicionismo e vigilância.

Diante das mais variadas formas de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes, vale destacar uma crítica em relação a palavra abuso, porque pode soar como algo que passou do ponto, que houve um excesso, e não indica a gravidade da violência sexual, uma vez que no próprio dicionário da língua portuguesa Michaelis

²⁰ Disponível em: <https://www.365saude.com.br/pt-mental-health/pt-general-mental-illness/2018157939.html> Acesso em: 13 de junho de 2025.

(2025) o abuso refere-se como mal uso ou ao uso excessivo de algo. Isso pode, de certa forma, fazer com que a violência sexual continue escondida, naturalizada, diminuída a uma esfera individual quando utilizamos esses termos, porque parece mascarar a crueldade da violência cometida.

A maioria das pessoas tende a enxergar a violência doméstica entre adultos como algo separado e diferente da violência contra crianças, quando nos alerta hooks²¹ (2018) que não é, porque com frequência, crianças sofrem “abuso” quando tentam proteger a mãe que está sendo atacada por um companheiro ou marido, ou são emocionalmente afetadas por testemunhar violência e abuso. “A violência patriarcal é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva” (hooks, 2018. p. 75). Usar palavras como violência doméstica ou abuso sexual, apesar de serem termos reconhecidos nas literaturas e nas resoluções que estabelecem diretrizes para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo a autora hooks (2018), parece que é algo aceitável.

Por muito tempo, o termo “violência doméstica” foi utilizado como um termo suave, leve, que sugere emergir em um contexto íntimo que é privado e de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal do que a violência que acontece fora do lar. Isso não procede, já que mais mulheres são constantemente espancadas e assassinadas dentro de sua casa.

Denominar a violência patriarcal como algo cultural perpetrada e perpetuada na nossa sociedade, é fundamental para a construção de uma cultura de paz, com respeito às diferenças, sejam elas de gênero, raça, religiosa, é necessário darmos nomes e significado aos conceitos. Isso porque quando entendemos que dentro desse conceito, as mulheres também são violentas, tanto quanto os homens,

Adultos que foram vítimas de violência patriarcal cometida por mulheres sabem que elas não são pessoas não violentas, independentemente da quantidade de pesquisas que nos dizem que mulheres, com frequência, são mais inclinadas ao uso da não violência. A verdade é que crianças não têm uma voz coletiva organizada para expressar a realidade de como são frequentemente alvo de violência de mulheres. Se não fosse pelo alto número de crianças procurando atendimento médico em consequência da violência

²¹ Grafia em letra minúscula por escolha da intelectual – bell hooks – como forma política de recusar o protagonismo em um pedestal acadêmico, afirmando e enaltecendo, antes dela, o seu trabalho e produção ao longo da vida.

cometida por mulheres e homens, não haveria provas que documentassem a violência feminina. (hooks, 2018. p. 76).

Culpabilizemos agora mulheres e homens pela violência? Não, essa não é a intensão, “Uma mãe que talvez jamais seja violenta, mas que ensina suas crianças, principalmente os filhos, que a violência é um meio aceitável de exercer controle social, ainda está em conluio com a violência patriarcal” (hooks, 2018. p. 76).

Esse é um chamamento mais atento e reflexivo para a questão da violência intrafamiliar, para tentarmos mudar a cultura de dominação e poder com o uso da força, nas nossas relações interpessoais, com as crianças e adolescentes, idosos, pessoas mais vulneráveis por sua condição etária, de gênero ou de raça, classe social, cargos e privilégios, pois normalizamos e naturalizamos as violências observando a sua escalada, que envolver crianças e adolescentes em atividades sexuais impróprias para a sua idade cronológica, ou para seu desenvolvimento psicosssexual, é uma violação do direito ao desenvolvimento sexual saudável. Toda forma de ação em que há relação de poder, com emprego de força física, uso de arma, drogas ou por influência psicológica, intimidação, sedução, aliciamento, ameaça, em que um subjuga o outro para a realização de práticas sexuais são formas de violência sexual (Paiva, 2013).

A maioria dos casos de abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes são de caráter intrafamiliar, sendo uma questão que envolve cultura, tabus e preconceito, impera o silêncio entre os membros da família. Esse procedimento entre os familiares favorece a repetição dos casos de abuso. No abuso sexual intrafamiliar a agressão sexual ocorre dentro da residência da criança ou do adolescente, e o agressor e a vítima possuem algum vínculo de parentesco, ou vínculo afetivo (Paiva, 2013).

Ferrari (2013) aponta que a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes no seio familiar, são relações complexas que envolvem sedução, ameaças, proteção da honra do abusador e o silêncio dos membros da família, sendo uma questão que envolve cultura, tabus e preconceito. Esse procedimento entre os familiares favorece a repetição dos casos de abuso.

Balbinotti (2009) apresenta a diferença entre a relação incestuosa e o abuso sexual intrafamiliar, destacando que as relações incestuosas acontecem entre adultos

e nem sempre é abusiva ou realizada através da violência física ou psicológica. Já sexo entre um adulto membro da família com crianças ou adolescentes é sempre um abuso sexual intrafamiliar, pois a criança ou o adolescente não tem condições de consentir “[...] pelo seu desenvolvimento incompleto, ainda não alcançaram o discernimento necessária para a integral autodefesa” (Balbinotti, 2009, p. 6).

Ferrari (2013) aponta 9 questões que envolve o abuso sexual intrafamiliar, e todos estão interligados entre si: segredo familiar, sedução, ameaça, a proteção da honra do abusador, complacência dos membros da família, punição da vítima, porque ela sofre o trauma pelo medo, vergonha e terror. Em relação a esse tipo de violência cometida no seio familiar, como Faleiros (2001) acrescenta, é uma violação ao direito à convivência familiar protetora.

Por sua vez, o abuso sexual extrafamiliar ocorre quando não há vínculo afetivo entre o agressor com a criança ou adolescente, ele acontece fora do contexto familiar da vítima, contudo não impede que este abusador seja conhecido da criança (Paiva, 2013). “Neste caso, na maioria das vezes a pessoa que comete a violência é alguém próximo e de confiança da criança, como amigos da família, vizinhos, educadores, profissionais que prestam algum tipo de atendimento, líderes religiosos” (Soares, 2024, p. 35).

Vale ressaltar que violência sexual cometida contra crianças e adolescentes está presente em todas as classes sociais e em todas as sociedades, como aborda Amorim e Contini (2013). Assim, é necessário tomar cuidado para não criar estereótipos, e acreditar que esse tipo de violência só acontece em famílias pobres.

Dentre a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, tão cruel quanto o uso dos corpos de crianças para satisfação sexual de adultos, existe a comercialização de seus corpos para fins sexuais. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes caracteriza-se pela utilização sexual de crianças e adolescentes como moeda de troca, seja com a intenção do lucro financeiro, ou de qualquer outra espécie de comércio, como a troca por mercadorias, em que se aproveita da condição de vulnerabilidade da criança ou do adolescente para fins comerciais. No caso de exploração sexual pode haver a participação de um agente entre a criança ou adolescente e o cliente, ou mesmo a conivência dos pais, ou seja, é raro que este tipo de violência sexual ocorra sem intermediários, essas

características também se caracterizam como exploração sexual porque o “cliente” pagará pela utilização do corpo em troca de dinheiro ou por comida, drogas etc. (Paiva 2013).

Neste tipo de violência sexual é comum existir uma rede de aliciadores, agenciadores, pessoas que fazem o intercâmbio entre a criança ou adolescente e seu abusador, que lucram com a exploração sexual infanto-juvenil (Alves, 2021). A exploração sexual tem um caráter comercial porque “envolve transações econômicas, podendo ser em dinheiro, alimento, abrigo e/ou algum tipo de proteção, porém o lucro, o ganho e a vantagem é para quem explora, por meio do aliciamento” (Alves, 2021, p. 40). Por este motivo, é dito que a criança ou o adolescente foi explorada(o) e não prostituída(o). Segundo Alves (2021) *apud* Guerra (2016), existe uma diferença entre a exploração sexual contra crianças e adolescentes e a prostituição ou trabalho sexual de adultos, isso porque quando se usa o termo prostituição infantil indica que as crianças e adolescentes são responsáveis pela atividade sexual comercial dos seus corpos, ou que é uma escolha voluntária e autônoma. Esse equívoco na diferenciação do que é a exploração sexual de crianças e adolescentes e a prostituição, inocentam os exploradores e tiram a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado,

Neste aspecto, o consentimento não existe na exploração sexual comercial contra crianças e adolescente, pois esta população é cooptada, recrutada, induzida, forçada, seduzida e convencida a manter atividades sexuais com outrem em troca de algum bem, na expectativa e esperança de conquistar alguma vantagem material ou de proteção, que altere seu cotidiano (Alves 2021, p. 38).

Alves (2021) acrescenta, que a exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes precisa ser entendido como manifestação da “questão social” e analisada de forma crítica ao sistema capitalista, “[...] da sociedade de consumo, da globalização, processo de trabalho, mercadoria e comercialização, e das atividades territoriais” (Alves 2021, p. 44). A exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes se divide em cinco modalidades, tráfico para fins de Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil; Exploração Sexual no Contexto do Turismo; Pornografia infantil, Trocas Sexuais e casamento forçado (Alves, 2021).

Segundo Alves (2021), “o casamento infantil é um fenômeno histórico no país, naturalizado e arraigado culturalmente e invisibilizado socialmente” (Alves, 2021, p. 137). Para Helena (2023), “o casamento infantil no Brasil é motivado, sobretudo, por aspectos como a pobreza e a vulnerabilidade social – e não por fatores ritualísticos

ou culturais, como ocorre em outros países” (Helena, 2023). O casamento infantil é a união em que pelo menos uma das partes tenha menos de 18 anos, o casamento com menores de 18 anos no Brasil é permitido a partir dos 16 anos, desde que tenha autorização dos responsáveis legais ou do juiz. Helena (2023) aponta ainda que segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) o Brasil é o quarto lugar no mundo em casamentos infantis.

O tráfico para fins de exploração sexual comercial infantojuvenil é a promoção ou facilitação da entrada, saída ou deslocamento no território nacional e internacional, de crianças e adolescentes com o objetivo de exercerem a exploração sexual de crianças e adolescentes (Paiva, 2013).

Agora, o turismo sexual se dá quando a exploração sexual de crianças e adolescentes acontece por parte de visitantes de países estrangeiros, ou turistas de outras localidades do país atrelada a economia globalizada, pois segundo Alves (2021) as atividades econômicas estão entrelaçadas e articuladas com o ramo do turismo “[...] agências de viagem, guias turísticos, hotéis, restaurantes, bares, barracas de praia, boates, casas de show, porteiros, garçons, taxistas” (Alves 2021, p. 50 *Apud* Faleiros, 2004, p. 79).

Já a pornografia infantil se caracteriza por qualquer representação por imagem²² de crianças ou adolescentes envolvida(o)s em atividades sexuais explícitas reais ou simuladas, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins sexuais (Brasil 2025). A legislação brasileira vigente, Artigo 241-B do ECA tipifica como crime:

apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou Internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente (Brasil, 1990).

²² RESOLUÇÃO Nº 265, DE 12 DE JUNHO DE 2025 Art. 2º adota-se a definição de violência sexual prevista no art. 4º da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, ampliada para incluir as condutas perpetradas em ambientes digitais.

IV- As condutas praticadas em ambientes digitais que violem a dignidade sexual de crianças e adolescentes, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação.

§ 1º Entre as condutas referidas no inciso IV, incluem-se, exemplificativamente: o aliciamento; a produção, disseminação, armazenamento ou consumo de pornografia infantil; a utilização de tecnologias de manipulação de imagens (deepfake) para fins sexuais; a extorsão sexual (sextorsão); o assédio online; o compartilhamento de imagens, vídeos ou quaisquer registros que contenham cenas de estupro, estupro de vulnerável ou apologia a tais crimes; e a divulgação de registros íntimos ou pornográficos envolvendo crianças ou adolescentes

Vale ressaltar, que segundo Alves (2021), a internet é a principal forma de divulgação de pornografia, materiais de atividades sexuais envolvendo crianças e adolescentes, como “Grooming”, que pode ser o Sexting, sexcasting ou sextosión. Esses tipos de violência são praticados através da ação de um adulto que se aproxima de crianças ou adolescentes via internet, por meio de chats. Mas, a diferença é que o sexcasting é a troca de mensagens sexuais em conversas instantâneas, e no sexting é feito o envio de mensagem com fotos sensuais, chamadas de “nudes”, acompanhadas geralmente de mensagens de textos eróticos ou convites sexuais por celulares, e-mail, salas de bate-papo, comunicadores instantâneos e sites de relacionamento (Paiva, 2013).

Já o “Sextosión” é a prática de chantagens via internet, e tem como objetivo a continuação da exploração e do abuso sexual. Para a chantagem geralmente os agressores fazem uso das fotografias ou vídeos de criança ou adolescente sem roupa ou em relações íntimas que foram compartilhados por mensagens. A chantagem “sextosión” é usada como meio de coerção para conseguir da criança ou do adolescente a continuação da exploração sexual por meio das mensagens e mídias sociais (Paiva, 2013).

Diante disso, podemos compreender que a violência sexual contra crianças e adolescentes se divide em duas modalidades, o abuso sexual e a exploração sexual. O abuso sexual se caracteriza pelo uso do corpo de uma criança para satisfação sexual, seja com qualquer contato físico ou por meio da observação. Já a exploração sexual é quando o corpo da criança ou do adolescente é usado para fins sexuais de forma comercial, é explorado como moeda de troca, seja por dinheiro, favores, troca de alimento ou qualquer gratificação. Apesar da violência sexual não ser aceita moralmente na sociedade brasileira, como aponta Faleiros (2001) a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes ultrapassa não só os limites físicos e psicológicos, como também os limites humanos, éticos, culturais, sociais, de regras sociais e familiares, portanto um desrespeito à dignidade da pessoa humana uma violação dos direitos humanos universais, ele é crescente na sociedade.

As notificações desse tipo de crime são crescentes. Isso é algo positivo porque anuncia a quebra do silenciamento das vítimas e das pessoas que tomam conhecimento.

No tópico seguinte será apontado como a sociedade está se organizando para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no território nacional, e a efetivação da garantia de direitos na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

1.2 A proteção Integral e o Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil

O processo de proteção e garantia de direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil começou apenas na década de 1980, quando a infância e a adolescência passaram a fazer parte da agenda da luta por direitos na sociedade brasileira, sendo afirmado na Constituição Federal de 1988 art. 227 e 228 com os Princípios de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, e com a Lei nº 8.069/1990 do ECA, e vem assegurar no seu art. 2º que a criança e adolescente são sujeitos de direitos em fase peculiar de desenvolvimento.

Antes disso, o atendimento a crianças e adolescentes pobres eram realizados só em casos extremos de risco ou infração, com atendimento assistencialista e repressivo, ligado à polícia e ao judiciário, sem políticas públicas de saúde, educação, lazer e convivência familiar. Era realizado através de internatos, orfanatos e reformatórios, muitas vezes em condições inadequadas, insalubres. Não havia garantia universal de direitos, as intervenções eram vistas como favores ou caridade.

A (des)proteção de crianças e adolescentes no país é histórica, desde o período colonial as práticas assistenciais voltadas para crianças pobres eram pautadas no trabalho “As crianças indígenas eram catequizadas enquanto aprendiam a trabalhar; os pequenos escravos, desde muito cedo, [...] entregues para o trabalho” (Melim, 2012, p. 168). O tratamento dado a criança e ao adolescente no país era com cunho assistencialista, moralista, doutrinário e direcionado para exploração de mão de obra, especialmente para crianças e adolescentes pobres e negras, sendo tratados como delinquentes, abandonados, violentados, criminalizando assim a pobreza e não proporcionando o exercício da cidadania das crianças e suas famílias “[...] a criança pobre era tida como um futuro marginal em potencial e por isso era preciso reprimi-la e corrigi-la pela violência” (Melim, 2012, p. 173).

A primeira legislação com diretrizes para a infância e adolescência no Brasil foi o Código de Menores Mello Mattos do decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927,

uma legislação específica para o “cuidado” com a criança pobre, mas o código Mello Matos apenas reforçava as práticas anteriores de repressão e correção pela violência. O Código de Menores Mello Mattos perdura ainda até 1979, quando é revogado pela Lei nº 6.697, de 1979, quando tem uma reformulação que introduz na lei a Doutrina da Situação Irregular, isto é, era considerada situação irregular aquela em que a criança não tinha o mínimo de condições à sua subsistência. Dessa forma, essa situação da criança dava ao Estado plena autonomia para retirar a criança do lar, mudavam-se os nomes as nomenclaturas, mas as práticas higienistas continuavam as mesmas (Melim, 2012).

Segundo Melim (2012), apenas na década de 1980, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte fez com que os movimentos sociais se articulassem para tentar inscrever na Carta Constitucional os direitos sociais como dever do Estado, “Também data da década de 80 deu-se a criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum/DCA” (Melim, 2012, p. 175),

[...] quanto aos direitos civis, destaca-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) que, já em seu primeiro encontro, em 1986, congregou 500 meninos de rua de todo país para analisar a conjuntura e declarar as suas necessidades e expectativas, preparando terreno para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de codificar os direitos dos menores [sic] e definir as responsabilidades dos adultos e do Estado (Melim, 2012, p. 175 Apud Doimo 1997, p. 140).

Dessa forma, é a partir da Constituição Federal de 1988, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990, que a criança e o adolescente passaram a ser vistos como um sujeito de direito, a luta é diária para que esses Direitos sejam reconhecidos por toda a sociedade. O ECA é um Estatuto completo que abrange todas as dimensões da vida da criança e do adolescente, sem distinção de raça, cor, etnia ou classe social. Nesse documento acontece a universalização dos direitos ampliados a todas elas, na garantia da dignidade da pessoa humana, e possibilitou a construção de políticas públicas e sociais que efetivem esses direitos (Amorim e Contini, 2013).

São longos os processos de discussão até a materialização de Leis através das Políticas Sociais, e a população desconhece esse processo e são facilmente manipulados. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993 no artigo primeiro define que a assistência social é política pública de direito do cidadão e dever do

Estado, como Política da Seguridade Social não contributiva, que deve garantir o atendimento às necessidades básicas dos indivíduos. Apesar da LOAS estabelecer os critérios, é em 2004 que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, estabelece o funcionamento e gestão do Sistema Único de Assistência Social SUAS.

É possível questionar por que ao tratar da infância e juventude o foco é a política de Assistência Social? Porque a política de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida que violam a dignidade humana (Brasil, 2005). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é reconhecida como um direito do cidadão e dever do Estado, e está diretamente ligada com a integração e articulação da seguridade social e das demais políticas sociais.

A PNAS está dividida por níveis de Complexidade: Proteção Básica de Prevenção e Proteção Especial de Média e Alta Complexidade. A Proteção Básica é operacionalizada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), devendo estar em territórios vulneráveis e executar serviços de proteção e prevenção junto aos indivíduos e suas famílias. A Proteção Especial oferecidos pelo Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS) oferece serviços especializados de Alta ou de Média Complexidade, destinados a pessoas que estão em situação de risco pessoal ou social, em situações em que há a violação de direitos, e o atendimento de crianças e adolescentes que foram vítimas de violência sexual (Brasil, 2005).

A proteção Especial é a modalidade de Atendimento Assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social e pessoal, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil entre outras (Brasil, 2005, p. 37).

Para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal, foi instituído na Resolução Nº 113, de 19 de abril de 2006 no seu Art. 1º o Sistema de Garantia dos Direitos – (SGD) da Criança e do Adolescente, a fim de articular a integração das políticas públicas “nas instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle (Brasil, 2006, p. 1), e a Resolução do CONANDA nº 117/2006, que Alterou a Resolução nº 113/2006, que trata dos parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com

vistas a promover e proteger os direitos da criança e do adolescente no Brasil, estabelecendo diretrizes para a atuação de órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Estas resoluções buscam garantir a efetivação dos direitos humanos das crianças e adolescentes, conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).,

O SGD integra os eixos de Promoção, Defesa e Controle. Cada eixo realiza tarefas distintas e a articulação desses três eixos, proporcionam a Proteção Integral de crianças e adolescentes. O eixo de Promoção visa garantir acesso aos direitos de proteção básica e especial, conforme os Artigos 86 e 87 do ECA, que prevê uma política de assistência integral de prevenção garantindo o atendimento especializado médico e psicossocial para crianças ou adolescente que tenham sofrido maus-tratos e abusos com medidas preventivas, socioeducativa, através de políticas básicas de educação, saúde e moradia, priorizando o seu atendimento (Brasil, 1990).

O Eixo de Defesa é destinado a “responsabilizar juridicamente os violadores dos direitos de crianças e adolescentes” (CONANDA, 2013), os responsáveis são os órgãos do poder público, através de Centro de Defesa, Conselho Tutelar, Varas de Infância, Ministério Público, Defensoria Pública, dentre outros. Já no eixo de controle, participam organizações e movimentos de esfera pública e social, com o objetivo de se efetivar o direito como também luta por novos direitos. São integrantes deste eixo os Conselhos de Direito, Setoriais, da Educação, Saúde, Esporte, Educação, Cultura, Habitação, Assistência Social, e os diversos conselhos que discutem, operacionalizam e viabilizam as políticas de Proteção Básica de Prevenção e Proteção Especial, em nível Federal, Estadual e Municipal (CONANDA, 2013).

Os eixos de Promoção de Defesa e Controle do SGD estabelece um novo paradigma nos campos jurídico e social, ele cria vínculos normativos que asseguram a efetividade dos direitos públicos subjetivos dessa população. “Assim, o SGD deve propor ações articuladas, ultrapassando fragmentações e moralismos, por meio da compreensão das condições e trajetórias de vida dos sujeitos.” (Fávero, 2022, p. 107).

O referencial para essa construção sobre os direitos integrais da criança e do adolescente no Brasil é a Convenção das Nações Unidas (1989). Este documento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) demorou dez anos para ser construído, de 1978 a 1989. Um grupo de trabalho de uma organização não

governamental, criado pela Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, discutiu e elaborou o texto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança em 1989, com o objetivo de garantir a proteção de crianças e adolescentes (Bispo, 2013).

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989): Tratado que visa à proteção de crianças e adolescentes em todo o mundo, aprovada por meio da Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. Dentre os princípios consagrados pela Convenção, destacam-se o direito à vida e à liberdade; e as obrigações dos pais, da sociedade e do Estado em relação à criança e ao adolescente (Bispo, 2013, p. 3)

Conforme Motti e Santos (2013), a Convenção é o instrumento de Direito mais poderoso existente, porque nele ficam estabelecidas normas, deveres e obrigações pelas quais os países que aderem à Convenção se comprometem a cumprir as normas, regras e obrigações nelas estabelecidas.

A Declaração sugere princípios pelos quais os povos devem guiar-se, no que diz respeito aos direitos da criança, estabelece normas, isto é, deveres e obrigações a serem observados pelos países que a ela formalizarem sua adesão. Ela confere a esses direitos a força de lei internacional (Motti e Santos, 2013, p. 1).

Outros avanços são observados na mobilização mundial para garantia de direitos de crianças e adolescentes. Em Estocolmo na Suécia em 1996 aconteceu o I Congresso Mundial Contra a exploração Comercial de Crianças, organizado pela rainha Silvia. Nesse Congresso, 122 países se comprometeram a construir uma agenda, um plano de ação para o Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Ficou definido neste I Congresso²³ que o abuso sexual, exploração sexual, tráfico de pessoas para fins sexuais e pornográficos são considerados crimes contra a humanidade, e que devem ser levantados recursos para que esse tipo de crime seja punido (Pinheiros, 2007). Ficou determinado também, no Congresso de Estocolmo, que as pesquisas sobre esse fenômeno devem ser analisadas do ponto de vista históricas, culturais, sociais e jurídico, e que sejam implementados Programas de Proteção, Prevenção e Reintegração Social de crianças e adolescentes, que foram vítimas de violência sexual, e que seja construída uma agenda comum de trabalho

²³ Depois do I congresso de Estocolmo 1996 aconteceram mais três encontros, 12 anos após esse evento, em 2008 aconteceu o II Congresso sobre o tema de Exploração Sexual Infanto-Juvenil em Yokohama (Japão), e o III Congresso foi realizado no Brasil na cidade do Rio de Janeiro em 2008, sendo o maior já realizado no mundo sobre este tema, com a presença de representantes de cerca de 160 países; 3515 delegados, dentre estes 282 adolescentes.

(Pinheiros, 2007). Esse congresso impulsionou a criação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSI) em 2000.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil de 2000, foi homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para o fortalecimento e implementação de um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou risco de violência sexual (CONANDA, 2000). Esse plano representa a construção sistematizada de uma política voltada para a garantia de direitos da criança e adolescente, estruturado em um conjunto de ações articuladas que permite uma intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. O Plano Nacional prevê também a necessidade de articulação do governo e da sociedade civil no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, e pelo compromisso político de luta social pela implementação de Políticas que objetivem a garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Bispo, 2013).

Sua operacionalização acontece através de seis eixos estratégicos: análise da situação, mobilização e articulação, prevenção, atendimento, defesa e responsabilização e protagonismo juvenil. Sendo necessário para a sua implantação o trabalho em Rede para articular políticas públicas e sociais, serviços, e atores sociais que estão diretamente ligados à promoção da defesa e garantia do bem-estar de crianças e adolescentes (Bispo, et al., 2013 p.3).

Vale destacar que uma das primeiras medidas nacionais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes foi em 1997, com o lançamento do primeiro Disque-Denúncia nacional, sob a coordenação da Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA). No decorrer dos anos, vários debates sobre a importância da denúncia foram realizados pelo país, culminando no chamado Disque 100, que hoje é de responsabilidade direta do governo federal (Lima, 2010).

O primeiro programa construído para enfrentar a violência sexual infantojuvenil no Brasil foi o Programa Sentinela instituído em 2001 pelo governo Federal, para ser implementado pelos municípios, com o objetivo de atender vítimas de violência sexual no âmbito da Política de Assistência, através de um conjunto articulado de acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança, esporte, lazer e cultura (Pinheiros, 2007).

Em 2002 foi criado pelo Governo Federal, por meio da coordenação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território brasileiro – PAIR, para desenvolver de forma metodológico as ações de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil no território brasileiro em parceria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Neumann e Fernandes, 2011).

Cabe ressaltar ainda que o PAIR é um Programa Federal que norteia e operacionaliza metodologicamente o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSI), “[...] método que une ações de pesquisa, mobilização e capacitação dos profissionais e operadores do sistema de garantia de direitos, que trabalham na área da infância e juventude” (Neumann e Fernandes, 2011, p. 15). O PAIR 2002 foi operacionalizado através dos seis eixos estratégicos do PNEVSI, que são: análise da situação, mobilização e articulação, Defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil (PNEVSI, 2002).

No eixo Análise de Situação, o objetivo é conhecer a situação da violência sexual no território, fazer análise, avaliação e divulgar os resultados dos dados e informações encontrados para toda a sociedade sem distinção. Este eixo é necessário para, “[...] o conhecimento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições de garantia do financiamento do Plano [...]” (Neumann e Fernandes, 2011 p. 18).

O eixo de Mobilização e Articulação o objetivo é o trabalho em Rede para fortalecer articulações nacionais, regionais e locais, comprometendo a sociedade no enfrentamento à todas as formas de violência sexual infanto-juvenil, e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização (Neumann e Fernandes, 2011).

Segundo Neumann e Fernandes (2011), o eixo de Defesa e Responsabilização, se refere ao sistema jurídico e policial, frente à necessidade de atualização da legislação para se combater à impunidade dos crimes sexuais. Também visa a preparação e capacitação de profissionais da área jurídica e policial para atuar em ocorrências de violação dos direitos sexuais de crianças e adolescente. Além disso,

objetiva-se no eixo de defesa e responsabilização o fluxo de serviços de notificação de casos de violência sexual, o registro das ocorrências é importante para a análise da situação, e para se conhecer e comparar os impactos das ações e mobilizações que foram executadas.

O eixo de Atendimento objetiva se a efetivação de garantia de direitos ao atendimento integral e especializado às crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, como também atendimento às suas famílias, com articulação dos serviços (Neumann e Fernandes, 2011). O eixo Prevenção tem como objetivo articular ações educativas de autocuidado e defesa de crianças e adolescentes contra a violência sexual. Que crianças e adolescentes sejam educados em nível de reconhecer qual a intenção no carinho e afeto de adultos que se aproximam delas (Neumann e Fernandes, 2011).

No eixo de Protagonismo infantojuvenil é similar à prevenção, porém neste eixo a intenção é que crianças e adolescentes tenham participação ativa na defesa de seus direitos e sejam multiplicadores deste conhecimento, disseminando e monitorando para promover a prevenção de outras crianças e adolescentes (Neumann e Fernandes, 2011). No eixo de Defesa estão os órgãos do Poder Público e da sociedade Civil, que tem como objetivo a responsabilização jurídica dos violadores de direitos de crianças e adolescentes, são eles o Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos tutelares articulados, ações governamentais, e não governamentais, e o eixo de controle.

O eixo de Controle tem como objetivo, a organização e mobilização social da efetivação dos direitos, e da luta por novos direitos, ele é executado através dos espaços democráticos, de Conselhos, e entidades da sociedade civil e fóruns de discussão e Controle Social (Bispo, 2013).

O objetivo do PAIR tem sido integrar as políticas nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. A princípio ele foi implantado em seis municípios de seis Estados brasileiros, e até o ano de 2013 500 municípios de 22 Estados já tinham implementaram o PAIR. Sempre levando em consideração a realidade demográfica de cada território, com uma metodologia que se adequa à realidade de cada município, porque prevê a construção de um Plano Operacional Local-(POL) (Bispo et al., 2013).

Essas ações reforçam o que já vem sendo realizado, é importante para dar visibilidade à causa, mas elas sozinhas não resolvem o problema da violência sexual que acomete crianças e adolescentes em todo país. É necessário investimento público e a construção de Centros especializados, com delegacias especializadas de atendimento às crianças e adolescentes, com profissionais qualificados para principalmente, acreditar nas crianças que relatam esse tipo de violência, dar voz a esses sujeitos.

Em 2017, o país promulgou a LEI Nº 13.431, conhecida como Escuta Protegida e Depoimento Especial, segundo esta lei, seu objetivo é criar um sistema integrado de fluxos interinstitucionais entre saúde, assistência social, segurança pública e justiça para proteger crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência a não ser revitimizada ao ter que repetir as violências sofridas, ou presenciadas, podendo assim reduzir a fragmentação do atendimento e assegurar que a criança seja acompanhada em todas as etapas. A diferença entre a escuta especializada e depoimento especial, é que a Escuta especializada pode ser realizada por profissionais da educação, saúde, conselhos tutelares, serviços de assistência social, entre outros. Já o depoimento especial tem caráter investigativo, realizado por autoridade policial ou judiciária através da escuta da criança ou adolescente vítima de violência sexual, conforme os procedimentos descritos no artigo 12º da Lei 13.431/2017 (Brasil, 2017), com o objetivo assegurar que crianças, adolescentes e facultativo a jovens entre 18 e 21 anos, que eles sejam ouvidos em ambientes acolhedores e apropriados por profissionais especializados, sendo realizados depoimentos gravados para evitar relatos repetitivos e a revitimização²⁴.

A Lei da Escuta prevê a construção de Centros de Atendimento Integrado com equipes multidisciplinares para oferecer atendimento especializado e integrado para as vítimas dentro do Sistema de Garantia de Direitos²⁵ da criança e do adolescente.

²⁴ revitimização - discurso ou prática institucional que submeta crianças e adolescentes a procedimentos desnecessários, repetitivos, invasivos, que levem as vítimas ou testemunhas a reviver a situação de violência ou outras situações que gerem sofrimento, estigmatização ou exposição de sua imagem; [D9603 \(planalto.gov.br\)](#)

²⁵ Art. 1º Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Essa Lei também tipifica as violências praticadas contra crianças e adolescentes, e estabelece procedimentos e normas para assegurar o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, como a Escuta Especializada e o Depoimento Especial, e a integração das Políticas de Atendimento (Brasil, 2017). A escuta especializada trata do procedimento de entrevista de criança ou adolescente vítima de violência, com fim de cuidado e proteção da vítima.

Para regulamentar a Lei nº 13.431/2018 foi promulgado o Decreto 9.603 de 10 de dezembro de 2018, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, e os princípios que ressaltam a Lei 8069/1990 “[...] a criança e o adolescente são sujeitos de direito e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e gozam de proteção integral conforme o disposto no art. 1º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 [...]” (Brasil, 2018, p. 1). O Decreto traz ainda as diretrizes de atendimento para crianças e adolescentes, dentro do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência em atendimento integrado (Brasil, 2018).

No enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes no território Nacional têm surgido mobilizações da sociedade civil, Leis e decretos como o dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no dia 18 de maio, dia de “reafirmar a responsabilidade da sociedade brasileira em garantir os direitos de todas as suas Aracelis²⁶”. Também a Campanha Maio Laranja instituída pela Lei Nº 14.432 em 2022, que estabelece que em todo o território nacional devam acontecer ações de combate à violência sexual, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, lembrando que essas ações já são realizadas no dia 18 de maio (Brasil, 2022).

A história da Proteção Infância Juvenil no Brasil é marcada por avanços nas legislações, mas retrocessos na efetivação que implicam violência contra o outro mediadas pela moral, vivemos tempos de crescimento do neoconservadorismo, “legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana” (Barroco, 2011, p. 209), tem impedido o avanço de pautas como a discussão sobre os Direitos Sexuais e

²⁶ A menina Araceli Cabreira foi violentada e morta no Espírito Santo em 1973, seus algozes até hoje estão impunes.

Reprodutivos, aborto legal, em caso de gravidez de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Muitas vezes isso ocorre pela má interpretação dos termos, acreditando que esse diálogo pode influenciar crianças e adolescentes às práticas sexuais.

Mesmo diante de um cenário de retrocessos nas Políticas de Enfrentamento à violência, a Coalizão²⁷ Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil, possui cadeira na Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual desde 2017, sendo representada por seu Secretário Executivo Lucas José Ramos Lopes, e suplente Cristina Corde. O compromisso e a mobilização do grupo da Coalizão resultaram no envio de uma Carta Manifesto para o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) do Governo Federal, para a adesão à Parceria Global em 2018, tornando-se um país pioneiro (Pathfinding Country) A Carta Manifesto pedia:

- O compromisso público nacional e internacional do Estado brasileiro na Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, por meio de manifestação formal;
- A colocação como prioridade do Estado brasileiro, em todas as suas instâncias e dimensões, do enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes;
- A implementação nacional e subnacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por compreender que sua implementação integral tem a capacidade de beneficiar toda a sociedade e, especialmente, as crianças e os adolescentes;
- O fomento e a efetivação das leis vigentes que buscam proteger as crianças e adolescentes de todas as formas de violência e o fortalecimento de políticas públicas de apoio a famílias e responsáveis em seu papel protetivo e de cuidados;
- A elaboração de um plano nacional de estratégias sistêmicas, intersetoriais e interministeriais para redução de taxas de letalidade e de todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes, com atenção às vulnerabilidades decorrentes de situação socioeconômica, etnia, raça, deficiência, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual, além de outros marcadores relevantes para a construção de uma estratégia interseccional do enfrentamento da violência;
- A criação de um banco nacional e unificado de dados sobre a violência contra crianças e adolescentes no Brasil;
- O monitoramento e a avaliação constantes dos Planos Nacionais e Políticas de Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes;
- A destinação prioritária de recursos orçamentários para a prevenção, a promoção e proteção dos direitos da criança, em especial para políticas de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes (Coalizão Brasileira, 2025, s.p).

²⁷ A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes teve origem no final de 2017, e passou a articular a adesão do governo brasileiro à Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes (Global Partnership to End Violence Against Children), iniciativa das Nações Unidas desde 2016 para alcançar a meta 16.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Mais de 40 redes, fóruns e organizações, fazem parte da Coalização, incluído o Instituto Alana e a ANDI – Comunicação e Direitos, fazem parte da Coalizão. (Coalizão Brasileira, 2025).

Em 2019, inicia-se o processo da terceira revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, mas segundo a Coalizão Brasileira (2025), a revisão precisou ser interrompida, mesmo depois da Resolução nº 221, de 3 de agosto de 2020 que institui um grupo para a revisão do PNEVSCA,

[...] um Grupo Temático paritário para a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Cinquenta especialistas contribuíram para a revisão, participando de cinco debates organizados por eixo estratégico, fornecendo contribuições relevantes aos princípios, diretrizes e objetivos estratégicos do plano. (Coalizão Brasileira, 2025, p. 12).

No entanto, o CONANDA se retirou do processo de elaboração do programa, porque, segundo a Nota Técnica da Coalizão Brasileira de 2025, a nova comissão reduzia a participação social, não levando em consideração as competências normativas de cada Eixo do Plano.

[...] o Conanda se retirou do processo de elaboração do programa, alegando que a nova comissão reduzia a participação social e usurpava suas competências normativas. A publicação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes em maio de 2022, sem a aprovação do órgão competente, levantou questionamentos sobre sua validade como política pública de Estado (Coalizão Brasileira, 2025, p. 13).

Em maio de 2022, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes foi publicado sem a aprovação do CONANDA. Diante disso, uma nova, a Resolução 265 de 12 de junho de 2025 foi aprovada por unanimidade pelo CONANDA, para estabelecer novas Diretrizes para formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para a prevenção e ao enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente.

Todavia, logo em seguida, a Resolução do CONANDA 265/2025 foi contestada mais uma vez pela Bancada Conservadora no Congresso Nacional. As palavras chaves da matéria sensacionalista sobre aborto, fizeram um recorte do texto para descredibilizar a Resolução 265 de 2025, são 10 páginas e os 26 deputados(as), se atentaram apenas ao termo,

g) direito de acesso à interrupção legal da gestação para vítimas de violência sexual, com acolhimento digno com abordagem de direitos humanos, baseado em evidências técnicas e científicas, sem atrasos, e sem constrangimento ou imposição de exigências indevidas, conforme a legislação vigente (Brasil, 2025).

Esse tipo de mensagem ganham o apelo da sociedade, que não conseguem olhar com uma visão crítica para as consequências da violência sexual de meninas e adolescentes,

A deputada federal Chris Tonietto (PL-RJ) e mais 25 deputados protocolaram um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) pedindo a sustação integral dos efeitos da nova resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) que permite o direito ao aborto em meninas menores de 18 anos, com a alegação de estabelecer diretrizes “de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e ao enfrentamento da violência sexual” (Narjara, 2025).

Em novembro de 2024, aconteceu na Colômbia a I Conferência Ministerial Global sobre o fim da violência contra crianças e adolescentes. O Brasil teve participação na organização do Evento da I Conferência Ministerial Global que aconteceu nos dias 7 e 8 de novembro de 2024, em Bogotá - Colômbia, com a participação de 119 países.

A 1ª Conferência Ministerial Global sobre o Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, realizada em 7 e 8 de novembro de 2024, em Bogotá, Colômbia, reuniu representantes de 119 países, incluindo ministros de Estado, especialistas, ativistas e organizações da sociedade civil, com o objetivo de fortalecer os compromissos globais de prevenção e resposta à violência contra crianças e adolescentes. O evento foi coorganizado pelo Governo da Colômbia, Governo da Suécia, Organização Mundial da Saúde (OMS), UNICEF e a Representante Especial do Secretário-Geral da ONU sobre Violência contra Crianças. (Coalizão Brasileira, 2025, p. 7).

O Brasil, desde 2018, firmou o compromisso de participar em 2023 do processo preparatório da I Conferência, participando ativamente de reuniões em Genebra e Colômbia, onde participaram,

[...] representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A delegação brasileira foi chefiada pela Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo⁷, e contou com representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério da Saúde (MS), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) (Coalizão Brasileira, 2025, p. 8).

Segundo a Nota Técnica: Governança e Planejamento no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Desafios, normativas e caminhos para a efetividade de março 2025, traz o desapontamento com o descompromisso do Governo Federal com essa pauta,

O evento global reforçou que o Brasil possui uma fragmentação institucional no tema, com diferentes ministérios atuando de forma desconectada, sem

uma coordenação centralizada para integrar as políticas públicas voltadas à proteção infantil” (Coalizão Brasileira, 2025, p. 9).

É necessário o envolvimento de toda a sociedade para acabar com a violência sexual contra crianças e adolescentes. Se todos nós nos juntarmos e fizermos a prevenção da violência sexual contra meninas e meninos, em qualquer fase da sua vida, eles e elas não precisarão passar pela profilaxia de emergência, tratamento de prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), e nem à interrupção legal da gestação. Mas, enquanto a sociedade se esconder atrás da cortina do moralismo, defendendo os autores de violência, que na maioria tem vínculo com as crianças, essas medidas de proteção precisarão ser tomadas.

É importante destacar também que o Estado de São Paulo não tem suas ações pactuadas com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Em março de 2023 a lei nº 17.652 institui a Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Estado de São Paulo, mas não tem especificamente até o momento um Plano de Enfrentamento à Violência sexual contra crianças e adolescentes.

Um esforço foi realizado no ano de 2016 em todo o Brasil pela Rede ECPAT Brasil e o CEDECA Rio de Janeiro, com a articulação e mobilização em torno do enfrentamento da violência sexual, com oficinas de disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em todo o país, para a pactuação do Plano Nacional com planos estaduais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. As oficinas foram realizadas pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CEDECA – RJ), em parceria com a Rede ECPAT Brasil e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Nesse tour São Paulo foi o último Estado a participar das oficinas, que aconteceu na cidade de São Paulo no dia 27 de setembro de 2016, com a participação de integrantes de organizações da sociedade civil que atuam com a temática. O projeto teve o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e da secretaria especial de Direitos Humanos do ministério da Justiça e Cidadania. O objetivo dos encontros foi de fortalecer a articulação das redes de proteção infanto-juvenis, disseminar o Plano Nacional de Enfrentamento e implementar o Plano Estadual, contribuindo assim para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e a formulação de estratégias

de combate a essas formas de violência sexual. (Acervo pessoas da pesquisadora, setembro de 2016).

Apesar do movimento e das oficinas realizadas na cidade de São Paulo, não foi possível a pactuação do Plano Nacional com o Estado de São Paulo por não haver representação do Estado no evento, apesar do convite realizado ao CONDECA e outras representações do Estado de São Paulo. O que se repete também em 2025, quando está em curso a Revisão do Plano Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo, depois da publicação do CONANDA da Resolução 265 de 12 de junho de 2025, que prevê as Diretrizes para a formulação das políticas de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, conforme o Artigo 3º,

Art. 3º A Política Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes- PNEVSCA e o Plano Decenal Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes PDNEVSCA - integram o conjunto composto pela Política Nacional e pelo Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º A PNEVSCA e o PDNEVSCA devem ser concebidos no contexto de uma política mais ampla de enfrentamento a todas as formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes, garantindo-se, entretanto, a definição de estratégias específicas para o enfrentamento de cada forma de violência (Brasil, 2025, p. 2).

A mobilização e articulação é um desafio para a Rede de serviços socioassistencial na cidade de São Paulo, imaginemos essa articulação a nível Estadual e Federal? A Revisão do Plano Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes vem acontecendo durante todo ano de 2025, mas, apesar dos convites para a participação do CONDECA no Fórum Estadual, não houve participação nem apoio, mesmo sendo convidados para os Fóruns Livres (Acervo pessoal da pesquisadora, setembro de 2025). As medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes adotadas no Brasil são importantes, mas elas sozinhas não resolvem o problema da violência sexual que acomete crianças e adolescentes em todo país, precisa de articulação entre os Estados e municípios.

Mesmo ao atores comprometidos com a pauta, enfrentam dificuldade de mobilizar e articular intersetorialmente com o Poder Público Brasileiro e na Cidade de São Paulo, que ficou sem Reunião da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – CMESCA por mais de um ano. Em 2024, a Cidade de São Paulo ficou sem reunião da CMESCA por mais

de um ano, até maio de 2025, e ainda não tem coordenação definida. Por causa da falta de encontros da CMESCA não foi possível organizar, no ano de 2025, o evento do Grito de Carnaval contra a exploração, violência e abuso sexual de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo (Acervo da Pesquisadora, maio de 2025).

Cabe ressaltar que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o sistema de garantia de direitos funcione e possa garantir com eficácia a proteção integral de crianças e adolescentes. Além disso, é importante destacar que como toda conquista social no Brasil “[...] os direitos de crianças e adolescentes preconizados no ECA são resultados, principalmente, das lutas sociais dos movimentos organizados na sociedade civil” (CONANDA, 2013), por isso é necessário a sensibilização e a articulação dos principais atores sociais que estão no território, e nos espaços organizacionais porque a luta não pode parar.

Na próxima sessão iremos verificar como foi a implementação da Política de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo. O Plano Municipal foi um marco na política de Assistência Social do município de São Paulo.

1.3 O Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo

A Cidade de São Paulo começou a articular as ações do PAIR em 2004, mas essas ações só se consolidaram em 2011. Até 2011 o Estado de São Paulo pautou suas ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes através do Programa Sentinela, pelo Pacto São Paulo contra Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, um movimento de articulação de três organizações: Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (CRAMI-ABCD), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) e a ONG Visão Mundial. Os profissionais que fizeram parte deste movimento representaram o Estado de São Paulo na construção do Plano Nacional em Natal (Brasil, 2013).

No Estado de São Paulo, o PAIR começou a articular suas ações em 2004, pela cidade de São Paulo, mas na ocasião não houve aderência ao programa pela prefeitura dessa cidade, uma vez que se julgou que dever-se-ia consolidar uma política própria em relação ao tema. Na época, a cidade estava estruturando os programas de atendimento à violência sexual contra

crianças e adolescentes por meio dos recursos do “Sentinela” (Neumann e Fernandes; 2011, p.16).

O Plano Municipal foi um marco na política de Assistência Social do município. Para a construção do Plano Municipal em 2007, foi criada uma Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA), instituída pelo decreto de Lei Nº 48.358, de 17 de maio de 2007 com o objetivo de “discutir e formatar o Plano Municipal de Enfrentamento por meio de seus membros, [...] das diversas Secretarias Municipais, Conselhos e da sociedade civil ligada ao enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes” (São Paulo, 2007). A CMESCA deve estar articulada com as Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Educação e Saúde, tendo como responsabilidades promover ações, debates, campanhas de sensibilização e prevenção da violência, abuso e exploração sexual infantojuvenil.

Desde 2007, como determina o Art. 5 do decreto de Lei 48.358 de 2007, a CMESCA tem atuado como articuladora das ações de enfrentamento à violência e exploração sexual infantojuvenil, organizado campanhas de sensibilização e mobilização social para o enfrentamento da violência e exploração sexual infantojuvenil em âmbito municipal (Brasil, 2013). O Grito de Carnaval²⁸ é um evento que acontece anualmente desde 2005, anterior a CMESCA. Em grandes eventos, o Brasil recebe muitos turistas, acontece o aumento desse tipo de crime, principalmente da Exploração comercial sexual de crianças e adolescentes. A campanha “O Grito de Carnaval contra a exploração, violência e abuso sexual de crianças e adolescentes” tem como objetivo principal educar e sensibilizar a população sobre os efeitos desse crime na vida de crianças e adolescentes foi implementada na cidade de São Paulo em 2005.

As campanhas de sensibilização acontecem no mês de maio e nos grandes eventos de fórmula 1 na região de Interlagos onde fica o Autódromo de Interlagos, e regiões hoteleiras, com a distribuição de folhetos e cartazes para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

²⁸ Desde 2005, a SMADS utiliza a estratégia do bloco carnavalesco, formado por crianças e adolescentes atendidos na rede socioassistencial, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil acerca dos direitos das crianças e adolescentes, visando erradicar o abuso, a violência e a exploração sexual. Fonte: https://capital.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/noticias/342713. Acesso em 22 de setembro de 2024.

Também ficou estabelecido no Art. 3 da Lei Nº 48.358 de 17 de maio de 2007, a campanha do 18 de maio²⁹ Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o símbolo da campanha é uma flor e a frase “Faça Bonito”, que representa a fragilidade das crianças e adolescentes, e a necessidade do cuidado que a sociedade deve ter em defender o direito de crianças e adolescentes crescerem de forma saudável e protegida. O símbolo surgiu em 2009, durante a mobilização do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e em 2010 virou símbolo nacional. No dia 18 de maio a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), ficou responsável por desenvolver cronograma de ações e atividades para o município de São Paulo de sensibilização, distribuição de materiais de divulgação do 18 de maio, e Seminários (Brasil, 2013).

Mesmo já tendo uma Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes formada a partir do Decreto nº 48.358, de 17/05 2007, segundo Neumann e Fernandes (2011) a adesão ao PAIR foi assinada no ano de 2009 com a Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH), escolhida pela Prefeitura de São Paulo para fazer a interlocução com o PAIR, e uma reunião foi articulada “[...] em março de 2010 com a CMESCA – Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes” (Neumann e Fernandes, 2011, p. 17). Depois de várias reuniões com a CMDH, foi articulado um encontro de trabalho em março de 2010 com a Comissão Municipal de Enfrentamento à CMESCA, sua operacionalização só passou a acontecer em 2011 (Lima, 2010).

A adesão ao Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR), na cidade de São Paulo foi algo muito moroso, começaram a ser disseminadas em São Paulo por iniciativa da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), quando ocorreu um encontro entre a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social,

²⁹ Art. 3º da Lei nº 14.432, de 3 de agosto de 2022 “A campanha Maio Laranja deve conceber o conjunto de ações e de concepções desenvolvidas no âmbito da campanha nacional de 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000, em memória da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo, respeitado e considerado o histórico de conquistas e avanços dos direitos humanos da infância no território brasileiro” (Brasil, 2022).

prefeitura do município e a Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH). A implementação do PAIR na cidade de São Paulo em 2011 foi realizada em conjunto com a equipe do Prof. Dr. José Leon Crochík, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, e aconteceu na Universidade Presbiteriana Mackenzie. O objetivo desse encontro foi discutir o Plano Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e implementar o PAIR. A primeira etapa desses trabalhos constituiu em Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que tem como objetivo fazer um levantamento dos principais serviços e programas que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Depois a construção coletiva do Plano Operacional Local (POL), através dos seminários municipais, para debater o problema da violência sexual infantojuvenil.

A outra etapa do PAIR-SP foi o Seminário de propostas para Políticas Operativas Locais (POL) que, como o próprio nome revela, teve como meta a formulação de propostas a serem desenvolvidas junto à Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), além de eleger delegados para a comissão municipal responsável pelo monitoramento do POL (Neumann e Fernandes, 2011). Por São Paulo ser uma grande metrópole, para a implementação e implantação do Plano Operacional Local (POL), 16 delegados nos Seminários de implementação do POL em julho de 2011, sendo um delegado por região para atuar na Comissão Local e para monitorar o POL. Os delegados também têm como atribuição fazer a discussão dos 6 eixos do Plano Nacional:

- a) Análise de Situação – visa o conhecimento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições de garantia do financiamento do Plano, o monitoramento e avaliação, a divulgação de todos esses dados e informações à sociedade brasileira;
- b) Mobilização e Articulação – objetiva fortalecer articulações nacionais, regionais e locais de combate para eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade no enfrentamento dessa problemática e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização;
- c) Defesa e Responsabilização – visa a atualização da legislação sobre crimes sexuais, o combate à impunidade, a disponibilização de serviços de notificação e a capacitação de profissionais da área jurídico-policial;
- d) Atendimento – objetiva garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes e suas famílias, em situação de violência sexual;
- e) Prevenção – visa assegurar ações preventivas contra a violência sexual, e que crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento de sua autodefesa.

f) Protagonismo infanto-juvenil – tem por objetivo promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução desse Plano Nacional (Neumann e Fernandes, 2011, p. 21).

Desta forma, depois da escolha dos delegados, os participantes foram divididos em 24 subgrupos de acordo com as regiões norte, sul, leste e oeste da cidade de São Paulo (Crochik, Neumann e Fernandes, 2011). Na Zona Sul de São Paulo o delegado do Plano Operacional Local (POL) Capela do Socorro e Parelheiros é o assistente social Everton Borges, e tem como atribuição implantar o PAIR, através de um Plano operativo Local. O POL municipal tem algumas estratégias pensadas e articuladas e os delegados têm a responsabilidade de articular essas estratégias em suas regiões. Em São Paulo, o POL é formado por oito eixos, são eles: Análise da situação, Defesa e Responsabilização, Formação e Capacitação, Mobilização e Articulação, Atendimento, Prevenção, Protagonismo Infanto-Juvenil e Monitoramento.

Foram acrescentados no POL da Cidade de São Paulo mais dois eixos, o de Formação e Capacitação e o de Avaliação e Monitoramento. Esses eixos adicionais têm como objetivo informar, orientar e capacitar de forma contínua os profissionais, e de fazer avaliações e acompanhamento da efetividade das ações do Plano Municipal.

O DRP foi realizado entre o mês de fevereiro e março de 2011 com 25 pessoas, dentre eles, alunos, pessoas da Rede de Proteção, e membros da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Adolescentes – CMESCA. O Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP) é uma das etapas iniciais da implantação do PAIR. Fundamental para estabelecer qualquer política pública, tem como objetivo verificar os tipos e a frequência da violência sexual contra crianças e adolescentes e a rede intersetorial existente para defendê-la [...] (Crochik, Neumann e Fernandes, 2011, p. 27).

O seminário Municipal ocorreu nos dias 12, 13 e 14 do mês de abril de 2011, e contou com aproximadamente 150 pessoas, a maioria dos integrantes eram dos órgãos públicos, tendo como objetivo formular propostas do POL. A última atividade para a implementação do PAIR em São Paulo foi a capacitação da rede com o tema “Seminário Teórico Prático de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-juvenil”. Este seminário aconteceu no período de 4 a 7 de julho de 2011, e contou com a participação de aproximadamente 80 pessoas. [...] formulação de propostas a serem desenvolvidas junto à Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), além de eleger delegados para a comissão municipal responsável pelo monitoramento do POL (Crochik, Neumann e Fernandes, 2011, p. 20)

Como foi observado na cronologia de implementação e implantação do PAIR, as discussões duraram dois anos, e tiveram como principais estratégias o Diagnóstico Rápido e Participativo e o Seminário de capacitação da Rede de Enfrentamentos. Desde então a Rede de Enfrentamentos da Capela do Socorro e Parelheiros vem discutindo os eixos do Plano Operativo Local – POL do Município de São Paulo.

Sendo assim os eixos PAIR são operacionalizados na forma que segue. Nas ações do eixo de análise da situação o objetivo é fazer de forma sistematizada a análise do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes se manifesta na região da Capela do Socorro e Parelheiros. Já os eixos de Defesa e Responsabilização dizem respeito à aplicação das Leis de Proteção, os órgãos protetivos que integram esse eixo no Estado de São Paulo são: os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), Conselho Tutelar, Ministério Público e as Varas da Infância e Juventude que tem o poder de acionar todas as redes de serviços.

No decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 que regulamentou a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. No Art. 10º do Decreto 9603/2018 ele especifica que a atenção à saúde das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunha de violência “será realizada por equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS, nos diversos níveis de atenção, englobado o acolhimento, o atendimento, o tratamento especializado, a notificação e o seguimento da rede” (Brasil, 2018, p. 3). A partir deste Decreto, nós temos no ano de 2018, na cidade de São Paulo o estabelecimento de cinco Equipes Especializadas no Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas e/ou Testemunhas de Violência (EEV).

Segundo a Prefeitura de São Paulo estas Equipes Especializadas no Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas e/ou Testemunhas de Violência possuem o mínimo de 6 profissionais multidisciplinar, com psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais. Essas equipes estão nos territórios de M’Boi Mirim, Parelheiros, Cidade Dutra e Santo Amaro, o objetivo da Secretária de Saúde da Prefeitura de São Paulo é implantar EEVs em todas as Supervisões Técnicas de Saúde “[...] as EEVs da região já atenderam mais de 821 crianças e adolescentes vítimas de violência (em atendimento individual semanal que pode seguir por meses

ou até anos), além de 950 famílias (em sessões individuais ou em grupo)” (Brasil, 2023).

Na Próxima Seção será abordado o Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da pandemia de COVID-19, e irá discorrer sobre a Rede de Enfrentamento à violência Sexual contra crianças e adolescentes em tempos de Pandemia e pós pandemia, para saber como foi o atendimento e a articulação dos profissionais, e quais os impactos da pandemia no trabalho com as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual através da análise das entrevistas³⁰.

³⁰ Roteiro de Entrevista no Apêndice.

2. SE A GENTE NÃO COLOCAR A MÃO NA REDE: Pandemia e Medidas Sanitárias, Cuidado ou (Des)Proteção de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro?

Na segunda seção desta dissertação, vamos apresentar os impactos da pandemia de COVID-19 de forma geral na sociedade e principalmente na Rede de Serviços da Capela do Socorro, apresentar como os atores do sistema de garantia de Direito da criança e do adolescente enfrentaram essas duas pandemias, porque a violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno mundial, portanto, pandêmico,

Sim! A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno mundial. Trata-se de um fenômeno sócio-histórico-cultural, estrutural, de característica pandêmica. presente em todas as sociedades, culturas, classes sociais, etnias, povos, sexo e idade (Ferreira, 2023, p. 6).

Além disso, nesta seção serão destacadas medidas Sanitárias de isolamento social frente a Pandemia de COVID-19, e iremos analisar de acordo com as pesquisas bibliográficas já realizadas, para saber se essas medidas representaram cuidado, ou desproteção para crianças e adolescentes. Dessa forma, será abordada a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes antes, durante e pós pandemia de COVID-19, destacando os dados da violência sexual na Capela do Socorro. A Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros cobre duas Regiões, a Subprefeitura da Capela do Socorro e a Subprefeitura de Parelheiros, todavia a pesquisa priorizará a subprefeitura da Capela do Socorro porque no retorno das reuniões da Rede de Enfrentamento o território de Parelheiros não teve representação.

Ainda será evidenciado através de documentos, análise de 70 Atas encontradas da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros, no período de fevereiro de 2011 a novembro de 2024 que comprovam a origem e trajetória dessa Rede no extremo Sul da Capital Paulista, e como a Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro fez o Enfrentamento a esse tipo de violência antes, durante e pós pandemia, apontando como eram realizadas a identificação de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no período pandêmico, e quais as mudanças observadas para esses atores no cenário da

violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro, comparando o antes da pandemia, na pandemia e no pós-pandemia de COVID-19.

Na próxima seção, será apresentado o Território da Capela do Socorro e depois a Rede de Enfrentamento à violência e Exploração sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros, todavia essa pesquisa irá ater-se somente à subprefeitura da Capela do Socorro, porque após a pandemia não houve representação dos serviços de Parelheiros nas Reuniões da Rede. Serão destacadas as ações pioneiras dessa rede, afinal este foi o único território da Cidade de São Paulo a construir e efetivar um Plano Operativo Local de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, seguindo a metodologia do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro que propunha dar resposta às demandas do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Será apresentada, na última seção desse capítulo, a análise das Entrevistas realizadas com 2 atores do sistema de garantia de Direito da Capela do Socorro, que conhecem e acompanham as discussões da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. As entrevistas seguirão um roteiro em questionário semiestruturado de perguntas.

2.1 A Capela do Socorro entre rios e represas; entre desigualdades e resistência

Sonho com um dia com vocês na represa, com as pequenas. Após ouvir sobre o eixo articulação. Um momento para além do esporte, em que elas possam velejar e também refletir sobre protagonismo, sobre os espaços que podem e devem! ser delas, e sobre a construção de lugares de cuidado e segurança não só no barco, mas na vida. [...] Vamos seguir navegando juntas, na represa, no território³¹ (Lais Guimarães, 2025).

³¹ Fala de Lais Guimarães da Roda de afeto, Arte e cultura náutica, no II Seminário do Plano Operativo Local – POL Capela do Socorro e Parelheiros em agosto de 2025, após ver a participação de crianças e adolescentes propondo ações de enfrentamento à violência sexual no eixo de Protagonismo do POL.

Nesta seção vamos conhecer como é o território da Capela do Socorro. Traremos a história e as peculiaridades da Capela do Socorro, um território potente, mas cheio de desafios e de políticas públicas insuficientes para atender todas as demandas das pessoas que enfrentam a vulnerabilidade social. A Região com o Distrito mais populoso da cidade São Paulo e sobre a Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros.

Para o levantamento desta pesquisa consultamos os sites da Prefeitura de São Paulo e a Publicação da São Paulo In Foco, um portal que traz resgate histórico e cultural da cidade de São Paulo e as produções do Distrito do Grajaú realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes e Famílias com ênfase no Sistema de Garantia de Direitos, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC São Paulo (NCAF-SGD/PPGSS-PUC-SP), coordenado pela profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero.

A Capela do Socorro está localizada na Região Sul da Cidade de São Paulo, com uma extensão geográfica de 134 Km², segundo a Prefeitura de São Paulo (2025), 90% do território da Capela do Socorro faz parte da área de proteção aos mananciais, e é responsável pelo abastecimento de 30% de toda população da região metropolitana de São Paulo. Entre rios e represas ela estende-se por uma grande área de extensão “[...] abaixo dos canais dos rios Jurubatuba e Guarapiranga [...]” (Prefeitura de São Paulo, 2025), os Rios Jurubatuba as Represas Guarapiranga e Billings conectam a Região com outras Subprefeituras como Santo Amaro, com quem esteve administrativamente ligada até 1985, Cidade Ademar, M’Boi Mirim, Parelheiros e os Municípios do Grande ABC, Diadema e São Bernardo do Campo.

A subprefeitura³² da Capela do Socorro é a mais populosa da cidade de São Paulo com 684.757 habitantes, é o território com três distritos: Grajaú com 384,873 habitantes; Cidade Dutra com 182,459 habitantes e o Socorro com 38.051, segundo o último censo do IBGE 2022. O Distrito do Grajaú é que tem o maior índice populacional da Cidade de São Paulo.

³² As subprefeituras são divisões administrativas de alguns municípios, como São Paulo é um nível administrativo abaixo da Prefeitura e com um subprefeito.

A Capela do Socorro Capela tem supostamente 87 anos e com a data de aniversário definida como 9 de outubro. Existem alguns marcos históricos que sugerem que ela já tenha mais de 100 anos, mas foi no ano de 1938 que o Governo Estadual desmembrou o Socorro, de Santo Amaro e passou a chamar Capela do Socorro, por causa da capelinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Todavia, a Prefeitura de São Paulo (2021) traz alguns marcos históricos, como a construção da represa Guarapiranga criada em 1908, a partir do rio Guarapiranga, afluente do rio Pinheiros. Em 1928 a área da Represa do Guarapiranga é aumentada, e passa a ser fonte de abastecimento de água da cidade de São Paulo. Entre o abraço de tantas águas, em janeiro de 1925 “com a execução do projeto, as águas de vários rios do planalto, foram conduzidas para formar uma represa no rio Grande, hoje denominada represa Billings”. (Prefeitura de São Paulo, 2021).

Consta que a Capela do Socorro era habitada pela população indígena tupis e os guaranis, que depois se fixaram na Subprefeitura de Parelheiros, atualmente com duas aldeias. Em 1827, 120 colonos alemães³³ aceitaram terras devolutas³⁴ em Santo Amaro, na Região do Colônia pertencente hoje à Subprefeitura de Parelheiros.

A Região da Capela do Socorro atraiu o interesse pela expansão urbana, especulação imobiliária, com a construção de usinas

[...] nas primeiras décadas do século XX, após a construção das barragens da Light: em 1907, a do rio Guarapiranga, dando origem à represa que ocupa área de 33,9 Km², com a finalidade principal de regularizar a vazão do rio Tietê e garantir a geração de energia na Usina Edgard de Souza em Santana do Parnaíba; e, a do rio Grande, construída após a grande seca de 1924, que deu origem à represa Billings, ocupando área de 130 Km² entre São Paulo e São Bernardo do Campo (Prefeitura de São Paulo, 2025).

Os rios e represas da região se tornaram potencial de lazer, atraindo grande especulação imobiliária de construção de equipamentos recreativos, e espaços de lazer como chácaras, clubes de campo e clubes náuticos e balneários, até a

³³ Segundo o site da Prefeitura de São Paulo, apenas algumas famílias alemãs, como Shunk, Reeberg, Rochel, Hessel, ainda residem na região de Parelheiros. Segundo as mesmas informações as tribos resistentes e existentes na Região têm conseguido preservar muitos aspectos da sua tradição e cultura.

³⁴ Terras devolutas são áreas públicas que não possuem destinação específica pelo poder público e não pertencem a nenhum particular. Essas terras são, geralmente, remanescentes de sesmarias que não foram colonizadas e permanecem sem titulação. A origem desse conceito remonta ao período colonial, quando o Brasil adotava o sistema de sesmarias para a distribuição de terras. Após a extinção desse sistema em 1822, muitas dessas terras permaneceram sem proprietários legítimos, tornando-se devolutas. Disponível em: Âmbito Jurídico <https://ambitojuridico.com.br/terras-devolutas/> Acesso em: 20 ago 2025.

construção de avenidas como a Washington Luís, criada em 1928 que ligou o Ibirapuera a Interlagos, Santo Amaro e Socorro “[...] impulsionando ainda mais o desenvolvimento das atividades recreativas da região”. (Prefeitura de São Paulo, 2025). Foi, então, que na década de 1930 vários loteamentos residenciais de alto e médio padrão começaram a surgir, como a Vila Friburgo, com o objetivo de atender às camadas de maior poder aquisitivo.

No entanto, até a década de 1940, a Capela do Socorro era ainda pouco habitada anos depois, muitas casas construídas para fins residenciais acabaram sendo usadas para comércios e restaurantes, pois atraiu essa camada da população apenas para lazer e recreação. São os trabalhadores de empresas da região de Santo Amaro, a camada mais pobre da sociedade, que encontra nas franjas da cidade locais economicamente mais acessível para moradia, e começa então a se desenvolver vários povoamentos ao longo das estradas com acesso de linhas de ônibus, “Cidade Dutra³⁵ é um outro exemplo de bairro popular que surgiu na década de 40 [...] sem preocupações urbanísticas ou outros critérios além da obtenção de lucros (Prefeitura de São Paulo, 2025)

Foi o intenso processo de expansão industrial na cidade de São Paulo das décadas de 1950 e 1960 que contribuíram para o crescimento de moradores da população trabalhadora, que buscavam terras urbana e de baixo custo para construir e morar. Assim, os novos bairros com padrão periférico surgiram nesse contexto da cidade de São Paulo, principalmente nos anos 1970 do século passado, quando meu pai, trabalhador da área de metalúrgica compra a casa na entrada do Grajaú, só havia bosque e a rua de terra, a Linha de trem não tinha muros, quando chovia a rua era só barro, mas são as minhas melhores lembranças, eram muitas aventuras.

Hoje, na rua que eu moro desde 1974, passam 3 linhas de ônibus, é próxima a estação Grajaú da Linha Esmeralda da CPTM, que iniciou com a construção da Estação Jurubatuba no Socorro, entre 1952 e 1957, da minha casa, ainda criança eu via a passagem diária dos trens cargueiros que iam da Capital até Santos. No ano 2000, foram entregues outras estações da CPTM, com o transporte de passageiros de Estação Mendes Vila Natal até a Estação Osasco, com conexão na Estação

³⁵ Cidade Dutra, ao contrário, foi planejada e construída pela empresa Auto-Estrada S.A., com financiamento do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Serviços de Transporte (IAPST), com o objetivo de atender a demanda habitacional dos trabalhadores ligados a esse Instituto.

Pinheiros para outras partes da cidade. A Região só cresce, e cada vez mais a população se estende para o fundão do Grajaú como costumamos falar. Quem mora no fundão enfrenta um problema ainda maior de mobilidade e acesso, mesmo com a estação de trem que fica dentro do Terminal Grajaú³⁶, com 34 linhas de ônibus que interliga o Distrito do Grajaú com vários bairros e Regiões e ao centro da cidade, os moradores contam com apenas uma via principal de acesso ao Grajaú, a avenida Dona Belmira Marin.

Os moradores relatam não haver dia e horário para a ocorrência de trânsito intenso no local, e de congestionamentos constantes. Aponta Gerlani que, “aqui na Belmira, você não precisa ter horário de pico. Todo horário é horário de trânsito” – ou seja, em qualquer dia da semana, “sábado, domingo, feriado, de dia, de noite... (Favero e Franco, 2023, p. 26).

Assim a Capela do Socorro vai crescendo gradativamente, passando de 30.000 habitantes em 1.960, para 261.230 em 1980 e nos anos 2000 a região contava com 563.922 habitantes, e hoje somos 684.757 na Região da Capela do Socorro segundo o censo do IBGE 2025.

Por causa das terras próximas a mananciais os loteamentos são excluídos do mercado imobiliário formal, e as vendas de terrenos com preços extremamente baixos, continua crescendo de forma desenfreada com cerca de 200 bairros irregulares, considerada por eles mesmos da Prefeitura, como inadequada a política habitacional,

A depreciação do valor da terra, aliada a outros fatores como uma inadequada política habitacional, a baixa renda dos trabalhadores a proximidade de grande concentração de empregos e as dificuldades de fiscalização, e certa convivência, por parte dos órgãos públicos, tiveram como efeito a expansão desenfreada dos loteamentos clandestinos e de favelas, localizadas em grande parte ao longo dos córregos contribuintes das represas. Estima-se atualmente a existência de cerca de 200 bairros irregulares na região e 220 favelas (Prefeitura de São Paulo, 2025).

Apesar de todo esse cenário de periferia, favelas e bairros irregulares, o Distrito do Grajaú têm suas riquezas culturais, e traz suas histórias, memórias e resistências contadas através da Arte e de Produções Áudio Visual, e recentemente foi alvo de interesse de pesquisa do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Crianças e Adolescentes e Famílias com ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCAF-SGD/PPGSS-PUC-SP) de coordenação da profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero. O território do Grajaú foi escolhido para a pesquisa por ser a Região com maior número

³⁶ Anexo: Linhas de ônibus do Terminal Grajaú.

de crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 19 anos, “[...] totalizam 311.151 pessoas, representando 9,4% da população de crianças e adolescentes da cidade. Grajaú se destaca com a maior quantidade de crianças e adolescentes (127.904, 4%) [...]” (Fávero, 2023, p. 47). A pesquisa do NCAF de 2023 trouxe a cultura e a arte produzida por pessoas e grupos do Grajaú – realidade local, a maioria das produções são independentes.

Podemos afirmar que a riqueza dos conteúdos acessados, veiculados nas mídias em sua maioria, independentes e coletivas, expressa a diversidade surpreendente e plural, as peculiaridades e singularidades das lutas na defesa de direitos humanos nos permite entrever os contornos desse “país chamado Grajaú”, nos termos da poetisa Maria Vilani, Grajaú é meu país. É nele que vivo, trabalho, crio e sonho todos os meus sonhos” (Fávero e Franco, 2023, p. 9).

Segundo Fávero e Franco (2023), a EMEF Padre José Pegoraro tem feito história na região da Capela do Socorro no território do Grajaú, a escola foi vencedora em 2020 do Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal, Categoria III, através do projeto “Um país chamado Grajaú: cartografia afetiva do bairro, sua história, personagens, coletivos e organizações sociais” criado em 2019.

Quanta potência tem o Distrito do Grajaú e o povo que nela resiste, cria, recria e ressignifica sua existência, assim como a pesquisa do NCAF registra na fala da Maria Vilani “tem violência, tem fome, tem dificuldade, assim como toda periferia paulistana”, mas tem também “uma arte que nasceu da resistência” (Fávero e Franco, 2023, p. 54). A pandemia agravou a vulnerabilidade de centenas de famílias, e as violências se agravaram em tempos de pandemia, o que será apresentado na seção a seguir.

2.2 A Pandemia por covid_19 e medidas sanitária, proteção ou desproteção de crianças e adolescentes na Capela do Socorro?

Sem que imaginássemos, finalizamos o ano de 2019 com aquilo que seria uma ameaça Global, mesmo sem nos dar conta, pois o início dos primeiros casos estavam a milhares de quilômetros do Brasil, em outro continente, na Ásia, onde surgiram os primeiros casos. Era 31 de dezembro de 2019, quando a “Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan,

província de Hubei, na República Popular da China³⁷ (OPA, 2021, p. 1). Era um novo tipo de coronavírus que havia sido identificada pela primeira vez em seres humanos na cidade de Wuhan na China, que foram confirmados em 07 de janeiro de 2020.

Diante desse novo coronavírus, pela primeira vez detectado em humanos, a doença causada pelo SARS-CoV-2 foi nomeada como COVID-19. No mesmo mês de sua identificação, mais especificamente no final de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde “declarou que o surto desse novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005)” (OPAS, 2021. p. 2).

Vale ressaltar que este alerta Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) só tinha sido deflagrado até esse momento em 6 ocasiões diferentes: em abril de 2009 devido a pandemia de H1N1; em maio de 2014 por causa da disseminação internacional de poliovírus; em agosto de 2014 pelo surto de Ebola na África Ocidental; em fevereiro de 2016 pelo do aumento dos casos de microcefalia causada pelo vírus zika; em maio de 2018 pelo surto de ebola na República Democrática do Congo e em 2020 a Pandemia³⁸ de COVID-19. O alerta ESPII significava o alerta de propagação do coronavírus para outros países, e a busca de cooperação internacional de solidariedade global, na tentativa de interromper a propagação desse novo vírus. Todavia, infelizmente o vírus não pode ser contido, e se alastrou rapidamente pelo mundo, e em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

A OMS estima que entre 11 de março de 2020 até 5 maio 2022 “A pandemia de COVID-19 causou a morte de quase 15 milhões de pessoas em todo o mundo [...] Isso representa um total de 13% a mais óbitos do que o normalmente esperado para um período de dois anos” (OMS, 5 maio 2022). A OMS ainda chama atenção afirmando que se considerar as mortes indiretas devido a complicações geradas pela COVID-19 os dados podem ser ainda muito mais altos. Talvez nunca saibamos

³⁷ A China é um país da Ásia Oriental considerada uma das civilizações mais antigas do mundo, ela é a mais populosa, reconhecida como uma República Comunista, na prática tem princípios liberais de uma sociedade capitalista, possuindo uma das maiores economias do planeta e um dos países mais industrializados com grande influência na economia mundial.

³⁸ O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade (OPA, 2021, p. 3).

exatamente quantas vidas foram ceifadas até agora devido ao vírus da COVID-19, que vem sofrendo várias mutações ao longo do tempo.

A COVID-19 apresentou ao longo desse processo três grandes ondas com números expressivos de transmissão e mortalidade. A primeira onda do COVID-19 aconteceu entre maio e junho de 2020, o ano foi marcado pelo medo, com imagens de mortos em todos os países de forma incontrolável, marcado pelas medidas mais restritivas de isolamento social, pelo medo acerca da doença desconhecida. A segunda onda foi registrada entre março e abril de 2021, marcado pelas reaberturas, retomadas tímidas de atividades presenciais e o avanço gradual da vacinação da população brasileira. Em janeiro de 2022, a terceira onda foi observada, cada período revelou uma tensão. “O primeiro mês de 2022 já registrou 864 óbitos por COVID-19; número sete vezes maior ao de dezembro de 2021. [...] O aumento expressivo é consequência da circulação da variante Ômicron (mais infecciosa), mas também de um relaxamento geral da população e das autoridades [...] (Instituto Pólis, 2022, s.n).

[...] mais do que uma mera crise sanitária e desnudam a bárbara condição de desigualdade socioestrutural, aprofundada pelo ultraneoliberalismo, que se aliou, a partir de 2019, ao neofascismo no Brasil (Mattos, 2020). Essa combinação perversa, mórbida e tóxica nos levou ao lugar que ocupamos hoje na pandemia, mas é fato que tal projeto já encontra um país dilacerado pela crise econômica e social (Behring e Boschetti, 2021. p. 68, Apud Mattos, 2020).

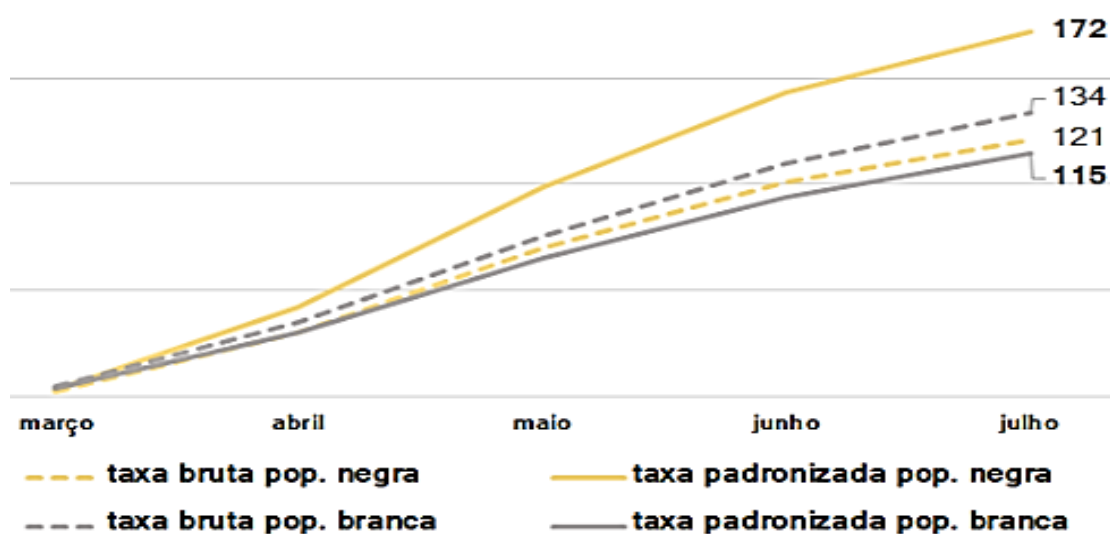
Toda a devastação vivenciada na pandemia só aglutinou problemas que já eram vivenciados pela população com os retrocessos e o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas. “O Sistema Único de Saúde (SUS), entrou em colapso diante das novas, desconhecidas e imensuráveis demandas da COVID-19” (Behring e Boschetti, 2021. p. 76). Isso sem considerar também as milhares de pessoas sem trabalho e sem nenhuma remuneração pelo fechamento e paralização dos serviços. A maioria delas sem benefícios assistenciais e sem condições de qualquer outro tipo de atividade informal que garantisse o mínimo de condições de sobrevivência.

Diante disso, é fácil imaginar os números da desigualdade na estrutura social, em que a maior chance de infecção por COVID-19 era da população de pretos e pardos e nas famílias mais pobres da população, duas vezes mais prevalentes do que a população dos mais ricos, “Os mais atingidos pela pandemia foram a parcela mais

pobre da classe trabalhadora, moradora das favelas e periferias sem condições adequadas de saneamento e meios de prevenção” (Behring e Boschetti, 2021. p. 76).

A pesquisa do Instituto Polis (2022), revelou o número de casos de óbitos³⁹ na cidade de São Paulo durante os primeiros meses de pandemia, entre março e julho de 2020 das dimensões de gênero e raça.

Gráfico 5: Óbitos por COVID-19 e dimensões de gênero e raça/cor

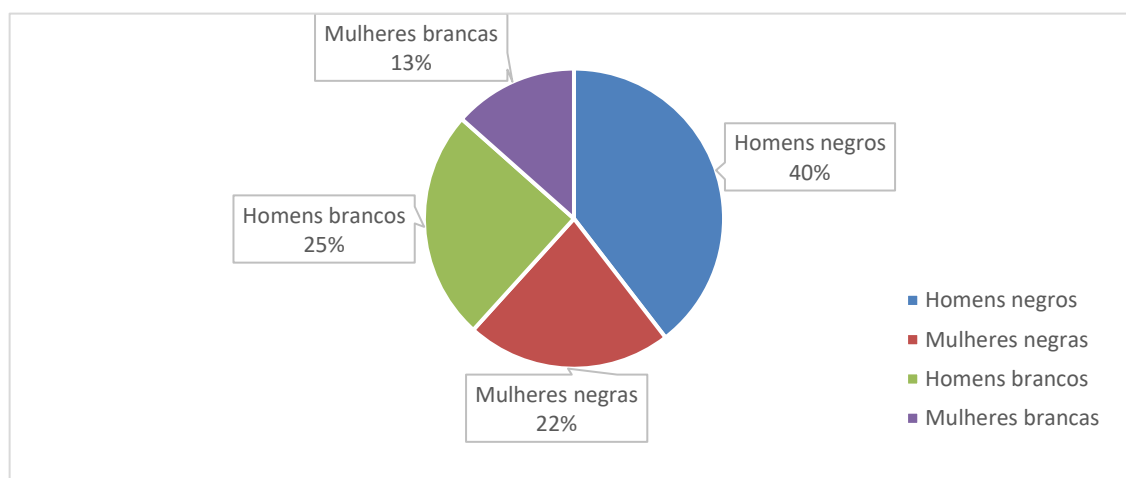


Fonte: Instituto Pólis s.n, 2022.

Olhando para a taxa de mortalidade para cada 100 mil habitantes, podemos observar que logo nos primeiros meses de Pandemia na cidade de São Paulo, os números padronizados mostram entre a população branca o número de óbitos de 115 pessoas, e entre a população negra 175 óbitos.

Segundo o Instituto Pólis (2022), ainda, entre a população de homens negros o número de óbitos chegou a 250 mortes para cada 100 mil habitantes, e entre os homens brancos 157 óbitos para cada 100 mil. Entre as mulheres negras, o número de óbitos foi de 140 mortes para cada 100 mil habitantes, e entre as mulheres brancas 85 óbitos para cada 100 mil habitantes. No próximo gráfico será analisado o que esses números representam em porcentagem.

³⁹ Dados públicos da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS). Informações gerais sobre mortalidade por COVID-19 foram obtidas na plataforma DataSUS/Tabnet no dia 3 de fevereiro de 2022 com números referentes ao primeiro mês do ano.

Gráfico 6: Óbitos por COVID-19 segundo gênero raça/cor

Fonte: Instituto Pólis, 2022.

Diante desses dados⁴⁰ de óbitos por COVID-19 de 20 de março de 2020 a 31 de julho de 2020 podemos definir, que entre a população negra houve 24% a mais de número de mortes comparado a população branca, e quando olhando para a questão de gênero, as mortes de homens foi 65% maior comparado com o óbito de mulheres. São dados importantes a serem considerados, porque quando associamos gênero, raça-cor à classe social, a maioria das mortes ocorreram na população periférica. O indicador aponta diferenças sociais, isto é, diferenças de como cada grupo analisado (brancos e negros) consegue responder à epidemia, o que, envolve outros fatores como acesso à saúde, renda, trabalho, moradia, mobilidade que indicam maior ou menor vulnerabilidade socioeconômica, que possibilitou ou não o isolamento social,

A heterogeneidade espacial, caracterizada pela concentração e dispersão dos óbitos, expressa condições desiguais de proteção e resposta à pandemia, sugerindo que alguns grupos populacionais estão mais expostos à infecção e/ou mais suscetíveis a quadros sintomáticos graves que levam ao óbito. Neste sentido, a identificação de áreas mais afetadas deveria orientar o controle epidemiológico na cidade (Instituto Pólis, 2022, s.n.).

Sobre o perfil das vítimas por categoria ocupacional, os dados do Instituto Polis demonstram que a maioria dos óbitos por COVID-19 ocorreu entre as pessoas que trabalhavam com remuneração e os aposentados. Entre os estudantes e sem

⁴⁰ Este estudo é uma colaboração entre: Vitor Nisida, arquiteto urbanista e pesquisador do Instituto Pólis; Danielle Klintowitz, arquiteta urbanista e coordenadora geral do Instituto Pólis; Lara Cavalcante, arquiteta urbanista e pesquisadora do Instituto Pólis; Deivison Faustino, professor do PPGSSPS da UNIFESP e pesquisador do Instituto Amma Psique e Negritude; Olinda Luiz, pesquisadora do HCSP e professora colaboradora da FMUSP; Jorge Kayano, médico sanitário e pesquisador do Instituto Pólis. Participa do Coletivo Intersetorial pela Vida em São Paulo; Isabella Alho, estudante de engenharia ambiental e urbana da UFABC e estagiária do Instituto Pólis.

trabalho, as mortes foram de 3,5%, podendo levantar a hipótese de que estudantes e desempregados eram as pessoas que menos circulavam, conseguindo fazer o isolamento social.

Infelizmente, a parcela mais impactada pelas mortes por COVID-19 é a classe trabalhadora com menor remuneração, em que as políticas públicas foram insuficientes para garantir a proteção desta parcela da população no momento de crise (Instituto Pólis, 2022).

As medidas adotadas pelo estado brasileiro para enfrentar a pandemia, foram desde isolamento social como uso de máscaras, suspensão ou restrição de atividades presenciais para evitar a contaminação ou propagação do coronavírus, com a posição negacionista do então presidente Jair Messias Bolsonaro, que sabotava abertamente as medidas de contenção e o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Saúde, ao ponto de dizer que era apenas uma “gripezinha”. O auxílio emergencial proposto pelo governo Federal, a princípio, foi o valor de R\$ 200,00, mas não supriam as necessidades nem de alimentação básica, com a suspensão dos contratos de trabalho e redução salarial, depois o valor ficou em R\$ 600,00.

Segundo Bering e Boschetti (2020) mais de 108 milhões de trabalhadores solicitaram o auxílio emergencial, mas apenas 68 milhões receberam o auxílio, e 4,2 milhões de desempregados solicitaram seguro-desemprego até agosto de 2020.

No período da pandemia aumentou a vulnerabilidade das famílias, aumentando também o número da população em situação de rua na cidade de São Paulo, visto que os recursos, mesmo que emergenciais, não cobriam as despesas com alimentação, moradia, água luz, e agora com a necessidade mais do que nunca de acesso à internet. “Numa sociedade monetizada, marcada pela lógica do valor – o que envolve produção e reprodução -, quem não tem renda alguma se aproxima da morte e da brutalidade provocada cotidianamente pelo pauperismo” (Instituto Polis, 2022, s.n).

O fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) aconteceu no dia 5 de maio de 2023, após a queda nas mortes pela COVID-19 e das internações em unidades de terapia intensiva - UTIs. Mesmo com o anúncio do fim da fase de emergência internacional da COVID-19, em maio de 2023, essa doença

continua dando sinal de alerta, por isso, é necessário continuar com o incentivo a vacinação contra COVID-19.

A pandemia também expôs crianças e adolescentes não só ao vírus COVID-19, mas também a medida sanitária de confinamento com seus abusadores, como ressalta Teodoro (2023)

Os abusadores encontram no ambiente familiar segurança e conforto para as práticas sexuais. Ambientes no qual, muitas vezes, são legitimados como o provedor, reforçando as relações de poder e submissão dentro desse lar, tornando as crianças/ adolescentes objetos fáceis de manipulação. [...] (Teodoro, 2023 apud. Teodoro 2019, p. 49).

Diante da problemática levantada por Teodoro (2023) na próxima subseção iremos analisar os dados da violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia e verificar se a pandemia trouxe aumento no número dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro.

2.2.1 Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós Pandemia por covid_19

A Capela do Socorro tem uma Rede organizada discutindo há mais de 15 anos a violência sexual contra crianças e adolescentes, agravada pela pandemia de COVID-19, com o confinamento de crianças e adolescentes por causa das medidas de contenção da pandemia, esta seção apresentará os dados da violência sexual na Capela do Socorro, antes, durante e pós pandemia.

Para levantamento dos dados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes serão utilizados os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN⁴¹), e dados da Prefeitura de São Paulo.

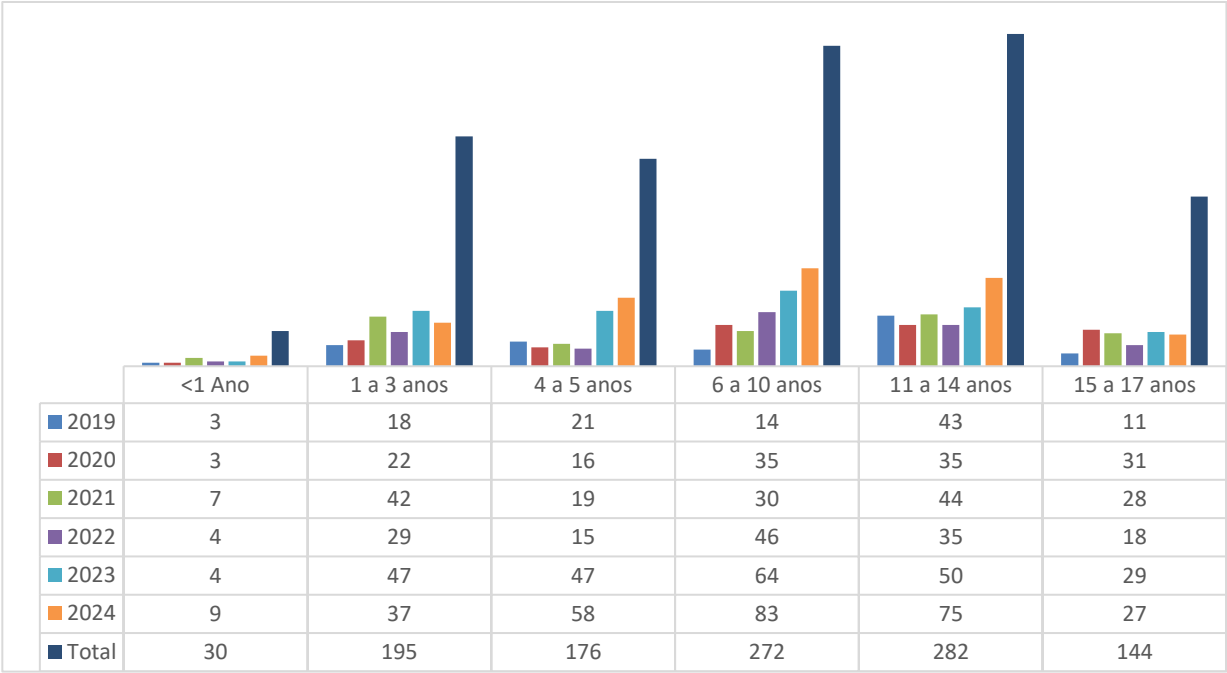
A ficha de notificação do SINAN é individual e contém informações de Dados Gerais e Individual, da vítima que foi atendida e dos dados da ocorrência suspeita ou

⁴¹ O SINAN é um Sistema de Informações do Ministério da Saúde do Brasil que está em operação desde 2009, a notificação de violências passou a ser compulsória para todos os serviços de saúde, sendo implantadas em Estados e Municípios. Sendo assim, todos os casos sob suspeita ou confirmação são notificados dentro de três grupos macros: Violência contra si mesmo (autoprovocada ou autoinfligida); Violência interpessoal (doméstica e comunitária); Violência coletiva (grupos políticos, organizações terroristas, milícias). Até 2008 o levantamento de dados epidemiológicos do Ministério da Saúde era realizado a partir de um software EpiInfo Windows. Com a Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011, e a Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014 disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf

confirmada, de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra as mulheres e os homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária é obrigatória a notificação das violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBTQIAPN+, Dados do Provável Autor da Violência, Local da Violência, se é conhecido ou parente, o grau de parentesco e outras observações que se fizerem necessárias. Dentro do SINAN, essas informações podem ser tabuladas de acordo com a necessidade de cada levantamento ou pesquisa de interesse.

Assim que, no Gráfico abaixo iremos analisar os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós pandemia.

Gráfico 7: Violência Sexual por faixa etária na Capela do Socorro



Fonte: SINAN NET - COVISA - SMS/SP - Atualizado em 05/08/2025.

Observando os dados de violência da Capela do Socorro por faixa etária, o levantamento de dados dos anos de pandemia e pós pandemia, em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 comparados com o ano de 2019 antes da pandemia, mostram um aumento nos casos de violência sexual na pandemia e pós pandemia na faixa etária de crianças de 1 a 3 anos e de 6 a 10 anos. Em todos os anos essas faixa etárias tiveram aumento nas notificações, mas, no ano 2021 os casos na faixa etária de 1 a

3 anos aumentou 155%, passando de 18 casos em 2019 para 42 casos em 2021 em plena pandemia. Na faixa etária de 6 a 10 anos é onde se observa um aumento ainda maior em todos os anos, de 2020 a 2021 aumentou 164% comparado a 2019, e no pós pandemia foi crescente, 228,57% em 2022, 357,14% em 2023 e 492,86% no ano de 2024 conforme observado no Gráfico (SINAN NET, 2025).

Sendo assim, nos anos de pandemia – 2020, 2021 e 2022 – houve um aumento no número de notificação, mostrando, que o confinamento pelas restrições sanitárias da pandemia de COVID-19, deixou as crianças e adolescentes desprotegidas, isoladas com os seus violadores, apontou Teodoro (2023) evidenciando pelos dados de notificação que os casos de violência sexual continuaram a ser constantes.

Agora, observando os dados de Monitoramento da Rede Serviços da Assistência Social (2024), pelos números de atendimento de violência sexual no Serviço de Proteção a Vítimas de Violência (SPVV), serviço especializado de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violências, foi possível verificar mais detalhes desse tipo de violência na Cidade de São Paulo, e mais especificamente na Capela do Socorro, como o perfil das vítimas, quem são os agressores, a articulação com a Rede e de onde veio o encaminhamento.

O SPVV tem 39 Serviços na Cidade de São Paulo, com capacidade de atendimento de 3620 crianças e adolescentes, no mês de novembro de 2024 em todo município de São Paulo foram atendidas 3601 crianças ou adolescentes, com a faixa etária de 1 a 17 anos e 11 meses.

Sobre o perfil das vítimas atendidas na cidade de São Paulo em novembro de 2024, como é possível observar na imagem nº 1, 2167 vítimas atendidas pelo SPVV na cidade de São Paulo são do sexo feminino, representando 60,2% e 1434 dos atendimentos, 39,08% são do sexo masculino, mostrando que a predominância das vítimas continua sendo do sexo feminino.

Imagem 1, sexo biológico das vítimas

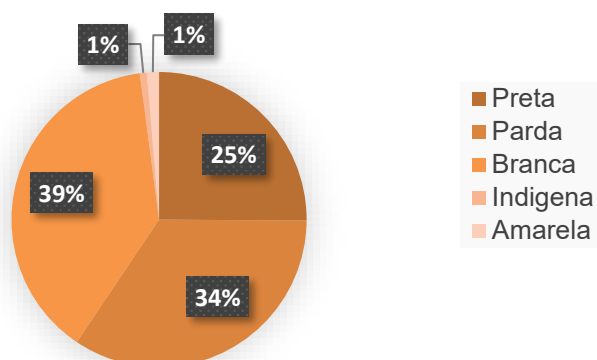


Fonte da imagem: Microsoft Power BI: Formulário de monitoramento da Rede – SPVV Capela do Socorro – novembro de 2024 – Acesso em 25 de agosto de 2025.

Em relação ao gênero das vítimas atendidas, conforme a imagem acima, a maioria das vítimas são do gênero feminino. Todas as vítimas são crianças ou adolescentes de 1 a 17 anos incompletos, levando em consideração que muitas crianças de 0 a 3 anos são ainda não verbais, os números da faixa etária entre 0 e 5 anos pode ser maior do que indicado para essa faixa etária, entre as crianças de 0 e 5 anos de idade que representam 15% dos atendimentos, a maioria das crianças atendidas tem entre 6 e 11 anos de idade representando 44,6% dos dados e 28% tinham entre 12 e 14 anos de idade, enquanto as vítimas de 15 a 17 anos somaram 12,4%.

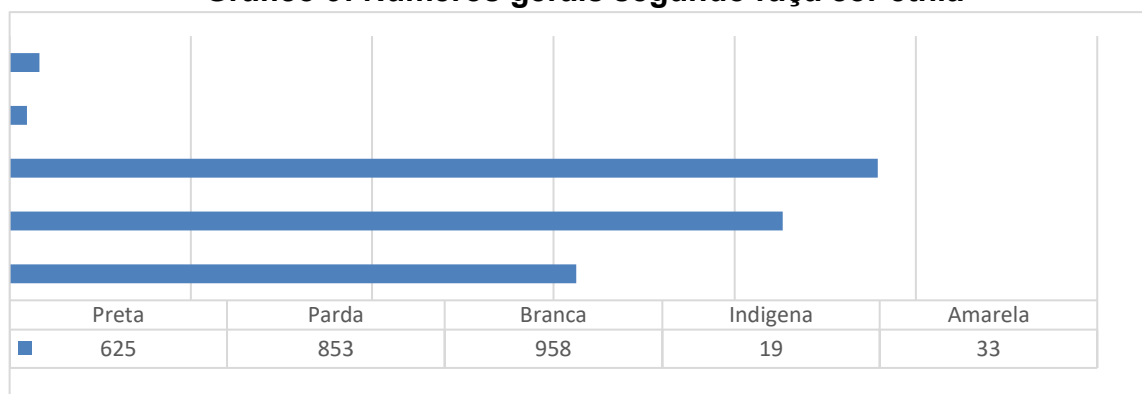
Os próximos gráficos apresentarão o quesito de raça/cor/etnia das vítimas atendidas na cidade de São Paulo.

Gráfico 8: Quesito Raça/Cor/Etnia: Atendimento das vítimas em São Paulo



Fonte: Microsoft Power BI: Formulário de monitoramento da Rede – SPVV Capela do Socorro – novembro de 2024 – Acesso em 25 de agosto de 2025.

Das 2230 pessoas com identificação de raça - cor - etnia, 59% se identificaram como pretas e pardas, no Brasil, quando se fala em população negra, está se referindo a pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, porque ambos os grupos compartilham experiências de discriminação racial e desigualdade, 39% se consideram brancas, 0,8% indígenas e 1,2%, pessoas asiáticas, 1371 pessoas não há informação.

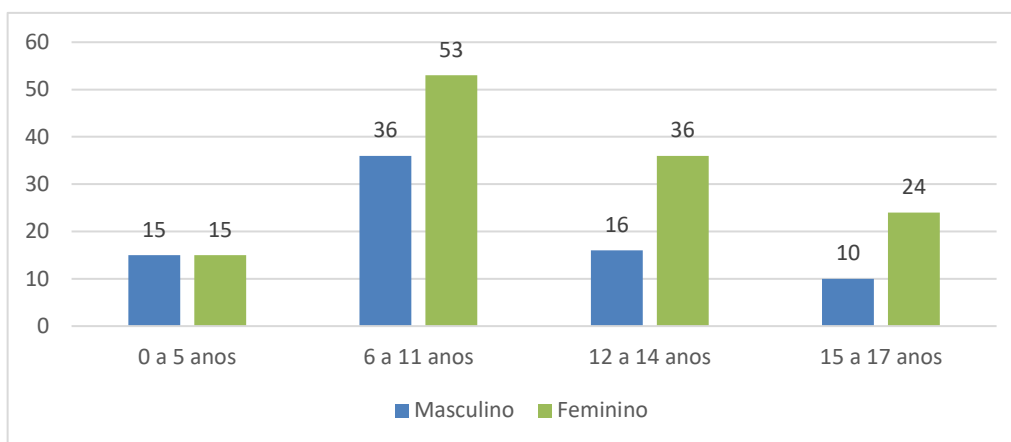
Gráfico 9: Números gerais segundo raça cor etnia

Fonte: Microsoft Power BI: Formulário de monitoramento da Rede – SPVV Capela do Socorro – novembro de 2024 – Acesso em 25 de agosto de 2025.

Dentre as identificações das vítimas, no quesito raça/cor/etnia, atendidas nos 39 SPVV da cidade são Paulo no mês de novembro de 2024, 853 são pardas, 625 pretas, considerando que pretas e pardas são pessoas pretas, mais da metade das vítimas 1478 pessoas são pretas, 958 das pessoas são brancas, 19 pessoas indígenas e 33 pessoas amarelas.

Fica evidenciado nesses dados de monitoramento da Rede, que a maioria das vítimas de atendimento no serviço de Proteção à Vítimas de Violência no mês de novembro de 2024, são meninas de 6 a 11 anos. E dentre todas as vítimas, a maioria são negras, ou seja, pretas ou pardas. No próximo gráfico iremos apresentar os dados de atendimento às vítimas de violações de Direitos da Capela do Socorro.

Ao observar os dados por Região da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), na Capela do Socorro existem 2 SPVV, onde a OSC que faz a gestão é o Centro de Defesa de Criança e Adolescente – CEDECA Interlagos. O SPVV da Capela do Socorro tem capacidade de atendimento para 160 pessoas, com atendimento acima da capacidade. Em novembro de 2024 foram 205 pessoas atendidas, mais de 25% acima da capacidade. A maioria das vítimas permanecem no serviço de 1 a 2 anos. Dos 205 atendimentos no mês de novembro de 2024, todas as crianças e adolescentes residem no território da Capela e do Socorro, 23 delas estão em situação de acolhimento institucional em SAICAs/Casa Lar, 6 dos atendidos tem algum tipo de deficiência e 1 pessoa é de outro país, e 1 pessoas está em Serviço de cumprimento de medida socioeducativa. No próximo gráfico será apresentado os dados sobre o perfil das vítimas que estão em atendimento no SPVV da Capela do Socorro.

Gráfico 10: Idade e Gênero no Atendimento – SPVV Capela do Socorro

Fonte: Microsoft Power BI: Formulário de monitoramento da Rede – SPVV Capela do Socorro – novembro de 2024 – Acesso em 25 de agosto de 2025.

Conforme o Gráfico 10, das 205 crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Proteção a Vítimas de Violência da Capela do Socorro, 119 eram crianças e tinham de 0 a 11 anos, e 86 eram adolescentes de 12 a 17 anos. A maioria das vítimas em atendimento são as crianças de 6 a 11 anos com 42% dos casos, desses números, aproximadamente 62% são meninas e 38% são meninos. Sobre a identidade de gênero de adolescentes acima de 15 anos, 11 não declararam sua identidade de gênero, 22 se identificam como cisgênero e somente 1 pessoa transgênero. Não foi possível verificar se é mulher trans ou homem trans. Sobre o que levou ao atendimento e outros encaminhamentos realizados, a próxima imagem trará essas informações.

Imagem 2: Tipo de violência sofrida

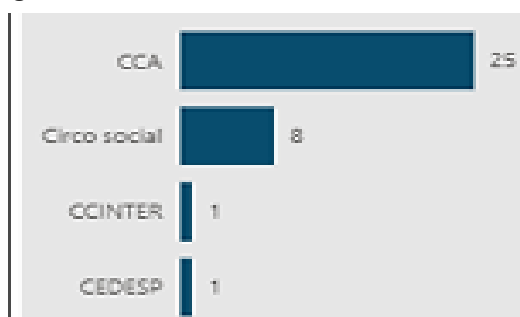
Fonte da imagem: Microsoft Power BI: Formulário de monitoramento da Rede – SPVV Capela do Socorro – novembro de 2024 – Acesso em 25 de agosto de 2025.

A imagem acima apresenta os dados de identificação do motivo do atendimento para 21 pessoas, dessas pessoas 7 deram entrada no serviço por negligência, 7 por violência sexual, sendo 6 por abuso sexual e 1 vítima de exploração sexual, 4 por violência física, 3 por violência psicológica. Sobre o perfil do Agressor não será possível relacionar o perfil do agressor com a violência cometida. Exemplo: em 9 casos o principal agressor foi a mãe, mas não é possível identificar se essa violência cometida pela mãe foi negligência, violência psicológica ou sexual. Em 7 dos 21 casos o agressor foi o pai, 3 Padrasto ou Madrasta, 2 outros familiares e 1 desconhecido, não sendo possível identificar qual o perfil do predador/explorador sexual das 7 vítimas. A média de atendimento diário de autores de violência é 17, desses atendimentos, 7 dos agressores tem menos de 17 anos.

Dessas crianças e adolescentes, 16 foram encaminhadas ao SPVV pelo conselho tutelar, 4 pela vara da infância e juventude e 1 pelo ministério público.

Imagem 3: Usuários atendidos em Serviço e fortalecimento de Vínculo

Fonte da imagem: Microsoft Power BI: Formulário de monitoramento da Rede – SPVV



Capela do Socorro – novembro de 2024 – Acesso em 25 de agosto de 2025.

Dos usuários atendidos no SPVV 25 estão inseridos em serviço de fortalecimento de vínculo, estão em Centros de Crianças e Adolescentes - CCA⁴², 8 participam no Circo Social⁴³, 1 no CEDESP⁴⁴ e 1 frequenta o CCINTER⁴⁵.

⁴² CCA Centros para Crianças e Adolescentes, que integram a rede socioassistencial municipal oferecem atividades variadas para crianças e adolescentes com idades entre 6 anos e 14 anos e 11 meses.

⁴³ Circo Social são Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destinados a crianças, adolescentes e jovens de 6 a 17 anos e 11 meses e têm como objetivo oferecer proteção social preventiva a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Site da Prefeitura de São Paulo, 2025.

⁴⁴ CEDESP Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos de 15 a 59 anos, ofertam atividades psicossocial e profissional.

⁴⁵ CCINTER Centro de Convivência Intergeracional de crianças, jovens, adultos e idosos, fortalecendo as relações entre os diferentes ciclos de vida.

Como foi possível observar pelos dados, a violência contra crianças e adolescentes se expressa de diversas formas e podem ter conexão com as outras violências, podendo ser física, psicológica, sexual ou negligência. A maioria das vítimas são crianças de 6 a 11 anos pretas e do gênero feminino e a maioria dos agressores são da própria família, evidenciando que a violência, principalmente a violência sexual é intrafamiliar. Assim, como aponta Teodoro (2023), a violência contra criança e adolescente pode ser compreendida “como uso abusivo de poder coercitivo por parte dos pais ou responsáveis, com a imposição de maus-tratos à vítima, que acaba por se sujeitar diante da relação de poder existente” (Teodoro, 2023, p. 35).

Os espaços de convivência e fortalecimento de vínculo são espaços seguros para as crianças e adolescentes, e é importante estar inseridos na rede de proteção, quanto mais pessoas no entorno destas crianças e adolescentes mais chances de se romper o ciclo da violência. Segundo Ferreira (2023) nem sempre a família, a comunidade e o Estado poderão evitar as violências sofridas e perpetradas contra crianças e adolescentes,

Dados oriundos de pesquisas científicas (Landini, 2011; Pinto, 2005) científicas que nem sempre a criança e a/o adolescente encontram na família, no Estado, na comunidade e na cultura que estão inseridos, o amparo necessário para seu desenvolvimento integral. Desde a mais tenra idade, muitas crianças já experimentam o gosto amargo do desamparo, da negligência e de diversas formas de violência, incluindo a sexual. (Ferreira, 2023, p. 6).

Uma das consequências dessa violação de direito, é que na maioria dos casos as crianças sofrem por anos esse tipo de violência, até que os casos cheguem a serviços que vão seguir o fluxo da ocorrência, Ferreira (2023) enfatiza que crianças e adolescentes não encontram na família e na comunidade o acolhimento que necessitam, porque muitas vezes o abusador é do seu convívio. Mesmo que muitas crianças tenham passado por situações de violência, incluindo a violência sexual, a intervenção da rede de proteção pode colocar fim a anos de violência sofridas por crianças e adolescentes.

Dessa forma, pode-se considerar a violência sexual contra crianças e adolescentes como pandêmico, pois é um fenômeno mundial, presente em todas as sociedades e classes sociais e maioria das vítimas são crianças e adolescentes, inviabilizadas, não vistas como sujeito de direitos, e muitas vezes existe a negação da sociedade, quando as crianças rompem com o silêncio e falam da violência sofrida, muitas vezes são desacreditadas. Não é possível enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes sozinho, como diz o provérbio africano “é preciso de toda uma aldeia para cuidar de uma criança”, cada um pegar de um lado da rede para proteger crianças e adolescentes das violências.

2.3 Cada um pega de um lado da Rede - o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro

Nesta seção, iremos apresentar a Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros, como ela surgiu, quais os objetivos, sua missão e quais os resultados alcançados.

Para entender as Redes de Proteção, partindo da origem da palavra, Guará 2010 conceitua a rede como teias, que em laços se unem e formam uma rede de proteção, para isso é importante imaginar a rede no sentido próprio figurado da palavra. Rede que se articula com estratégia de forma intencional por pessoas, grupos, atores sociais, políticas sociais e políticas públicas. Assim sendo, entendem-se redes de Proteção Social como uma forma de organização articulada de pessoas que compartilham um objetivo comum, Faleiros (2001) aponta que o trabalho em rede rompe com a fragmentação.

Para contextualizar o histórico da Rede de Enfrentamento da Capela do Socorro e Parelheiros, ela começa a se constituir a partir de uma pesquisa realizada pelo CEDECA interlagos “Mapeamento e Avaliação pela Prioridade Absoluta M-A-P-A 2010 Rede ESCCA em Foco” financiado pelo Fundo Municipal do Direito da Crianças e Adolescentes (FUMCAD). O mapeamento dos casos de Exploração Sexual contra crianças e adolescentes aconteceu entre setembro de 2008 e março de 2010, e traz ricas informações no que tange à violência sexual, especificamente a exploração sexual de adolescentes e jovens. O Projeto MAPA teve a sua publicação em 2010 (Lima, 2010).

Depois da análise da situação do MAPA algumas organizações e serviços da região da Capela do Socorro começaram a se reunir e discutir sobre o tema, além de se articular formando a Rede de Enfrentamento à Violência Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em 2009. Esse mapeamento serviu de subsídio para provocar a discussão e implementação da política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes na Cidade de São Paulo. Uma comissão tinha sido instituída em 2007, a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual (CMESCA) sob a coordenação da SMADS, com o objetivo de concluir o Plano Municipal da capital paulista.

Apesar da Comissão formada em 2007 do Plano Municipal publicado em 2008, a CMESCA ainda tinha vários desafios para consolidar a Política em todas as Regiões da cidade de São Paulo. Assim, foram necessários 3 anos, de 2008 a 2011, para a adesão ao PAIR-SP, que tem uma metodologia para efetivação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em cada município, a partir do número de habitantes. O CEDECA Interlagos, o Delegado do PAIR Everton Borges e o CREAS Capela do Socorro, tinham representação na CMESCA, com isso as ações da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros puderam acontecer de forma articulada com a CMESCA.

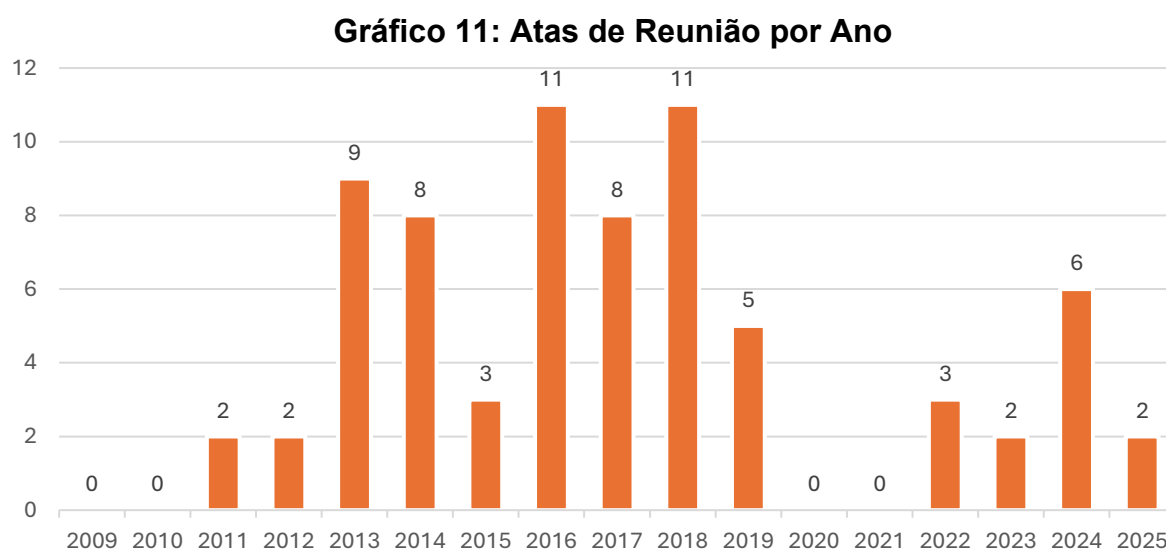
Para evidenciar as informações dessa seção sobre o histórico da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros, será apresentada a pesquisa Documental da Análise das Atas encontradas de 2011 a 2024. É importante destacar que Capela do Socorro e Parelheiros são duas subprefeituras do extremo Sul da capital paulista, e que a Rede de Enfrentamento começa a se articular primeiro com os trabalhadores da Capela do Socorro, e segundo Ata encontrada, é a partir de 2013 que a Subprefeitura de Parelheiros é incluída nas ações do POL e passa a fazer parte das discussões.

O levantamento das Atas aconteceu por meio de busca de documentos no Drive e no e-mail da Rede de Enfrentamento, criado⁴⁶ em 30 de novembro de 2010, isso aponta que a partir dessa data as Reuniões passam a ter canais oficiais, incluindo

⁴⁶ E-mail da Rede de Enfrentamento: [rede.enfrentamento@gmail.com](mailto:rededefrentamento@gmail.com) criado por Everton Borges no dia 30 de novembro de 2010.

um blog. No total, foram encontradas 70 Atas, de fevereiro de 2011 a fevereiro de 2025, mas analisaremos só até novembro de 2024. Foi identificada a participação total de 489 pessoas diferentes nas Reuniões da Rede de Enfrentamento ao longo desses anos. As 70 Atas encontradas foram divididas em 3 fases: o início dos encontros da Rede de Enfrentamento dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014; as atas de antes da pandemia 2017, 2018 e 2019; e as últimas atas dos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, isto é, as mais recentes, os anos de retorno às atividades intencionalmente como final da pandemia de COVID-19, e no pós-pandemia. Cabe destacar que nos anos de 2020 e 2021 não houve reunião da Rede de Enfrentamento.

O gráfico abaixo apresenta o quantitativo das Atas de reuniões que foram encontradas, por ano de forma geral.



Fonte: Atas de Reunião da Rede de Enfrentamento de 2011 a 2025.

Como é possível observar no Gráfico 11, a quantidade das Atas encontradas não reflete o total de encontros realizados durante o ano, visto que as Reuniões eram mensais com paradas de recesso em dezembro e janeiro de cada ano. Conforme o Gráfico 11, os números de Atas variam de 2 a 11 encontros durante o ano. Todavia, não foram encontrados todos os registros das reuniões. No e-mail da Rede de Enfrentamento a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, feito em 2010, só havia Atas a partir de abril de 2015, as anteriores, de 2011 a fevereiro de 2012, foram disponibilizadas do acervo pessoal de outro participante da Rede de Enfrentamento, e de 2013 a 2015 foram encontradas no acervo pessoal da pesquisadora, que recebia as Atas em seu próprio e-mail desde o início da sua

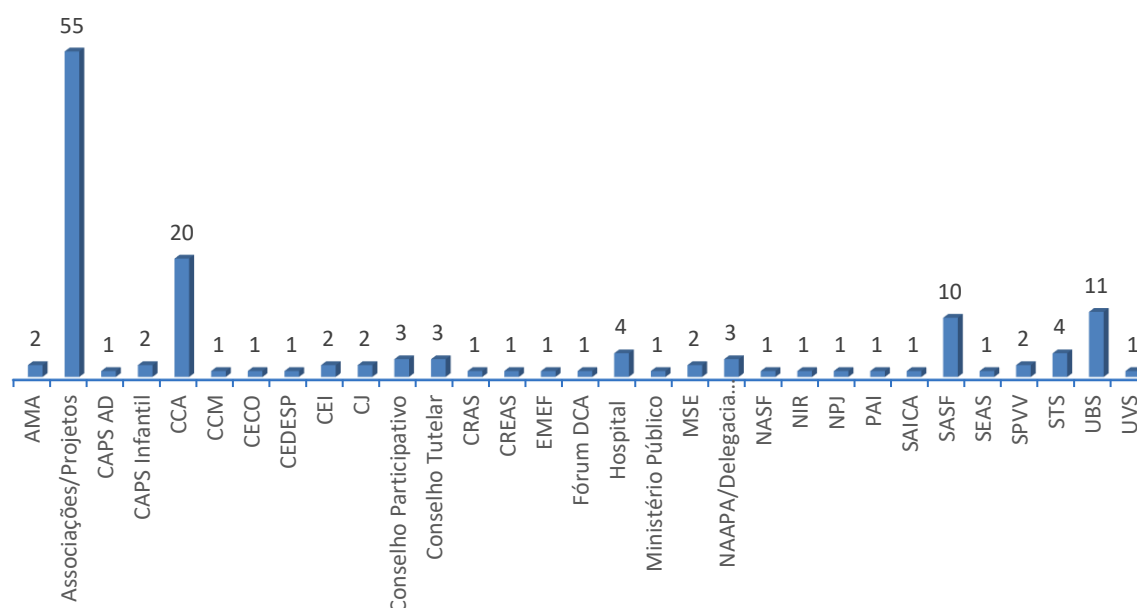
participação nas reuniões em junho de 2013. Possivelmente, com a troca de moderadores em 2016, uma limpeza no e-mail por pode ter apagado as Atas anteriores. As Atas de 2016 a 2025, no entanto, foram encontradas no Drive da Rede de Enfrentamento.

Diante disso, foi evidenciado que antes da Pandemia a média de encontros da Rede de Enfrentamento, era de 8 a 11 encontros anuais. Durante a pandemia, os anos de 2020 a 2021, não há registros, pois houve a paralização dos encontros. Já no pós-pandemia, 2022 e 2023, a média é de 2 a 3 encontros anuais de forma remota, para discutir organização de eventos de mobilização nacional como o 18 de maio e o II Simpósio Intersetorial, com objetivo de discutir o tema e atualizar a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes na Região da Capela do Socorro e Parelheiros. No retorno pós pandemia, observa-se que os encontros crescem gradativamente, passando de 2 encontros em 2022 e 2023 para 6 encontros em 2024 conforme as Atas encontradas.

A primeira Ata de Reunião da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros, encontrada na pesquisa, tem a data 24 de fevereiro de 2011, ela traz informações desse encontro, do número de participantes de quais serviços e a discussão realizada na reunião. Nessa primeira discussão, foi possível observar a discussão e seleção de pessoas responsáveis em criar o blog⁴⁷ da Rede de Enfrentamento. Não foram localizadas Atas anteriores a essas datas, mas registros de eventos que evidenciam a sua existência, e as narrativas dos primeiros participantes da Rede de Enfrentamento.

Foram levantadas todas as organizações e serviços que tiveram representantes nas Reuniões da Rede com registros em Atas encontradas, de 2011 a 2024. O Próximo Gráfico de número 12, vai apresentar as organizações que tiveram participação nas reuniões durante todos os anos levantados, incluímos as Atas até fevereiro de 2025 para os dados gerais.

⁴⁷ Ata de janeiro de 2012 discussão de criação do blog, acesso a ele: <https://rededeenfrentamento.blogspot.com/>

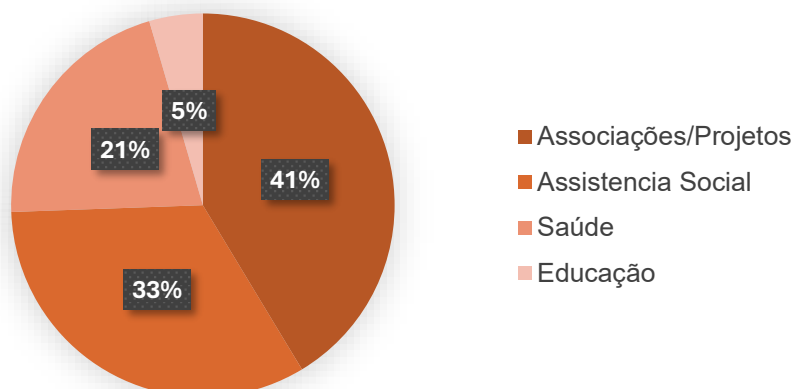
Gráfico 12 - Serviços Participantes da Rede de 2011 a 2025

Fonte: Atas de Reunião da Rede de Enfrentamento, 2011 a 2025

Segundo as informações do Gráfico 12, 141 Serviços⁴⁸ ou Organizações tiveram representação nas reuniões da Rede de Enfrentamento entre fevereiro de 2011 a fevereiro de 2025. Dentre os participantes, 55 eram de Associações/Coletivos Projetos da Sociedade Civil organizada sem convênio com a prefeitura de São Paulo. Dos serviços conveniados, 49 eram serviços da Assistência Social, sendo 20 profissionais de Centro de Crianças e Adolescente (CCAs), seguido por 10 de Serviços de Assistência Social a Famílias – SASF entre outros. O gráfico a seguir apresenta esses números em porcentagem, dos serviços com representação nas Reuniões da Rede de Enfrentamento.

Verificando em porcentagem, o próximo gráfico vai apresentar a Rede de serviços socioassistencial com participação nas Reuniões da Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros dos anos de 2011 a 2024.

⁴⁸ A diferença entre serviços ou organizações da Rede socioassistencial, os serviços são política pública operadas por meio de convênios no município de São Paulo, ações continuadas e obrigatórias que visam superar situações de vulnerabilidade e risco, com o objetivo de garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência e a velhice. Já as organizações são entidades sem fins lucrativos que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários, atuando na defesa e garantia de direitos, com ou sem convênio público.

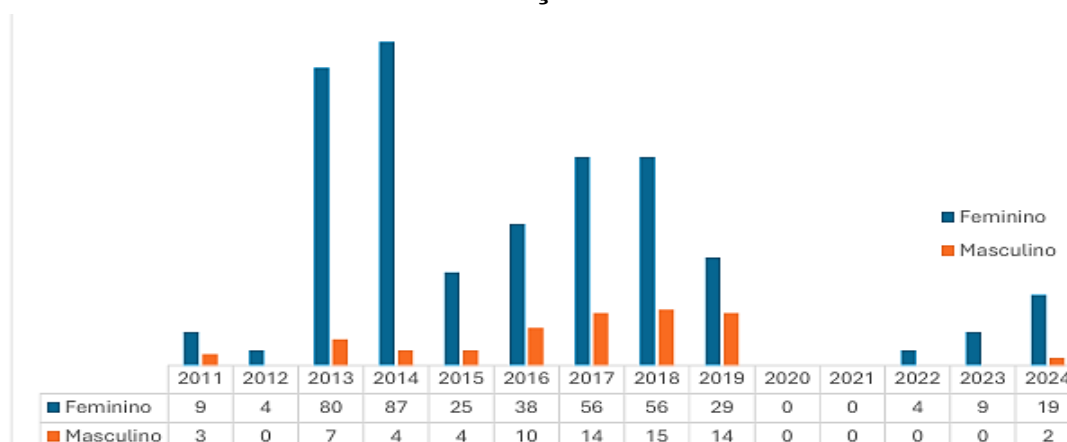
Gráfico 13: Rede de Serviços com representação na Rede de Enfrentamento

Fonte: Atas de Reunião da Rede de Enfrentamento de 2011 a 2024.

Em relação à participação e representação nas Reuniões da Rede de Enfrentamento a violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros, durante os anos de 2011 a 2024, a maioria dos participantes são de associações, coletivos ou projetos não conveniados com a prefeitura de São Paulo, com 41% de participação, seguido por 33% serviços da Assistência Social, 21% com representação dos serviços da Saúde. Fica evidenciado a baixa participação da Educação nas Reuniões da Rede com 5%. Há de se considerar, todavia, que a rotatividade de coordenadores do NAAPA é constante, sem novas indicações para participação. Essa observação é importante porque a Diretoria Regional de Educação é dos dois subdistritos Capela do Socorro e Parelheiros, e não necessariamente com participação de profissionais da ponta como, professores ou do grêmio estudantil. A escola é o maior espaço quantitativo de atendimento direto a crianças e adolescentes, indivíduos vulneráveis pela sua condição etária e a participação de representantes pode incluir de forma geral, professores e outros atores da educação nos debates, formações e qualificações desses profissionais em relação ao tema da prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Sobre a questão de gênero, a seguir, iremos apresentar dados quantitativos dos Serviços e a relação de gênero na participação das reuniões da Rede de Enfrentamento da Capela do Socorro e Parelheiros de 2011 a 2024.

Gráfico 14: A Questão de Gênero no Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes



Fonte: Atas de Reunião da Rede de Enfrentamento, 2011 a 2024

No gráfico 14, é possível observar a quantidade de participantes por ano e a relação de gênero no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, a predominância de participação é de pessoas do gênero feminino. No ano de 2014, das 91 pessoas que participaram das Reuniões da Rede de Enfrentamento, apenas 4 eram do gênero masculino. Durante a Pandemia de COVID-19, não houve nenhuma Reunião da Rede, mas com o retorno das atividades, durante 2 anos a Rede é predominada pelas mulheres, e em 2024 há o registro de apenas 2 homens. Ajustando as lentes um pouco mais, e analisando de forma geral 85% das pessoas participantes das discussões durante os anos de 2011 a 2024, a maioria são pessoas do gênero feminino, e 15% do gênero masculino.

Há de se considerar, que histórica e culturalmente, o papel de cuidado, principalmente com as crianças, é um papel delegado às mulheres, talvez, por esse motivo a participação masculina nas reuniões é baixa. Infelizmente, a questão raça cor no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes não pode ser identificado em Atas, porque essa informação antes não era registrada. Vale ressaltar que é possível verificar que os anos de 2013 e 2014 são os anos com maior número de participantes nas reuniões, e logo depois os anos de 2017 e 2018.

O próximo gráfico apresentará as discussões das análises de cada ata encontrada no período de início da Rede de 2011 a 2014. Todavia, vale destacar que as discussões e implementação da Rede de Enfrentamento à violência sexual infantojuvenil da Capela do Socorro e Parelheiros são anteriores à primeira Ata encontrada em fevereiro de 2011, uma vez que os pontos de exploração sexual contra

crianças e adolescentes são identificados a partir do M-A-P-A⁴⁹, que aconteceu entre 2008 e 2010.

Gráfico 15: Participantes da 1ª Reunião da Rede de Enfrentamento



Fonte: Ata de Reunião da Rede de Enfrentamento, 24 de fevereiro de 2011.

Como mostra o gráfico 15, o primeiro registro de Reunião da Rede de Enfrentamento encontrada, contou com a participação de 7 pessoas de 6 organizações ou serviços da Capela do Socorro, nesse momento ainda não havia a participação de Parelheiros nas reuniões. Conforme a 1ª ata encontrada 2 pessoas eram do SASF – Serviço de Assistência Social a Famílias, serviço sob a gestão do Centro Comunitário Jd. Autódromo (CCJA), e 1 pessoa do Centro de Referência Especial de Assistência Social – CREAS, 1 pessoa do Núcleo de Proteção Jurídica – NPJ, 1 pessoa da Atenção Urbana e 1 pessoa da Aldeias Infantis SOS. Dessas pessoas, 5 eram do gênero feminino e 2 do gênero masculino.

A primeira Ata de Reunião encontrada é datada de 24 de fevereiro de 2011, o registro mostrou que o encontro foi para organizar as ações que seriam realizadas durante esse ano de 2011, 7 pessoas participaram e discutiram sobre ações regionalizadas. Sendo a escolha do Tema Gerador a ser trabalhado no ano, definição do Grupo de Estudos do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (PAIR),

⁴⁹ A Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros começa a se reunir após a publicação do PROJETO M. A. P. A – Monitoramento e Articulação pela Prioridade Absoluta: ESCCA em foco, desenvolvido pelo CEDECA Interlagos com financiamento do FUMCAD. O objetivo do M-A-P-A era levantar a situação da exploração sexual de crianças e adolescentes na Capela do Socorro. Disponível em > https://drive.google.com/file/d/0B0n7SldcVJg0enJfNkQwVINLMDQ/view?resourcekey=0-2aGbtbQ-W9E_MObaFfxCyQ

e construção da agenda das próximas Reuniões da Rede. Segundo o escopo das ações do ano a serem realizadas, as organizações participantes da Rede se dividiram em dois Grupos de Trabalhos (GTs). Ficando o coletivo de participantes em ações macro, realizadas pelos atores da Rede, e divididos em ações micro, realizadas pelos Grupos de Trabalho (GTs), divididos por regiões, do distrito do Grajaú, e Cidade Dutra, dois distritos da Subprefeitura da Capela do Socorro.

Assim, os 3 GTs divididos por território. Os Gts ficaram responsáveis em trabalhar com grupo de adolescente, capacitação de educadores e abordagem direta no ponto de exploração sexual. Nesta reunião ficou definido também que as reuniões da Rede continuariam a ser mensais e quando necessário em reuniões ordinárias, quantas vezes se fizesse necessário para a elaboração de desenvolvimento de suas propostas.

Nesta Ata também aparece a discussão com o GT do PAIR, onde o representante do CREAS faria a interlocução entre o Grupo de Estudos do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território brasileiro (PAIR) e a Rede de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes da Capela do Socorro, que estava em discussão para a adesão da Cidade de São Paulo ao PAIR.

Os participantes entenderam que se ambos estão dispostos a participar também da Rede, não haveria a necessidade de outros integrantes da Rede também participarem do Grupo. Assim mantendo participantes em comum a Rede e o Grupo manteriam suas articulações. (Rede de Enfrentamento, fevereiro de 2011).

Concomitante as Reuniões da Rede aconteciam o passo a passo de adesão ao PAIR na cidade de São Paulo. Segundo Neumann e Fernandes (2011), o Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP) foi realizado entre o mês de fevereiro e março de 2011 com 25 pessoas, dentre eles alunos, pessoas da Rede de Proteção e membros da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – CMESCA.

Os passos que antecedem a implementação e implantação do PAIR foram todos seguidos durante o primeiro semestre de 2011. Foi feita a articulação política, formação de um grupo Inter setorial, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), Seminário Municipal e a formação de uma Comissão Local para o monitoramento do POL. Por último foi feita a Capacitação da Rede local com o título de “Seminário Teórico Prático de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-juvenil” (Neumann e Fernandes; 2011 p. 17).

A última atividade para a implementação do PAIR na Cidade de São Paulo foi a capacitação da rede com o tema “Seminário Teórico Prático de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-juvenil”, no qual a Rede de Enfrentamento Capela do Socorro e Parelheiros esteve presente. Esse seminário aconteceu no período de 4 a 7 de julho de 2011 e contou com a participação de, aproximadamente, 80 pessoas.

Por São Paulo ser uma grande metrópole, para a implementação e implantação do Plano Operacional Local (POL), no Seminário “foram votados 16 delegados e 7 suplentes para compor a comissão do POL. O seminário estava previsto para acabar às 12h00 do dia 14, porém terminou por volta das 15h00 devido às discussões”. (Neumann e Fernandes 2011, p. 22), foi escolhido um delegado por região para atuar na Comissão Local e para monitorar o POL. Na Zona Sul de São Paulo o delegado do Plano Operacional Local (POL) Capela do Socorro e Parelheiros foi Everton Borges, e tinha como atribuição fazer a discussão dos eixos do Plano Nacional: Análise da Situação; Mobilização e Articulação; Defesa e Responsabilização; Atendimento; Prevenção; Protagonismo Infanto Juvenil, mais dois Eixos foram acrescentados pela CMESCA, Formação e Capacitação e Avaliação e Monitoramento, e implantar o Plano operativo Local na Capela do Socorro.

Desta forma, entende-se que desde 2011 as ações da Capela do Socorro e Parelheiros estão articuladas com a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – CMESCA, e a partir de janeiro de 2013 a Subprefeitura de Parelheiros aparece oficialmente no registro em Ata, no Planejamento do I Seminário do POL.

A segunda Ata encontrada é de sete meses após a primeira Ata de Reunião, com data de 30 de setembro de 2011, e a discussão foi em torno da Organização do Evento “Mesa Redonda”, por ser um evento bem sintetizado, não foi possível saber necessariamente o que o evento iria discutir, mas dá para identificar o objetivo do Evento, que era relativo ao Plano Operativo Local (POL), e iria definir a Representação da rede junto ao CEMESCA; e Elaboração do POL (Z/sul) e articulação com outras Redes “Pensar estratégias da Rede com articulação com demais atores da Região, pensando em ações específicas nas localidades” (Ata Rede de Enfrentamento 30 de setembro de 2011). No final da Ata, uma das deliberações foi de enviar o POL e

relação de Delegados do PAIR para a Rede de Enfrentamento, confirmando a participação da Rede nos seminários do PAIR.

No ano de 2012 também só foram encontradas 2 Atas de Reunião, dos meses de janeiro e abril, e participaram 5 mulheres de 4 Organizações ou Serviços, considerando que foram contadas pessoas diferentes em cada Reunião. A Ata do mês de janeiro resgata a última Reunião de 2011, e traz no seu texto a discussão sobre a urgência de criação de um blog⁵⁰ da Rede.

Iniciamos a reunião resgatando as informações fechadas na reunião de dez/11. Assim organizamos as pendências, sendo elas: [...] o Blog da rede, em caráter de urgência. Iniciamos discutindo sobre o segmento de abordagem da rede para 2012, para fecharmos um planejamento para este ano. Diante das diversas abordagens e acontecimentos no centro da cidade de SP sobre a Cracolândia envolvendo jovens e adolescentes e como o propósito da rede é envolver este público. Decidimos pensar um plano de ação envolvendo as regiões e a rede local de serviço situados no Grajaú e na Cidade Dutra / Interlagos (Rede de Enfrentamento, maio de 2012).

Na reunião do dia 09 de abril de 2012 a rede fez a discussão sobre o planejamento das atividades para o mês de maio de 2012, em alusão ao dia 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. As ações planejadas foram: Palestra no CEU Navegantes, Cine Debate, Panfletagem no espaço de cultura do Palhaço Carequinha – Grajaú, e finalização com Debate do filme sobre a temática da violência sexual.

Assim, as Atas de 2011 e 2012 discutem eventos, formações e participações da implementação do PAIR na cidade de São Paulo.

Já as atas de 2013, trazem uma discussão bastante relevante que caracteriza a identidade desta Rede, que é o compromisso político com os territórios de Capela do Socorro e Parelheiros, na prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, as discussões dos Eixos do POL para a construção do Plano Operativo Local (POL). O Primeiro registro em Ata⁵¹ em que aparece a participação de representantes da subprefeitura de Parelheiros é o dia 24 de janeiro de 2013 e Parelheiros passa a ser incluído como território de abrangência de Ações do POL. A pauta de discussão dessa Ata foi a Reapresentação do POL Capela do Socorro e Parelheiros e o Planejamento do Seminário de lançamento do POL.

⁵⁰ Blog: <http://rededeenfrentamento.blogspot.com.br>

⁵¹ Anexo G – Ata da Reunião de 24 de janeiro de 2013.

A partir das análises dessas Atas, é possível observar o quanto essa Rede está imersa e focada nos temas dos eixos do POL, análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infantojuvenil que estão sendo discutidos. Em relação a participação dos trabalhadores da área da proteção à infância e à adolescência na Rede de Enfrentamento, nota-se que a participação dos atores do SGD aumentaram gradativamente, no início das primeiras Atas de 2011 e 2012, a participação era de no máximo 5 pessoas, de serviços como CREAS Capela do Socorro, e das organizações CEDECA Interlagos, Aldeias Infantis e o Centro Comunitário Jd. Autódromo, todos com Serviços conveniados à Assistência Social, comprometidas com a Implementação do PAIR (2002) em São Paulo, e há um aumento de mais de 300% de pessoas participando da primeira reunião do Ano de 2013, comparado aos anos de 2011 e 2012.

Sendo assim, a primeira Ata de 2013 é de 24 de janeiro e contou com a participação de 18 pessoas de 11 Serviços ou Organizações dos Serviços da Assistência Social e Saúde. Essa reunião aconteceu no espaço da Supervisão Técnica de Vigilância da Saúde da Capela do Socorro, e foi discutido a Reapresentação do Plano Operativo Local (POL) Capela do Socorro e Parelheiros e o Planejamento do Seminário de lançamento do POL.

As principais deliberações se referiram principalmente ao Planejamento do Seminário, primeiramente traçando como objetivo “Instrumentalizar e compromissar os trabalhadores do território dos recursos e estratégias de enfrentamento à violência e exploração sexual contra criança e adolescente adotados pela Rede de Enfrentamento” e público-alvo “Trabalhadores que atuam com crianças e adolescentes em Capela do Socorro e Parelheiros”. Dado o objetivo e público-alvo do evento, os participantes da reunião concentraram-se no esboço do Cronograma propondo as atividades que serão desenvolvidas, como segue:

Marcos lógicos e legais;

Histórico local do POL;

Apresentação de Dados Municipais e Locais relacionados ao Tema:

- Análise das Notificações (Sistema de Informação para Vigilância de Violências e Acidentes da Secretária Municipal de Saúde)
- Projeto M. A. P. A – Monitoramento e Articulação pela Prioridade Absoluta: ESCCA em foco (realizado em 2010 pelo Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Interlagos, o CEDECA Interlagos)
- Relatório Preliminar Do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP (POL Municipal)
- Apresentação do Documento Norteador para a Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência (Rede de Enfrentamento, 24 de janeiro de 2013).

Para o Seminário de apresentação do POL a Ata traz detalhadamente os serviços, organizações e representações e os conselhos que foram convidados para compor a mesa. Foram convidados os representantes da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes CMESCA; da Vara da Infância e Juventude do Foro Regional de Sto. Amaro; da Defensoria Pública da Cidade de São Paulo; do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente da São Paulo; da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; das Coordenadorias Regionais de Saúde – Sul; da Coordenadoria de Assistência Social, Coordenadoria de Educação – Capela do Socorro; e a participação do Claudio Hortêncio, para palestra magna (Rede de Enfrentamento, janeiro de 2013).

Em continuação da discussão, na Reunião de fevereiro de 2013, a Ata apresenta o Planejamento do Seminário de lançamento do POL, alinhamento da data do evento para a participação de todos os convidados, e do horário para dar conta de todo o cronograma e objetivos pensado. Então nessa reunião eles acordaram que o Seminário de apresentação do POL, teria 8 horas de duração e elegeu-se uma comissão entre os participantes da reunião para se reunir de forma extraordinária, quantas vezes fosse necessário para organização do evento.

Já a segunda pauta dessa reunião foi sobre o Projeto Vira Vida⁵², que tinha como objetivo desenvolver um processo socioeducativo voltado a adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, que aliado a um leque de oportunidades sustentáveis assegurariam profissionalização e encaminhamento dos participantes ao mundo do trabalho. Isso considerando a flexibilidade quanto a faixa etária e identificação da situação de exploração sexual, podendo esta inscrição ser realizada através de contato direto com a equipe do Projeto Vira Vida. Destacando que foi a

⁵² O Projeto Vira Vida realizado pelo Serviço Social da Indústria do Distrito Federal (Sesi-DF) desde 2009, serviu de referência para a elaboração da política pública distrital destinada ao resgate de jovens e vítimas de violência sexual, aprovada em 6 de dezembro de 2022 pela Câmara Legislativa - Projeto de Lei nº 2.713. O Projeto Vira Vida faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM). O Projeto foi conduzido pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI/CN), em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e teve como objetivo criar oportunidades para melhorar o acesso a serviços e à qualificação profissional, a inserção no mundo do trabalho de adolescentes e jovens em situação de abuso e/ou exploração sexual. Mais informações disponível em: <https://www.rn.sesi.org.br/vira-vida/>

partir do mapeamento de situações de Exploração Sexual de crianças e adolescentes que a Rede começou a se reunir e discutir estratégias de prevenção a violência sexual.

Depois do seminário do POL, que aconteceu em abril de 2013, as próximas atas encontradas de junho, julho e agosto de 2013, discutiram as ações do POL, e foi construído um cronograma de ações desse Plano por Grupos de Trabalhos dos 4 Eixos do POL, Atendimento, protagonismo, Prevenção e Análise da Situação⁵³. A seguir, evidencio uma breve apresentação do quadro dos serviços responsáveis pela discussão, com a omissão dos nomes dos atores da rede.

Quadro 1 - Serviços responsáveis pela discussão por Eixos do POL

Eixo	Organização/ Serviço
Atendimento	CEDECA Interlagos/ SPVV
	SAEC/ NPJ
	OS-Sta Catarina
	STS Capela do Socorro
	STS parceiros
Protagonismo	CCJA/ SASF I
	Anchieta Grajaú/ SASF II
	CRESER/CCA
Prevenção	CCNSF
	Aldeias Infantis
	CCJA/ SASF I
Análise da Situação	SUVIS Capela do Socorro

Fonte: Ata de Reunião, junho de 2013.

Cabe ressaltar que o Eixos Mobilização e Articulação fora discutido com todos os participantes da reunião, conforme registro em Ata.

As discussões nas reuniões estabeleceram, que as ações referentes aos eixos Atendimento ficaram para ser discutidas pelo GT e apresentadas em reunião posterior; e o GT de Protagonismo entendeu que as ações do Eixo deveriam iniciar-se após a sensibilização dos profissionais dos serviços e organização da Rede. Essa informação sobre a sensibilização da Rede é interessante, porque mesmo não

⁵³ Os eixos do POL são: Análise da Situação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção, Protagonismo juvenil, Mobilização, Formação e Capacitação e articulação, Avaliação e Monitoramento.

aparecendo nas Atas a discussão do eixo de Formação Capacitação e Articulação, ela aparece nas determinações da reunião de forma transversal aos demais eixos do POL. Assim, ficou pré-agendada uma capacitação da Rede de Enfrentamento, com participantes indicados pelos Serviços participantes da Rede, com os temas:

- Autocuidado de Crianças e Adolescentes na prevenção de violências sexuais Desenvolvimento da Sexualidade;
- A distinção de afagos e posturas abusivas sexualmente;
- Relações Intrafamiliares no campo da prevenção à esta violência;
- A postura profissional na identificação de Casos;
- Abordagem a crianças e adolescentes sob suspeita de serem vítimas de violência sexual;
- Como se resguardar nas Notificações e denúncias;
- Acionar a Rede de Serviços e o acompanhamento do desenrolar das intervenções.

Para o eixo de Análise da Situação o CREAS Capela do Socorro e a SUVIS de Parelheiros ficaram responsáveis pelas ações desse eixo. Cabe ressaltar que o Dr. Lélío Ferraz, 7º Promotor de Justiça Cível de Santo Amaro – Infância e Juventude participou da reunião de 2 de julho de 2013, no Conselho Tutelar de Parelheiros, onde a pauta foi o fluxo de atendimento em diversas situações de violação de direitos. Uma das colocações mais importantes se referiu à falta de um CREAS na região de Parelheiros, e a Rede fez endossar uma ação movida pelo Ministério Público pela implantação do CREAS Parelheiros, tendo como principal ator o Conselho Tutelar de Parelheiros subsidiado pelos dados apresentados na Análise da Violência na Capela do Socorro e Parelheiros e solicitou o posicionamento da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente de São Paulo (CMESCA), quanto à demanda de implantação do CREAS Parelheiros.

Muito interessante verificar a luta da Rede no campo político, se fazendo representar para cobrar a implantação de um CREAS na região de Parelheiros, serviço que só foi inaugurado em julho de 2023, depois de muitas reivindicações, todas registradas em Atas.

Segundo as Atas, nos meses de outubro e de novembro de 2013, várias demandas foram levantadas na Reunião, dentre elas:

- 1) Formação das Comissões de Adolescentes;
- 2) Sensibilização de Profissionais de Ação Direta;
- 3) Postura da Rede ante a implantação do CREAS Parelheiros;

- 4) Apresentação da Análise da Violência na Capela do Socorro e Parelheiros;
- 5) 2º Módulo da Capacitação da Rede;
- 6) Mobilização ao evento da Fórmula 1;
- 7) Sigilo do profissional na Notificação de Violência (saúde).

Assim, a Rede assumiu como um próximo passo para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros em 2013, a Elaboração da Estratégia de Implantação do Plano Operativo Local (POL) de forma participativa. Houve um aumento considerável de participantes durante o ano de 2013, 8 Atas foram encontradas, com 87 Participantes de 57 Serviços/Organizações.

Em 2014, se iniciaram as atividades em janeiro com a participação de 16 pessoas reunidas no Centro de Cidadania da Mulher, e na primeira Reunião do ano de 2014, a Pauta é a 1ª Avaliação do POL Capela do Socorro e Parelheiros, Feedback da Carta de apoio à implantação do CREAS Parelheiros,

Conforme acordado na última reunião da Rede, foi elaborado pelo Conselho Tutelar de Parelheiros uma Carta à Promotoria de Justiça dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude da Capital, aos cuidados da Dra. Luciana Bergamo, onde a Rede de Enfrentamento se endossa a solicitação do Conselho pela imediata implantação do CREAS Parelheiros, usando inclusive a recente análise da violência sexual contra crianças e adolescentes na região como argumento. Esta Carta se unirá aos esforços que o Dr Lélío tem empregado nesse sentido.

Outro ofício com conteúdo semelhante será encaminhado à Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (Rede de Enfrentamento, janeiro de 2024).

Para avaliação do POL foi definido colocar os status das ações dos eixos como seguem:

- Problema Grave, precisa de ajuda externa
- Com dificuldades, mas podemos resolver
- Em andamento ou já foi atingido
- Superou as expectativas.

Percebeu-se nessa Avaliação que os Eixos Protagonismo, Análise da Situação e Prevenção, foram os que obtiveram as melhores avaliações com todas as suas ações qualificadas como “Em andamento ou foi atingido”. E o Eixo Mobilização e Articulação, os que apresentaram maiores dificuldades de efetivação das suas ações, que foram identificadas como “Com dificuldades, mas podemos resolver”.

Nessa Ata chamou a atenção a Campanha de Mobilização à Fórmula 1, o Autódromo de Interlagos está dentro do Território de abrangência de atuação da Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, mas os caminhos burocráticos de acesso a esses espaços privados são muito difíceis, assim que a Campanha de Mobilização em Grandes eventos como a Fórmula 1 ficou submetido a responsabilidade da SMADS. Sendo assim, a CMESCA ficou responsável por essa ação e articulação no Município de São Paulo com apoio da Rede de Enfrentamento, ampliando as possibilidades de ações de prevenção a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes às outras Regiões da Cidade, junto aos aeroportos e hotéis da Capital.

Cabe destacar também que a Rede de Enfrentamento da Capela do Socorro e Parelheiros incluiu na discussão do Eixo de Atendimento, o Fluxo e Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, referendando o protocolo de atendimento posto pela Secretária de Saúde - SMS e pela Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social SMADS: A Rede realizou as discussões e formulou um documento onde distinguiu os papéis dos principais serviços públicos de atenção a infância. Todavia, em virtude da importância da legitimação deste documento pelas diferentes secretarias, a Rede entendeu ser importante o posicionamento do Ministério Público, na pessoa do Dr. Lélío.

Foi possível verificar na Ata de Reunião de janeiro de 2014 que as discussões da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes tinham sempre uma continuidade, resumindo as últimas discussões com feedbacks de Reuniões anteriores, e discussões dos eixos na perspectiva de efetivação das Ações, sempre muito dinâmica e com divisão dos grupos em GTs, como foi apresentado no Quadro nº 1.

Assim, a pauta da Reunião de fevereiro de 2014 continuou sendo a Formação para educadores, intervenção parte da estratégia do GT Protagonismo, para mobilizar educadores e profissionais que atuam com adolescentes, para incluírem nos seus planos de trabalho e em suas atividades o tema dos direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes, para incentivar seus adolescentes a realizarem ações protagonistas. Também foi proposto nessa reunião do dia 16 de fevereiro de 2014 pelo GT de Atendimento, a importância de se formar um Grupo de Discussão de

Casos de Violência e Exploração Sexual de crianças e adolescentes, e a necessidade de Implantação de um Serviço de Assistência Especializada (SAE) em Parelheiros e a Análise Comparativa dos dados da violência sexual contra crianças e adolescentes para fundamentar a implantação desse serviço.

Na reunião de março de 2014, com a participação de 28 pessoas registradas em Ata, a devolutiva da Implantação do Serviço de Assistência Especializada em Parelheiros foi negativa, pois os números de casos de pessoas com HIV notificados eram baixos, indicando pouca demanda pelo atendimento. Assim que seriam pensadas articulação de estratégias locais de prevenção à DST/AIDS com enfoque na garantia de direitos Sexuais e Reprodutivos. Todavia, em relação à solicitação de implantação do CREAS Parelheiros, nessa Ata se registra,

Segundo o Conselheiro de Parelheiros, Genivaldo, a Promotoria de Justiça de Interesses Difusos da Capital da Infância e Juventude, teria tido uma resposta quanto a Implantação do CREAS de Parelheiros, em resposta ao Ofício enviado pelo Conselho Tutelar de Parelheiros. Nesta resposta a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social estimava a sua implantação do CREAS Parelheiros para 2015 (Rede de Enfrentamento, 06 março de 2014).

Cabe ressaltar que oito anos após a essa solicitação o CREAS Parelheiros é implantado, durante esses anos apenas uma pessoa do CRAS Parelheiros era Referência de atendimento de casos da Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, sendo em 2023 implantado, no Pós Pandemia de COVID-19 o CREAS Parelheiros.

Nos meses de abril, maio e junho de 2014 não foram encontradas Atas de Reunião, esses meses seriam os meses de discussões dos Eventos de mobilização para o 18 de maio “Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, e posteriormente sua avaliação. Assim que a próxima Ata é de julho, e é a continuação da discussão das ações dos eixos do POL divididos em subgrupos.

Como apontado anteriormente, as Reuniões da Rede contavam cada vez com mais pessoas, nessa reunião específica de julho, são 32 pessoas representando 14 organizações e 19 serviços ou organizações, e as discussões continuavam sendo as discussões de monitoramento dos eixos.

Nos primeiros 60 minutos do encontro formaram-se os Grupos de Trabalho dos Eixos (GT's) foram compostos conforme a identificação e interesse dos participantes, mantendo minimamente um integrante original do grupo (composto na reunião anterior) que conduziu as discussões. Dentre as

pautas tratadas nos GTs as que se entenderam pertinente foram postas na Reunião Geral (Rede de Enfrentamento, julho de 2014).

Houve, nesta reunião de julho, a continuação das discussões anteriores, com destaque para o GT de Atendimento, “O Grupo entendeu a importância de uma nova revisão do Fluxo de Atendimento, principalmente no que tange as ações dos serviços de saúde, considerando ainda as contribuições do Dr. Lélío Ferraz (MPSP).” (Rede de enfrentamento, julho de 2014), a participação do Ministério Público nas discussões de Fluxo de Atendimento, mostra o caráter de engajamento e de validação das discussões. Abaixo, constam as recomendações da Rede sobre o Fluxo de Atendimento que a Rede julgava ser necessário para efetivação dos encaminhamentos:

- ✓ Acompanhamento psicossocial à vítima, agressor e família;
- ✓ Avaliar melhor estratégia para abordagem do caso, considerando o problema da revelação, se necessário com outros órgãos;
- ✓ Notificar MP, CT e VIJ os casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, com proposta de encaminhamento (evitar o simples relato do fato);
- ✓ Encaminhar vítima e eventuais familiares para serviço da rede de atendimento após avaliação técnica (evitar o simples encaminhamento);
- ✓ Acionar MP para afastamento do agressor;

Mesmo depois de alguns meses de discussão do eixo Atendimento, a Rede entendeu que os Protocolos do Fluxo de atendimento não são unificados, seguiam fluxos diferentes, porque mesmo que os objetivos em comum seja o atendimento às vítimas de violência sexual, as secretarias tinham caminhos distintos, mas alguns caminhos eram entendidos como pontos comuns e necessários.

No mês de agosto, as discussões foram sobre Estratégias de Revisão do POL Capela e Parelheiros, “A Rede limitou-se a deliberar quanto ao formato com que se daria esta Revisão, escolhendo entre o formato de Conferência ou o formato de Seminário, preferindo por maioria o formato de Seminário” (Rede de Enfrentamento, agosto de 2014).

Já no mês de setembro, especificamente no dia 4 de setembro de 2014, aconteceu no Programa Comunitário da Reconciliação, uma organização da Capela

do Socorro, ativa nas Reuniões, a pauta foi a devolutiva do Projeto Nós em Rede. Em qual momento houve a discussão e construção do Projeto Nós em rede? Não apareceu nas Atas encontradas, talvez esse registro estivesse nas Atas faltantes, dos meses de abril, maio e junho de 2014.

Aprovação do Projeto Nós em Rede – O Projeto Nós em Rede, foi elaborado em consonância com o POL Capela do Socorro, voltando-se principalmente e à intervenções que envolvem o protagonismo infanto-juvenil quanto ao tema, com objetivo de “Prevenir a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, primando a integração entre os serviços da rede de atendimento o protagonismo infanto-juvenil e a Garantia do direito da criança e do adolescente ao Desenvolvimento Saudável da Sexualidade”, inscrito no ultimo Edital do FUMCAD, o Projeto foi aprovado com adequações. Tramitando normalmente neste processo, prevê-se sua implantação ainda no 1º trimestre de 2015 (Rede de Enfrentamento, setembro de 2014).

Nessa reunião de setembro ficou definido que a Pauta seria para os informes sobre o Projeto Nós em Rede e sobre a Revisão do Plano Municipal. Essas pautas são importantes a ser destacadas, porque o “Projeto Nós em Rede” potencializou as Ações do Eixo de Protagonismo, e concomitantemente dos Eixos de Prevenção, Formação e Capacitação, de Mobilização e Articulação que se convergem, uma vez que é necessário todo esse fluxo para efetivar as ações do Eixo de Protagonismo. Para melhor entendimento, como apontado em informações interiores, a Rede discutia em subgrupos os eixos do PAIR.

Nessa dinâmica, vale destacar que já no início da análise das Atas em 2012, foi observado que O GT de Protagonismo sinalizou que para trabalhar o Protagonismo dos adolescentes, seria necessário primeiro, realizar a formação dos educadores e profissionais do atendimento direto, para que eles pudessem entender o conceito de Protagonismo e trabalhar com os adolescentes nessa direção colocando em seus Planejamentos do Serviços essas atividades, incentivando a participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão dos seus próprios direitos.

Assim, fica claro nas atas dos anos anteriores, de 2011, 2012, 2013 a dedicação da Rede de Enfrentamento na construção do POL. A participação da Rede nos seminários do PAIR, e nos seminários de apresentação do POL. Já nas Atas de 2014, dão continuidade nas ações, e apresentam a Relevância que a Rede começa a ter frente às políticas públicas que vinham sendo construída no Território da Capela do Socorro e Parelheiros desde 2009 com o M-A-P-A 2010. Na Ata de setembro por exemplo, é apresentado o resultado da submissão do Projeto Nós em Rede ao edital de Fomento do Fundo Municipal do Direito da Criança e do adolescente, como

também o convite da CMESCA para a participação da Rede na Revisão do Plano Municipal de Enfrentamento a Exploração e Violência Sexual contra Criança e Adolescente (EESCA). Assim, a Rede optou no mês de setembro, outubro e novembro, por trabalhar em uma recomendação da CMESCA,

[...] quanto a Revisão do Plano Municipal EESCA, considerando a experiência que a Rede adquiriu com o desenvolvimento do POL Capela e Parelheiros, logo os participantes se dividiram em Grupos de Trabalho, conforme os Eixos de atendimento, com a proposta de fazer uma discussão inicial destas recomendações. [...] A CMESCA vem se organizando no estabelecimento das estratégias de revisão do Plano Municipal EESCA, tendo pautado o tema em seus encontros, prevendo para entorno do primeiro trimestre de 2015 a realização de um Seminário ou algo a definir-se com objetivo de apresentar ou debater a Revisão do Plano Municipal. Tendo inclusive proposto aos integrantes da CMESCA a análise dos Planos Nacionais EESCA já atualizado e o Plano Municipal, à revisar-se, à fim de se propor no próximo encontro da CMESCA ações e atividades, dando início ao processo de revisão (Rede de Enfrentamento, 4 de setembro de 2014).

Nas Reuniões de setembro, outubro e novembro de 2014, a Rede discute nos GTs a contribuição nos eixos do Plano Municipal, como segue:

Contribuição da Rede – Propostas ao Plano Municipal EESCA

Quadro 2 - Grupo de Trabalho – Atendimento

AÇÃO	META
Revisão do funcionamento do serviço em relação à quantidade de equipamentos e de profissionais	Girar o fluxo e evitar a fila de espera
Prontuário unificado / eletrônico com acesso aos equipamentos utilizados pelo usuário	Evitar revitimização que ocorre pela repetição do discurso
Formação dos profissionais do fluxo no manejo dos casos de violência	
Psicólogos ou assistentes sociais no atendimento das delegacias comuns	
Delegacias especializadas	

Fonte: Ata de Reunião, outubro de 2014.

Quadro 3 - Grupo de Trabalho – Mobilização e Articulação

AÇÃO	META
Formação de Profissionais de Ponta (sem formação em Serviço Social ou Psicologia).	Ação regionalizada com vagas correspondentes à quantidade de profissionais no território. Ser Inter secretarial, abrangendo as principais pastas (saúde, educação, assistência)
Recomendar que se pautem os temas relacionados ao enfrentamento às violências sexuais em fóruns setoriais relacionados à infância	Que o tema seja debatido também entre outros fóruns da cidade

Fonte: Ata de Reunião Outubro de 2014.

Quadro 4 - Grupo de Trabalho – Análise da Situação

AÇÃO	META
Garantir a segurança do profissional que faz a notificação da violência	Não identificar o profissional no documento de notificação, antes apenas a unidade ou serviço de origem da notificação;
	Recomendar aos Conselheiros Tutelares que não identifiquem a origem da notificação, no decorrer da abordagem e atendimento do caso;

Fonte: Ata de Reunião Outubro de 2014.

Historicamente, pelo que foi levantado nos documentos, em 2011 Rede contribuía com a implementação do PAIR na cidade de São Paulo, em 2012 a Rede estava construindo o Pano Operativo Local da Capela do Socorro e Parelheiros, em 2013 a Rede de Enfrentamento a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros estava apresentando o POL em um seminário, e em 2014 estaria sendo escrito o Projeto Nós em Rede, o projeto que potencializaria as ações do POL, os números de participantes nas reuniões da Rede de Enfrentamento vai crescendo gradativamente e a Rede da Capela do Socorro e Parelheiros ganha confiança da Rede de Proteção e Garantia de Direitos de Criança e Adolescente através da Relevância das suas ações e da articulação política dentro do território e é convidada a participar ativamente das discussões do Plano Municipal dentro da CMESCA.

Nesse primeiro bloco, de análise das Atas dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, se evidencia a participação pioneira da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros desde 2009, nos seminários de Implementação do PAIR na cidade de São Paulo em 2011, a partir de discussões que se iniciam com o M-A-P-A do CEDECA Interlagos concluído em 2010. As primeiras Atas também demonstram a participação da Rede de Enfrentamento na eleição dos 16 Delegados do POL, pessoas eleitas, responsáveis em construir o POL nas Regiões da Cidade de São Paulo. Também apresentam as discussões dos eixos norteadores do Plano Operativo Local, divididos em GTs por eixos, e por fim em 2014, a materialização das Ações do POL na apresentação do Projeto Nós em Rede e o reconhecimento da CMESCA pela experiência dessa Rede na discussão e construção do Plano Operativo Local, sendo convidada pela CMSCA a contribuir na revisão do Plano Municipal.

Foram encontradas 3 Atas de 2015 e 11 Atas de 2016, mas para a próxima análise dos anos que antecedem a Pandemia foram selecionadas para o Bloco 2, as Atas de 2017, 2018 e 2019. É importante ressaltar que em 2016 teve uma mudança na moderação⁵⁴ da Rede de Enfrentamento, onde o Everton Borges passou o bastão para esta pesquisadora, após uma eleição que aconteceu em abril de 2016 no CAPS IJ da Capela do Socorro.

1 Diante da impossibilidade de Everton Borges permanecer mediando os encontros da Rede de Enfrentamento, os participantes da Reunião analisaram uma indicação de um novo mediador, considerando as atribuições de elaboração das atas das reuniões, uso da conta de e-mail da Rede de Enfrentamento e a representação da Rede na CMESCA. 1.2 Os participantes presentes acolheram por aclamação a indicação de Ilma Pereira como mediadora da Rede (Rede de Enfrentamento, 06 de abril de 2016).

No ano de 2017 foram encontradas 8 Atas, com a participação de 70 pessoas durante o ano. Observa-se na primeira Ata de fevereiro de 2017 a participação de 11 pessoas representando 6 serviços. Nessa reunião houve a organização do calendário para 2017, onde as Pautas foram: Avaliação da ação de prevenção a exploração sexual de crianças e adolescentes no Evento da Fórmula 1; a organização do evento Grito de Carnaval e agenda dos Eventos articulados com a CMESCA, que seriam o Grito de Carnaval,

A SMADS lançou a Campanha do Carnaval 2017, “Grito de Carnaval contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, com participação da Sra. Secretária, autoridades, artistas, profissionais dos serviços CRAS e CREAS, a rede de atendimento socioassistencial de SMADS, serviços de atendimento de crianças e adolescentes da rede da proteção básica e especial e convidados em geral, além da participação do público do local. O evento acontecerá no dia 22/02/2017, das 10h00 às 13h00 na Pça. Do Patriarca. Foram disponibilizado 6 ônibus para os participantes da CMESCA, e ônibus para SAS e CREAS (Rede de Enfrentamento, fevereiro de 2017).

Os eventos articulados com a CMESCA no ano de 2017 foram os Eventos pontuais e de calendários anuais, como o Grito de Carnaval e o dia de 18 de maio “Dia Nacional de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Nessa Reunião da Rede de Enfrentamento ficou definido que as reuniões aconteceriam toda primeira quinta-feira de cada mês, e os locais onde aconteceriam ficou deliberado antecipadamente, respeitando o revezamento entre Capela do Socorro e Parelheiros, na continuação da Revisão do POL.

⁵⁴ Anexo 4: Ata de 06 de abril de 2016 - Indicação de um moderador.

Quanto a Avaliação das Ações da Fórmula 1 pela CMESCA, foram realizadas nos dias 11 e 12 de novembro de 2016. As ações nos grandes eventos são na perspectiva de prevenir a exploração sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que esses grandes eventos atraem turistas para práticas sexuais utilizando crianças e/ou adolescentes. Esta ação aconteceu nos Bares da Vila Madalena e Hotéis da região da Paulista, onde foram distribuídos panfletos e colocadas faixas pelo SEAS da região. Na ocasião foram colocadas também faixas em frente à estação de trem, do bolsão das Nações Unidas e em frente ao Autódromo de Interlagos. As SAS Capela do Socorro e Parelheiros (Rede de Enfrentamento) fizeram na mesma semana ações locais nos dias 27/10 a 04/11 do ano de 2016. “Também aconteceram ações no Aeroporto de Guarulhos, onde veiculou em 3 telas um arquivo de vídeo de 15 min acerca da importância de denúncia quanto a abuso e exploração, os taxistas também se disponibilizaram a entregar os panfletos” (Rede de Enfrentamento, novembro de 2017).

No mês de março de 2017, a reunião da Rede foi bem expressiva, contou com a participação de 33 pessoas de 23 serviços ou organizações, para o monitoramento do POL e a apresentação da política de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nesta ata, é possível observar o diálogo direto da Rede com a SMADS e com a CMESCA, com a participação ativa na Organização de eventos no município.

Foi informado a todos os presentes que a CMESCA juntamente com a SMADS iniciou o GT para o evento 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dia de “reafirmar a responsabilidade da sociedade brasileira em garantir os direitos de todas as suas Araceli”. Como em 2016 o evento contara com a participação dos adolescentes na sua construção, estando aberto à participação de todos os serviços que queiram participar (Rede de Enfrentamento, março de 2017).

O Evento do 18 de maio de 2017 aconteceu em uma construção conjunta com adolescentes da rede socioassistencial, resultado do trabalho inicial da Rede com o Eixo de Protagonismo, onde as formações da Rede de Enfrentamentos tinham como objetivo instrumentalizar os trabalhadores da Rede, para incluírem em seus Planejamentos atividades que trabalhassem a participação política dos adolescentes nos debates referentes aos seus direitos. O Parque Villa-Lobos foi eleito pelos integrantes da CMESCA para o evento por ficar próximo à Estação de Trem da Linha 9 Esmeralda, facilitando o acesso de todos. Na ocasião, os adolescentes haviam

sugerido o Parque Jóquei, mas devido à dificuldade de acesso ao Parque Jóquei o Parque Villa-Lobos foi definido como mais adequado, e eles entenderam. Houve participação ativa da educação na ação do evento de 18 de maio de 2017, porque 100 alunos da rede municipal de ensino participaram da amostra de desenhos realizados por eles.

A imagem número 4 abaixo, foi o desenho escolhido pela CMESCA para as Artes de camisetas e materiais de divulgação do evento. Dentre 3 desenhos apresentados na Reunião da CMESCA foi escolhido 1 desenho, que representava na visão de uma criança o que é proteção.

Imagem 4 - Arte do 18 de maio de 2017 feito por uma criança, escolhido pela CMESCA



Fonte: Desenho de uma criança sobre proteção, CMESCA - maio de 2017

Cabe ressaltar que todos os desenhos tiveram autorização de uso da imagem, dentre os desenhos 1 foi escolhido para representar a campanha do 18 de maio de 2017.

Essa atividade foi resultado de um Processo Formativo realizado em 2016 pela CMESCA e o SME, junto a professores da rede municipal de educação, a maioria dos desenhos feitos pelas crianças expressavam denúncias de violência. Quanto a isso,

foi realizado cruzamento dos dados para mapear as regiões de incidência das denúncias para possíveis intervenções junto as escolas.

Enquanto isso, na Capela do Socorro e Parelheiros, durante a semana do 18 de maio de 2017, o CRAS Capela do Socorro juntamente com a SAS organizou o evento do 18 de maio em ação conjunta com a Rede de Enfrentamento, SMADS e a CMESCA, nas quais as atividades foram Blocos de Desfile divididos por temas (Alas). A Rede de Enfrentamento se envolveu em outras ações e eventos na região com intercâmbio de oficinas de temáticas do enfrentamento à violência infantojuvenil para: Equipe Técnica e Educadores, Universitários, Famílias, e para crianças e adolescentes com linguagem adaptada para cada faixa etária. Estiveram envolvidos na ação 14 serviços ou organização, e a Faculdade de São Paulo – UNIESP, sendo bem avaliado pelos presentes.

Em meio a 2017 também acontece uma devolutiva do Projeto Nós em Rede, onde estiveram presentes na Reunião o Gestor da Aldeias Infantis SOS Brasil Luís Marcos (*in Memoriam*) e a Coordenadora da Área de Fortalecimento Familiar e Comunitário Katia Gomes. Ambos os representantes da organização proponente do projeto Nós em Rede, aprovado pelo FUMCAD em 2016. O Projeto Nós em rede teve como objetivo “Prevenir a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, primando a integração entre os serviços da rede de atendimento o protagonismo infantojuvenil e a Garantia do direito da criança e do adolescente ao Desenvolvimento Saudável da Sexualidade”, a participação deles foi para destacar que a execução do projeto só fazia sentido se fosse executado em parceria com a Rede de Enfrentamento, porque suas intervenções têm interlocução com as ações que a Rede de Enfrentamento propõe.

É importante registrar que as ações da Rede de Enfrentamento sempre aconteceram de forma articulada com a CMESCA, e durante os meses do ano de 2016 e início de 2017, a CMESCA foi coordenada pela saudosa Francilene Gomes Fernandes (*in Memoriam*), graduada pela PUC São Paulo em Serviço Social, com mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-graduação de Serviço Social também da PUC São Paulo. Sempre militante pelos Direitos Humanos, foi uma mulher que marcou a luta do movimento do Movimento Mães de Maio, faleceu após uma árdua luta contra um câncer, vencendo várias batalhas dessa luta, no dia 28 de setembro de

2024. A despedida a ela aconteceu no Cemitério São Pedro na Vila Alpina, São Paulo. Fran estará sempre presente! Esta lembrança veio me recordar que sempre foi a figura feminina que esteve à frente da coordenação da CMESCA, dentre elas presenças marcantes de mulheres engajadas, comprometidas e batalhadoras como a Fran.

Infelizmente, desde o retorno da pandemia, a troca de coordenação da CMESCA é constante, fragmentando as discussões realizadas, e sem continuação, sempre de retomada e retrocessos e sem avanço. O mais grave de tudo isso, uma violência, é não ter reuniões da CMESCA desde junho de 2024, até início maio de 2025.

Retomando a discussão do POL, as Atas de agosto e setembro de 2017, apresentam o resultado do monitoramento do POL destacando os oito eixos temáticos do Plano Operativo Local – POL, e a apresentação da revisão do POL de 2013. Nessa revisão do POL, observou-se que houve avanço significativo em algumas ações, principalmente o eixo mobilização, “[...] destacando o avanço no eixo de articulação e mobilização, já que as ações da rede em campanhas, tanto Municipal como no território da Capela do Socorro e Parelheiros tem sido permanente” (Rede de Enfrentamento, agosto de 2017). No entanto, quanto ao eixo de protagonismo juvenil, a participação dos adolescentes e jovens nas discussões da rede ainda foi considerada baixa.

Trata-se de um território grande em extensão e de difícil circulação de adolescentes e jovens sem a participação de educadores e outros profissionais que os acompanhe. Por esse motivo, apesar das formações da rede serem permanente, não foi alcançado o objetivo de formação do comitê de adolescentes e jovens pela falta de participação deles. Outra demanda apontada como necessária foi de atualização dos números da violência contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros.

Ainda em 2017, na Ata de setembro há deliberações para participação na Capacitação da DRE Capela do Socorro, e realizar o Seminário do POL, como também realizar o levantamento de dados sobre a violência sexual de Crianças e Adolescentes, com objetivo de elaboração de documento para provocar o MP na abertura de novos serviços, e de efetivação dos serviços que já deveriam estar em funcionamento em Parelheiros, o SPVV e CREAS. Em diversas Atas analisadas, a

implantação de Serviços como CREAS de Parelheiros aparecem como pauta principal. Nessa Reunião, foi sugerido também a construção de um novo POL, com objetivos já estabelecidos no Primeiro Plano “Elaborar de forma participativa um Plano de Implementação das Estratégias do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR, em consonância com o Plano da Cidade de São Paulo”, para o enfrentamento à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes das regiões da Capela do Socorro e Parelheiros, seguindo a mesma metodologia utilizada em 2013.

Em relação a Capacitação da DRE Capela do Socorro, foi aberta a participação do “Ciclo de Palestras de Ações Protetivas no Espaço Escolar e seus Desdobramentos”, realizado pela DRE Capela, para todos os atores da Rede

No dia de abertura a rede de enfrentamento iniciará as palestras tendo na mesa Edna e Ilma. Os temas, dias e horários é como se segue:

16/09- Sábado – Conhecendo os tipos de violência, seus desdobramentos e o fluxo de como lidar com elas

30/09 – Sábado – Violência em Debate com perguntas e esclarecimentos (neste encontro, vários parceiros estarão na mesa para debaterem o tema)

21/10-Sábado- Situações Problemas e intervenções legais (Rede de Enfrentamento, setembro de 2017).

A última Ata do ano de 2017 foi a de setembro, e em fevereiro de 2018 a Ata traz a avaliação do Evento “Formação do Comitê Infanto-Juvenil” que aconteceu em 22 novembro de 2017.

Evento aconteceu no dia 23 de novembro de 2017 nas Aldeias Infantis SOS Rio Bonito, e teve como objetivo dar início a formação de um Comitê infanto-juvenil, com intuito de que jovens e adolescentes da região de capela do Socorro e Parelheiros tenham representação nas discussões que os afetam, fomentado assim o protagonismo infanto-juvenil. Ao final do evento todas as crianças e adolescentes receberam certificado de participação. O Evento contou com a participação de 8 serviços e/ou organização, o público infanto-juvenil foi de aproximadamente 100 pessoas, que puderam se revezar e participar de seis oficinas lúdicas.

- Psicodrama – Protagonismo e Ações Transformadoras
- Redes Sociais Direitos Sexuais e Reprodutivos Meu Direito Meu Sexo
- Pelo Direito de Dizer Sim e Dizer Não
- Contação de História
- Dó-Ré-Mi-Ti-Ra-a-Mão- Da-Í
- Eu Meu Corpo Meu Sexo

O fechamento foi com o Teatro “O Mundo de Dina”.

O evento foi avaliado como positivo nos requisitos de alimentação, alcançado o objetivo esperado. E os Pontos Negativos apontados foi falha de comunicação da equipe de apoio; Atraso do início do evento comprometendo o fechamento e entrega de certificado para serviços que tinham horário para retorno.

No ano de 2018 foram encontradas 11 Atas, de todos os anos avaliados, é em 2018 e 2019 que é encontrada o maior número de registros de reuniões em Atas, porque 2018 foi ano de eleição de escolha do Presidente da República no Brasil, e a Rede participou ativamente nas discussões sobre o impacto de uma onda conservadora no Tema da prevenção à violência e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes, trazendo reflexão e de fortalecimento do grupo diante do cenário político que estava se estabelecendo na ocasião.

As reuniões da Rede de Enfrentamento de março, abril e maio de 2018 somaram a participação de 57 pessoas de 47 serviços/organizações. As reuniões de março e abril aconteceram no CREAS Capela do Socorro, e no mês de maio no CAPS IJ Parelheiros. A principal pauta do início do Ano foi a construção de um novo POL, não conseguindo se efetivar pelas demandas emergentes que iam surgindo, pôr a Rede avaliar que a metodologia de análise por eixo levaria muito tempo, então foi sugerido a divisão por GTs em cada reunião.

Entre as demandas emergentes apontadas na Reunião de 7 de maio, estava as discussões em torno da nova lei 13.431/17 que entrou em vigor dia 30/04/2018 sobre escuta especializada e depoimento especial e o impacto que poderia trazer para o atendimento nos serviços.

Um GT foi organizado pela CMESCA para discussão da Lei em novembro de 2017, porém os novos encaminhamentos são que esse GT, constituído por representações do poder executivo e do CMDCA, está sendo coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, para levantamento de proposta de aplicabilidade da Lei 13.431/17 no município, a CMESCA poderá compor esse grupo em um outro momento como órgão consultivo. [...] concomitantemente à revisão do Plano Municipal de enfrentamento à violência e exploração sexual infanto-juvenil. (Ata, 07 de maio de 2018).

Dessa forma, muitas questões foram levantadas nesta reunião de 7 de maio de 2018, principalmente em relação as ações do plano operativo local que não foram efetivadas, como implementação do SPVV sem a implantação do CREAS Parelheiros, e o novo hospital de Parelheiros sendo inaugurado, mas ainda com atendimento parcial, na época. Sendo assim, houve o entendimento que no cenário que se apresentava para a ocasião, tanto na política como na realidade dos serviços, os esforços deveriam ser na construção de um cronograma trimestral de ações mais emergentes trazidas pelos serviços, incluindo o evento do 18 de maio. “O Evento 18 de Maio organizado pelo CEDECA Interlagos será uma ação na Ocupação Jardim

União, os serviços interessados em participar devem articular com o CEDECA Interlagos as contribuições” (Rede de enfrentamento, maio de 2018).

Assim que, a Ata de junho de 2018 traz na sua pauta a avaliação da ação do 18 de maio que aconteceu na Ocupação Jardim União⁵⁵. Essa ação foi avaliada como positiva e potencializadora por trazer visibilidade e sensibilização aos presentes, em relação às violações de direitos que acontecem dentro de uma ocupação, a começar pelo direito à moradia, acesso a água potável e energia elétrica, inclusive a um endereço que referencie a existência das famílias naquele território e a inclusão nos serviços socioassistenciais da região. No caso do Jd. União, existia a dificuldade de saber a qual subprefeitura ele pertencia, porque ele estava na divisa dos territórios da Capela do Socorro e Parelheiros e um serviço empurrava a responsabilidade de atendimento para o outro.

Participaram da Caminhada adolescentes do Circo Escola e do CJ Rosa Mística, representantes da Rede de Enfrentamento, CEDECA Interlagos, NPJ e CREAS Capela do Socorro. A ação foi uma caminhada pela ocupação com paradas para colagem de Lambe-Lambe com cartazes da Campanha onde a palavra de ordem era: Não à violência e precisamos romper o silêncio! Ao final da caminhada a participação de todos em um sarau. Segundo as representantes do CEDECA Interlagos,

[...] a ocupação que já tem 5 anos, apresenta muitas dificuldades de acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação e assistência social por falta do comprovante de endereço. As crianças e adolescentes da ocupação ainda enfrentam o preconceito da própria comunidade, que enxerga como “invasão”, conceito que segundo Dill do SASF Grajaú II, necessita ser desconstruído, dando legitimidade ao movimento por moradia. O acesso aos bens e serviços da comunidade que vive no espaço da ocupação é dificultado pela burocracia e rigidez de alguns funcionários dos serviços que vive um impasse: A quem cabe, ou quem vai fazer o atendimento desse espaço? A Samara do Rosa Mística CJ Rosa Mística esteve presente com mais de 50 adolescentes, que, segundo ela, saíram emocionados e já falando em uma intervenção para ajudar as crianças que vivem ali (Ata, 07 de junho de 2018).

Referente aos apontamentos dos obstáculos que o Jd. União enfrentava para acessar os seus Direitos, foi proposto uma Reunião com as UBS da Região da Capela do Socorro e Parelheiros para verificar quais das duas regiões farão o atendimento às famílias do Jardim União. Assim que a Rede Deliberou nesse dia com a participação

⁵⁵ O bairro fica localizado em uma área de proteção aos Mananciais na zona sul da capital, e foi objeto de urbanização pela Secretaria Executiva do Programa Mananciais, no período compreendido entre 2021 e 2022.

de 18 pessoas representando 14 serviços ou organizações, realizar uma reunião com as UBS da Região da Capela do Socorro e Parelheiros para verificar quais das duas regiões fariam o atendimento às famílias do Jardim União. Destacando que a Supervisão Técnica da Capela do Socorro e Parelheiros participavam das Reuniões da Rede, então essa era uma demanda que a Rede conseguiria mediar com facilidade.

Já a pauta das Conferências Livres, o Mario coordenador do Fórum do Direito da Criança e do Adolescente Grajaú II, e representante no Fórum Central do CMDCA, preocupado com as questões que envolvem as conferências lúdicas e convencionais, teria até o final de agosto para acontecerem. Nesse ano, a Rede compôs com o Mario e representantes do Fórum a organização do evento da Conferência Livre. O evento aconteceu na escola Constelação do Índio no dia 30/06/2018. “A Rede de enfrentamento foi convidada a contribuir com as oficinas em 2 temas: Proteção Integral, Violência e Diversidade, com público da escola de 6 a 10 anos e de 11 a 14 anos e ações para as famílias.

Apesar do ano de 2018 ter 10 Atas, não foi encontrada a Ata do mês de junho, e a Ata do mês de agosto traz informações que se confundem, não estando clara a sua discussão com o mês de agosto, pois traz informações sobre o Grito de Carnaval que aconteceu em fevereiro e o Projeto Nós em Rede, e assim será descartada. Já na Ata do mês de setembro, é apresentada como um momento atípico, pois acontece na Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura no extremo sul de Parelheiros, no Bairro Jd. Colônia. Essa reunião foi bem atípica, mas muito proveitosa, pois foi momento de muitas trocas, e apresentação da história da biblioteca,

[...] como o projeto empreendedor, gestado pelos jovens da comunidade a mais de 8 anos, tem garantido espaços até fora do Brasil, e conquistado vários Prêmios. [...] outros Projetos da organização Comunitária que apoia mães, recebem adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativa, tem também “Tecidos literários bordados a mão com escrita de frases e textos de livros de literatura”; Apresentação cultura do projeto Cortejos de leitura que traz o incentivo à leitura através de músicas compostas pelos jovens Escritureiros e Projeto de preparo de receitas para a geração de renda com mulheres da comunidade. (Rede de Enfrentamento, 06 de setembro de 2018).

Nesta Ata de setembro há um destaque para a participação da Educação, duas pessoas da DRE Capela do Socorro e uma pessoa do conselho participativo da escola, “Cabe a ressalva do número crescente de pessoas da Educação participando

da reunião dessa Rede. [...] a Reunião do mês do dia 01 de novembro acontecerá na Escola Florestan Fernandes” (Rede de Enfrentamento, 06 de setembro de 2018).

É possível perceber que a discussão das últimas Atas de reunião da Rede de Enfrentamento muda o foco, a partir do momento que coletivamente é decidido atender as demandas emergenciais dos serviços, a discussão do POL já não aparece como pauta principal, talvez porque nesse momento o Projeto Nós em Rede está no início da sua implementação e a Rede nesse contexto de 2018, assume um papel de mediadora, se colocando entre os conflitos do território, como no caso do Jd. União e das Conferências Lúdicas. É possível perceber, pelo que é apresentado nas discussões, que nesse momento a Rede é enxergada pelos seus participantes, e pelos próprios serviços do território como espaço potente de mediação e força política, pois a Rede participa ativamente das Conferências Lúdicas, tem uma fala de abertura, e vários participantes compõem a mediação das oficinas com os adolescentes na Conferência.

Aqui cabe um destaque, porque percebemos que o Projeto Nós em Rede nasce pela necessidade de trabalhar a questão do protagonismo infantojuvenil. Para isso, é apontado na Ata de fevereiro de 2014 a discussão da Formação para educadores, como estratégia do GT Protagonismo, para mobilizar educadores e profissionais que atuam com adolescentes, para que fosse incluído em seus planos de trabalho temas de incentivo aos adolescentes de ações protagonistas. A participação ativa da Rede na abertura e oficinas da Conferências Lúdicas de 2014, já apontavam para o resultado de todos os esforços de formação continuada da Rede de Enfrentamento, aproveitando todos os espaços para a promoção de formação sobre o tema do Protagonismo Infanto-Juvenil.

A Ata de outubro de 2018 traz informações do 3º mês de execução do Projeto Nós em Rede com as 5 organizações envolvidas diretamente com o Projeto na formação dos educadores, sugeriram a ampliação das formações, para que fossem estendidas a toda a Rede de Enfrentamento “As colegas Cassia e Keli sugeriram também o aproveitamento das oficinas Práticas de Sexualidade no mês de maio, em que acontece o dia de enfrentamento à violência e exploração sexual no âmbito nacional” (Rede de Enfrentamento, outubro de 2018).

Além das formações do Projeto Nós em Rede, nessa reunião de outubro de 2018, também foi discutido a solicitação de abertura do Centro de Promoção e Resgate a Cidadania do Grajaú – CEPROCIG, fechado pela prefeitura, e a resposta imediata do Dr. Eduardo e encaminhamento para a promotoria. Esse centro comunitário era o único da Região, houve uma mobilização de moradores e da imprensa para a abertura do Serviço, que voltou ao seu funcionamento depois de alguns dias, visto que a organização estava em reforma para a adequação do imóvel por solicitação da Prefeitura de São Paulo, após denúncias anônimas. Isso sem a vistoria a Subprefeitura fez a interdição do espaço, prejudicando o atendimento de crianças e adolescentes que frequentava a associação. O que prioritariamente foi acolhido pelo Ministério Público a demanda coletiva e o serviço reaberto.

Como é possível observar, a atuação da Rede de Enfrentamento na Capela do Socorro e Parelheiros, vai escalando para outras intervenções, para além do enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Agora nos seus 10 anos de resistência, a Rede faz mediações sobre os interesses da comunidade, no que diz respeito ao superior interesse de crianças e adolescentes, na garantia de atendimento.

Pela primeira e única vez a Reunião da Rede de Enfrentamento acontece em uma escola. A Reunião aconteceu em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da Região, a Escola Florestan Fernandes, na Capela do Socorro - São Paulo, SP.

Imagem 5: Reunião da Rede de Enfrentamento na Escola Florestan Fernandes



Fonte da Imagem: Acervo pessoas da pesquisadora - Reunião novembro de 2018 - EMEF Florestan Fernandes

Por estarmos com algumas pessoas participando pela primeira vez na Reunião, e pela primeira vez em um espaço escolar, iniciamos a discussão

falando do posicionamento político e não partidário da rede, reafirmando o coro político da rede de enfrentamento, que se reúne em torno da discussão de uma política local, que tem sofrido a falta de investimento e recursos públicos para efetivação. Mesmo assim suas ações não deixaram de ser executada, entrando no Plano de Trabalho dos Serviços. Foi ressaltado ainda que a Rede se mantém há quase 10 anos pela resistência dos trabalhadores dos serviços que a compõe, e seu investimento humano e solidário contra as violências e violações sofridas por crianças e adolescentes na região. Assim que Política é a existência dessa Rede (Rede de Enfrentamento, novembro de 2018).

Uma participante do conselho gestor da Escola Florestan Fernandes passou a acompanhar as reuniões da Rede de Enfrentamento, e a defender a causa das mães acusadas de alienação parental, por causa de suas crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, obrigadas a conviverem com seus abusadores.

Os meses de março e abril de 2018 a Reunião da Rede aconteceu no CREAS, e a discussão continuou sendo a avaliação e monitoramento do POL e a discussão dos 5 Eixos. O mês de maio a Rede teve seu foco voltado para a organização do Evento do 18 de maio, o Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual de Crianças no Brasil. O evento Municipal do 18 de maio que a CMESCA organizava todos os anos, não aconteceu, porém, as ações foram descentralizadas no território, por conta de cada serviço. As ações descentralizadas já são realidade nos territórios de Capela do Socorro e Parelheiros, com troca de oficinas entre os serviços, em Praças e Parques da Região da Capela do Socorro. No dia 18 de maio de 2018 o CEDECA Interlagos fez uma caminhada na Ocupação Jardim União, e foi a livre a participação.

Os meses que seguiram em 2018 foram de execução do Projeto Nós em Rede com o financiamento pelo FUMCAD. O Projeto seguiu o roteiro de execução, porém, teve várias alterações para coincidir com as ações de cada mês estipulado, visto que ele inicia no mês de julho. Com o financiamento do FUMCAD, o projeto contribuiu para ampliar as ações da Rede de Enfrentamento a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros, no que tange à formação de educadores em sexualidade, para que os educadores pudessem trabalhar com os adolescentes o tema do ‘Desenvolvimento Saudável da Sexualidade de Crianças e Adolescentes’, porque esta era a maior dificuldade apontada em Atas, como desenvolver o Protagonismo infantojuvenil sem o reconhecimento dos seus direitos sexuais e reprodutivos?

A Ata do dia 1 de novembro traz informações bem concisas sobre a trajetória da Rede e da execução do Projeto Nós em Rede, que nesse momento estava no quarto mês de execução, “as capacitações teóricas de educadores e oficinairos terminam, e o que segue são as oficinas práticas de Sexualidade Aflorada” (Rede de Enfrentamento, novembro de 2018).

Na Reunião de novembro de 2018 foi levantada a intenção de ampliar o debate sobre o Direito ao Desenvolvimento saudável da sexualidade de Crianças e Adolescentes, levando as formações do Nos em Rede para todos os serviços interessados. Foi destacado também que o Projeto Nos em rede não começou em 2014 e tão pouco termina em 2019, as ações da Rede já são permanentes. Assim, no mês de maio, mês de enfrentamento à violência e exploração sexual no âmbito nacional, a multiplicação das oficinas de sexualidade iria ser realizadas nos serviços que não participaram como ponto direto de intervenção do Projeto e no Seminário Municipal organizado pela CMESCA.

Sobre o I Simpósio Intersetorial de Políticas de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, ele se tornou anual, entrando automaticamente no calendário da Rede, como podemos conferir,

Como falado na reunião de outubro, o Evento anual da rede será o I Simpósio Intersetorial de Políticas que acontecerá no dia 21 de novembro das 13:00 às 17:00 [...] O evento foi pensado para acontecer em formato de simpósio, onde os palestrantes discursarão sobre os temas em torno de um conjunto de discussões e reflexões de âmbito teórico conceitual e prático, em sintonia com os conflitos da realidade vivenciada pelos atores da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Capela do Socorro e Parelheiros (Rede de Enfrentamento, novembro de 2018).

O I Simpósio aconteceu em novembro de 2018, e foi retomado após a pandemia, no ano de 2022, e em 2025 entrou na sua V Edição.

A reunião do mês de dezembro de 2018 aconteceu na Biblioteca do Colônia, diante do cenário político que estava para ser instaurado, Anne Rammi, codeputada da bancada ativista foi convidada para dialogar com os trabalhadores, ela ouviu os participantes da reunião, que fizeram perguntas e tiraram dúvidas em relação ao mandato coletivo. Segundo registrado em Ata foram feitos apontamentos sobre os problemas do bairro e a resistência dos moradores a candidatos de esquerda. Nessa reunião foi ressaltado a participação dos conselheiros tutelares nas reuniões de rede, e da eleição do CMDCA e dos Conselheiros Tutelares em 2019, assim que a Rede se

comprometeu a mobilizar a comunidade para conversar sobre as eleições do Conselho Tutelar, a fim de auxiliar na escolha de pessoas qualificadas e comprometidas com a causa da infância e juventude, e que conheça os direitos da infância e da juventude para defendê-los.

Em 2019, foram encontradas 5 Atas, dos meses de fevereiro, abril, maio e 2 atas do mês de junho. Segundo a Ata do mês de fevereiro, a primeira Reunião de 2019 aconteceu no CEDECA Interlagos, conforme deliberado na Reunião de dezembro de 2018, a pauta foi as eleições dos conselhos tutelares. Estiveram presentes 27 pessoas de 13 serviços ou organizações, 13 pessoas eram do gênero masculino e 14 do gênero feminino.

Imagem 6 – Reunião no CEDECA Interlagos



Fonte da Imagem: Acervo pessoal da pesquisadora - CEDECA Interlagos, fevereiro de 2019.

Em uma participação atípica pelo grande número de homens, talvez pela pauta de interesse dos conselheiros tutelares, porque a maioria era de conselhos participativos da saúde e educação e ex-conselheiros tutelares. O tema da reunião era sobre os Direitos de crianças e adolescentes segundo o ECA, e teve a participação do ex-conselheiro do CMDCA Carlos Churras.

O Carlos Churras fez uma fala sobre a trajetória dos Direitos da criança e adolescente no Brasil, e sobre as atribuições do conselho tutelar, o fundo Municipal, e do processo de aprovação de projetos para a infância. O objetivo de trazer pessoas com participação no CMDCA é para fortalecer o diálogo junto aos conselhos e integrá-los nas pautas da rede, pois esse dialogo sempre foi difícil, muitas vezes pelos interesses políticos que atravessam cada um.

Foi possível observar, nessas primeiras análises, das Atas de Reunião de 2011 a 2018 e início de 2019, que a Rede de Enfrentamento depois dos primeiros anos de

existência, passa a ter um movimento político no território, não se restringindo apenas as discussões do POL, mas ampliando esses debates e discussões para um campo político, visto que o cenário não era favorável para a discussão do tema da prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes, porque falar do tema de prevenção é romper o Tabu de se falar em sexualidade, e que a sociedade não estava pronta, não está, por isso a palavra Enfrentamento faz cada vez mais sentido!

A seguir continuaremos a discutir as Atas de 2019 e como foram os anos de pandemia para o Enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, e o que mudou no cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes na visão dos atores da ponta, que trabalham diretamente com crianças e adolescentes, e com a demanda de violação de Direitos de Crianças e Adolescentes.

2.3.1 O enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes em tempos de pandemia na Capela do Socorro, no antes, durante e depois.

Nesta seção iremos apresentar as últimas ações da Rede de Enfrentamento antes da Pandemia por COVID-19, e o retorno das atividades após as flexibilizações das medidas sanitárias da OMS. Para a discussão do pós pandemia utilizaremos as Atas de 2022, 2023 e 2024, e a análise das entrevistas realizadas com 2 atores do Sistema de Garantia de Direito e que tem aproximação com as discussões da rede de Enfrentamento, que tiveram participação nas reuniões, ou a participação em debates em algum momento da sua história e/ou existência, e principalmente, saber como a Rede fez o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia, e depois das flexibilizações das medidas de contenção ao vírus do COVID-19.

As primeiras reuniões da Rede de Enfrentamento aconteceram com a direção do CEDECA Interlagos de 2009 a 2010, e após os Seminários do PAIR com a eleição dos Delegados responsáveis pela construção do Plano Operativo Local – POL, o Everton Borges passa a liderar essa discussão da Rede e a moderação, mobilização, articulação e a organização das reuniões, Atas, e-mail e redes sociais.

Nos anos de 2013 e 2014 a Rede faz o monitoramento dos eixos do POL, e a partir dos desafios do eixo de Protagonismo Infantojuvenil, de envolver os adolescentes no debate, mas antes seria necessário focar na formação de

educadores, que o Projeto Nós em Rede começa a ser escrito com a participação da Rede e submetido ao FUMCAD, aprovado em 2014.

Aprovação do Projeto Nós em Rede - O Projeto Nós em Rede, foi elaborado em consonância com o POL Capela do Socorro, voltando-se principalmente e às intervenções que envolvem o protagonismo infanto-juvenil quanto ao tema, com objetivo de “Prevenir a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, primando a integração entre os serviços da rede de atendimento o protagonismo infanto-juvenil e a Garantia do direito da criança e do adolescente ao Desenvolvimento Saudável da Sexualidade”, inscrito no último Edital do FUMCAD, o Projeto foi aprovado com adequações. Tramitando normalmente neste processo, prevê-se sua implantação ainda no 1º trimestre de 2015 (Rede de Enfrentamento, setembro de 2014).

Até abril de 2016 o Everton Borges Delegado do PAIR fez a moderação da Rede de Enfrentamento, estando a frente das discussões, articulação e mobilização, quando tem a troca da moderação da Rede, passando a Responsabilidade de estar à frente das discussões da Rede de Enfrentamento a pesquisadora que vos escreve.

Apesar da aprovação do Projeto Nós em Rede pelo FUMCAD em 2016, a execução do Projeto Nós em Rede só acontece entre os anos de 2018 e 2019, o que foi para a Rede de Enfrentamento um marco para efetivar as ações do Eixo de Protagonismo Infanto Juvenil do POL, que dava para a Rede de Enfrentamento a perspectiva de que com a formação de um Comitê de adolescentes, as reuniões contariam com essa participação efetiva e protagonista.

O Projeto teve como objetivo prevenir a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, primando a integração dos serviços da rede de atendimento na Garantia do direito ao Desenvolvimento Saudável da Sexualidade da criança e do adolescente na região da Capela do Socorro e Parelheiros em duas Etapas de Intervenção:

- 1ª ETAPA, Reflexão e Contextualização: Implantação de 5 Pontos de Intervenções; Aldeias Infantis, CJ Rosa Mística
- CCA Reconciliação, CCA Vivenda da Criança Parelheiros, CAPS IJ Parelheiros
Ações: Capacitação Teórica e Prática de educadores (ou facilitadores) responsáveis por grupos de adolescentes e jovens, para instrumentalizá-los; Capacitação Teórica e Prática dos adolescentes
- 2ª ETAPA, Disseminação do tema na comunidade: Mostras e apresentações Culturais pelo Direito ao Desenvolvimento Saudável da Sexualidade de Crianças e Adolescentes; Multiplicação de Oficinas de Sexualidade; Formação

de uma Comissão de Adolescentes; Caminhada do 18 de maio; Conferência do Plano Operativo Local

O Projeto teve um ano para ser executado, visto que o cronograma de execução do projeto tinha a sua projeção para início em janeiro e precisou de ajustes. Os horários estipulados para oficinas e capacitações precisaram de muitas readequações, pois o cenário das Organizações mudou, após 4 anos, o cenário das organizações já era outro. Os ajustes foram submetidos ao FUMCAD, todos os pontos foram considerados por eles e as mudanças incorporadas ao novo cenário da Rede de Enfrentamento.

Assim que, o início do mês de agosto de 2018 foi momento de revisitar e revisar o projeto, e apropriar-se do cronograma de ações, e as mudanças foram como se segue:

- ✓ Participação de educadores nas capacitações teóricas no período noturno e aos sábados, **alterados** para estar incluída na carga horária de trabalho dos participantes, não gerando banco de horas ou horas extras.
- ✓ Oficinas culturais e multiplicação das oficinas na comunidade nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. A segunda quinzena de dezembro e primeiros meses do Ano são meses de recesso, de fechamento de prestação de contas, de captação e matrícula de crianças e adolescentes, Planejamento dos serviços, ou seja, impossibilitando a participação desses trabalhadores ou dos adolescentes.
- ✓ Caminhada do 18 de maio em dezembro. Apontada para, não contemplava esse evento de mobilização nacional.
- ✓ Conferência do POL em setembro e mostra cultural em junho. Só fazia sentido a conferência no final do Projeto, e a Mostra acontecer depois das oficinas culturais, quando teria os Produtos das formações e oficinas.

Dessa forma, o Evento de Integração e apresentação do Projeto aconteceu no dia 24 de agosto de 2018, estiveram presentes representantes do CRAS, DRE e SUVIS, foi momento de apresentar o Projeto Nos em Rede, fortalecermos a parceria para efetivação de cada ação do projeto, uma vez que o projeto era parte de uma

Política Local, associada ao Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual na Cidade de São Paulo.

Em relação à capacitação teórica dos educadores, a princípio no Projeto Nós em Rede foram pensadas para acontecer em períodos noturnos e aos sábados, todavia, foi apontado pelos gerentes e técnicos dos serviços, que isso demandaria banco de horas, já que a execução do Projeto prevê que os educadores dos serviços (Ponto de Intervenção), se comprometam com todo o processo, fase 1 e 2, para depois fazer a multiplicação no seu território onde estavam inseridos.

Os meses de julho e agosto de 2018 foram meses de contratação da equipe e Identificação dos 5 pontos de intervenção que iriam receber as oficinas teórica e prática sobre o tema da sexualidade. O Projeto contou com uma coordenadora de Projetos, uma Educadora 4icineiros de oficinas culturais e umaicineira em sexualidade. As oficinas de “Sexualidade Aflorada” do projeto Nós em Rede foram criadas em 2015 por Elânia Francisca⁵⁶ mestre no tema de sexualidade, discute o tema com adolescentes de forma a potencializar esse período da vida, como fase de reflexão e ação de autocuidado e reconhecimento dos recursos de proteção à sexualidade. O quadro 5 irá apresentar os temas das oficinas elaboradas especialmente para o projeto “Nós em Rede” em setembro de 2018.

Quadro 5 - Oficinas Projeto Nós em Rede

OFICINAS DE SEXUALIDADE AFLORADA – NÓS EM REDE		
Mês	Bloco Temático	Temas por encontro
Setembro	Sexualidades e Direitos Humanos	1. O que é sexualidade? 2. Direitos sexuais e reprodutivos. 3. Sexo Biológico – Anatomia e fisiologia 4. Sexo biológico – Puberdade
Outubro	Diversidades sexuais	1. Identidades de gênero 2. Papéis de gênero 3. Orientações afetivo-sexuais 4. Planejamento familiar

⁵⁶ Elânia Lima é psicóloga, especialista em Gênero e Sexualidade e mestra em Educação Sexual. Tem experiência em atendimento clínico e atividades formativas e reflexivas em Educação Sexual com adolescentes de regiões periféricas da cidade de São Paulo.

Novembro	Violências Sexuais e resistência popular	1. Revisitando os direitos sexuais e reprodutivos 2. Violências sexuais contra crianças e adolescentes – O que são? 3. Mecanismos de denuncia às violências sexuais. 4. Mobilizações populares de enfrentamento às violências sexuais.
-----------------	--	---

Fonte: Acervo Pessoal da Pesquisadora

Sendo assim, a ação dos educadores capacitados não estava desassociada dos seus locais de trabalho. Nessa mudança para contemplar as metas do Projeto nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro surgiu o I Simpósio, que aconteceu no final do mês de novembro de 2018, e no mês de janeiro aconteceu o curso de verão, aberto para qualquer ator da Rede mediante inscrição previa.

Dessa forma, na reunião de abril foi realizado o monitoramento do POL, onde verificou se que, no eixo protagonismo a ação de formar uma comissão de jovens foi a única ação não efetivada nesse eixo. O que passou a ser um dos encaminhamentos, e uma pré-conferência saiu agendada, com a participação da PLAN International, com expertise em advocacy e formação de pares, e liderou a ação. O evento da Pré-conferência foi uma Capacitação de jovens de 12 a 16 anos, de CCA, CJ, Caps IJ, com perfil e/ou atuação protagonista. “Cada serviço poderá indicar até 3 adolescentes totalizando 60 adolescentes” (Rede de Enfrentamento, abril de 2019).

O evento da Pré-conferência aconteceu no Dia 23 de maio de 2019, das 9h às 16h nas Aldeias Infantis, com alimentação financiada com os recursos do Projeto Nós em Rede. Os adolescentes que passaram por essa formação mediarão os grupos subdivido pelos 5 eixos do POL na I conferência do Plano Operativo Local da Capela do Socorro e Parelheiros. Outra coisa importante a destacar é que no dia da I Conferência do POL, junho de 2019, foram escolhidos os representantes da Comissão de adolescentes para representar os adolescentes nas reuniões da rede de enfrentamento.

As ações do Projeto foram definidas em reuniões, conforme consta nos registros de Ata do mês de março, ficou definida a data do dia 27 de abril a Mostra Cultura dos produtos das oficinas culturais do Projeto Nós em Rede. A ação do 18 de maio no território de Capela e Parelheiros foi uma caminhada, já definida na descrição

do Projeto Nós em Rede. Cada serviço articulou a caminhada no seu território. Nas Aldeias Infantis a caminhada foi do serviço até o terminal Grajaú. Durante a caminhada houve a entrega de 3000 Gérberas (flor símbolo da campanha Faça Bonito) confeccionadas pelos adolescentes. “O CAPS IJ Parelheiros fez uma caminhada no entorno do serviço, e colagem de lambe nos muros da organização” (Rede de Enfrentamento, 9 de maio de 2019). O evento municipal do 18 de maio de 2019 foi uma formação para orientadores socioeducativos e educadores na Galeria Olido, das 8h30 às 13h, tivemos adolescentes do Projeto protagonizando oficinas de sexualidade.

A Ata do mês de junho de 2019 trouxe apenas informações da Conferência que aconteceu no mesmo mês. Segundo o Relatório disponibilizado para toda a Rede de Enfrentamento, mais de 700 serviços no e-mail, no dia 21 de outubro de 2019, contextualizaram a história do Projeto Nós em rede, que finalizou com a I Conferência do POL.

A Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes completou 10 anos de sua existência na Capela do Socorro e em Parelheiros, e para celebrar, conseguiu efetivar as ações do Plano Operativo Local através do Projeto Nós em Rede financiado pelo FUMCAD, Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente. O Plano escrito a muitas mãos, veio a público em um Seminário no dia 19 de abril de 2013, onde apresentou as estratégias de ações locais para enfrentar a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Em 2014 o Plano Operativo Local – (POL) foi transformado em Projeto e exposto à licitação do FUMCAD, sendo financiado por um ano, de junho de 2018, até junho de 2019 (Rede de Enfrentamento, 21 de outubro de 2019).

O público-alvo da I Conferência foram os profissionais da Rede do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, Educadores, Estudantes, Assistentes Sociais e Psicólogos, Crianças e Adolescentes. Os Facilitadores dos grupos dos 5 eixos foram os próprios adolescentes. Os profissionais dos serviços acompanharam e deram suporte para o Protagonismo Juvenil. Estiveram presentes 130 adolescentes e 21 adultos de 8 serviços/organizações.

Saíram muitas propostas para o ano de 2020 da I Conferência do POL, com a perspectiva de participação protagonista dos adolescentes que formaram o Comitê de adolescentes eleitos na I Conferência do POL. A seguir uma imagem do dia do evento da I Conferência do Plano Operativo Local.

Imagem 7 - I Conferência do POL – Projeto Nós em Rede, financiamento FUMCAD



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, maio de 2019

Resultados do Projeto Nós em Rede 100% Meta cumprida

- ✓ Mais de 3500 participantes em ações e eventos de mobilização, confecção de 3000 gérberas entregue durante a caminhada do 18 de maio de 2019 na Capela do Socorro e em Parelheiros
- ✓ 100% Formação de Educadores
- ✓ 11 Encontros com 15 educadores
- ✓ 4 Encontro com as Famílias
- ✓ 12 Oficinas com 15 adolescentes
- ✓ 15 Eventos
- ✓ Mais de 90% de Adolescentes participantes do Projeto Nos em Rede Votando em Propostas do POL
- ✓ 130 adolescentes participaram da Conferência do POL Propondo ações em Cada Eixo

A previsão para os próximos anos era a multiplicação das oficinas do Projeto pelos adolescentes e educadores que participaram das formações, todavia, houve uma pandemia no meio do caminho. Iniciamos o ano de 2020 com a pandemia por COVID-19, que culminou com o fechamento dos serviços por contenção das medidas

sanitárias A pandemia foi classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no mês de março de 2020, após 3 meses do primeiro caso na cidade de Wuhan na China⁵⁷.

Assim, nos anos de 2020 e 2021 a rede de Enfrentamento não realizou nenhuma reunião, inclusive a CMESCA também não realizou reuniões durante esse período. Segundo o Site da Prefeitura de São Paulo, em fevereiro de 2021 as escolas da prefeitura voltaram a funcionar de forma facultativa, após a pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Educação sobre a intenção de retorno às atividades realizada com as famílias de forma on-line, 66,74% das famílias votaram no retorno presencial das atividades, e 33,23% responderam que preferiam o ensino remoto.

No retorno às atividades da Rede, no Pós pandemia em 2022, a primeira reunião aconteceu de forma remota com 4 participantes de 3 serviços/organizações, todas do gênero feminino. Só foram encontradas 3 Atas em 2022. Nessa reunião foi deliberada a proposta para as Atividades do 18 de maio, a serem realizadas em cima dos encaminhamentos que saíram da 1ª Conferência do Plano Operativo Local – POL, realizado no CEU Parelheiros em junho de 2019. Ficou definido que os resultados dessas demandas seriam apresentados no dia 4 de junho de 2022, na Audiência Pública que o Fórum do Direito da Criança e do Adolescente do Grajaú II realizou, que aconteceu com a participação do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Crianças Adolescentes e Famílias com ênfase no Sistema de Garantia de Direito da PUC São Paulo, esse foi um marco importante para o território do Grajaú.

Em agosto de 2022, o registro em Ata traz o levantamento dos problemas e desafios para a reorganização das reuniões da Rede de Enfrentamento, e movimentações das redes sociais, já que com o retorno das Reuniões, a participação era muito baixa, apenas 3 pessoas participaram dessa reunião. Um fato importante apontado na reunião, foi “Identificação nos serviços de aumento de comportamento adultizados e sexualizados de crianças com faixa-etária de 6 a 9 anos” (Ata, agosto de 2022). Possivelmente, pelo acesso precoce a conteúdos digitais pornográficos inapropriados para a idade, essa demanda foi trazida para discussão em 22 de setembro, no II Simpósio de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Sexual

⁵⁷ Pandemia de covid-19. Disponível em >: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm> Acesso >em 22 de junho de 2025.

Contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros, com a participação de mais de 100 pessoas, atores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Este evento aconteceu no CEU Vila Rubi, e marcou o retorno das atividades presenciais da Rede após 2 anos e sete meses.

A reunião de outubro de 2022 aconteceu de forma presencial, todavia a Ata não foi encontrada, possivelmente não houve registro em ata dessa reunião. Em 2023, aparecem 2 atas, todavia segundo o registro dessa ata de maio de 2023, dá a entender que houve outras reuniões de organização dos eventos do 18 de maio, pois ela traz a avaliação “Pauta: Avaliação 18 de Maio e Organização do III Simpósio da Rede”. Nessa reunião percebe-se o aumento de participantes, 7 pessoas de 7 organizações ou serviços, 4 delas de serviços da Assistência Social, CCAs.

Na reunião de julho de 2023, foram apontados os pontos positivos e negativos dos eventos, e entre os pontos negativos “[...] todos concordam que o transporte é um impedimento para a efetiva participação das crianças e adolescentes, as crianças do CCA Sta Doroteia não conseguiram participar pela falta de transporte. (Rede de enfrentamento, julho de 2023). Ficou definido nessa reunião as pautas da próxima reunião e os Encaminhamentos:

Próxima reunião será presencial, no dia 10 de agosto às 14:00, a confirmar com o CCA Santa Doroteia. Fazer Reunião extraordinária de avaliação com participantes dos eventos do dia 24 de maio. Buscar Local disponível para o Simpósio, e estabelecer data para o evento. (Ata, julho de 2023).

A ata seguinte foi da reunião ocorrida em dezembro de 2023 e traz a Pauta de Avaliação do III Simpósio Intersetorial e Políticas Públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, com o tema: “A Exposição Hipersexualizada de Crianças e Adolescentes e os Desafios dos Espaços de Convivência no Pós Pandemia”, que ocorreu no dia 23 de novembro de 2023 no CEU Navegantes. Para a avaliação do III Simpósio, estiveram presentes 5 pessoas, de 4 de CCAs, de organizações diferentes. Como ponto positivo do evento foi destacado o aumento da participação de crianças, tanto na plateia quanto nas apresentações culturais, além da participação de adolescentes na mesa.

Os temas de apresentação no Simpósio foram considerados pertinentes com relatos de quem trabalha na base. Para 2024, os participantes entraram no consenso que os temas deveriam contemplar às demandas do trabalho, e que os eventos precisariam ser divulgados com antecedência, e deveria ser delegadas e distribuídas

as funções aos atores participantes na Rede de Enfrentamento e Movimentar as redes sociais, e as responsáveis seriam Daniela com apoio da Mayumi no Instagram, e Karina no Facebook.

Já em 2024, foram encontradas 4 atas referentes ao 2º semestre de 2024. As discussões do segundo semestre são relativas ao retorno das discussões do eixo do POL para atualização. Dessa forma, as Atas de junho e julho trouxeram a Pauta da atualização do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência sexual contra Criança e adolescente que aconteceu em 2023. Tanto em junho quanto em julho, 7 pessoas estiveram presentes na reunião. Em junho foi apresentada a edição revisada do Plano Municipal de 2023, e em julho foram apresentados os eixos do Plano, subentendendo, que as pessoas que participam da Reunião entraram depois de 2019. Uma das demandas levantadas na Reunião foi a questão de saúde mental dos trabalhadores, que pouco é discutida, e que precisa ser levantado como Pauta de discussões.

[...] os presentes pontuaram situações que estão ocorrendo nos serviços de assistência social, como o adoecimento de trabalhadores e como algumas leis trabalhistas não contemplam os direitos necessários para se ofertar um serviço de qualidade (Ata, junho de 2024).

Outro apontamento da Reunião de junho, que vale a pena destacar, é sobre as diversas formas de violências que entre as crianças e adolescentes, a maioria Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, CCAs, que vem crescendo com o avanço das tecnologias. Sobre isso, o questionamento levantado pelos trabalhadores é “como os profissionais se qualificam para tratar dos temas atuais, pois cada geração tem sua diferença no modo de educar?” (Rede de enfrentamento, junho de 2024).

Diante das indagações foi sugerido realizar formações para trabalhadores da ponta, educadores, orientadores e técnicos, pois a rotatividade dos trabalhadores é constante, diante disso a Rede de Enfrentamento precisa retomar a formação de educadores. Também foi cogitado solicitar o apoio da SMADS para o incentivo de participação dos Serviços da Capela do Socorro e Parelheiros nos encontros da Rede de enfrentamento da Capela do Socorro e Parelheiros e no Fórum de Assistência Social (FAZ) Regional da Capela do Socorro e Parelheiros.

A outra pauta importante levantada na Reunião de julho de 2024 foi o que foi chamado de “desarticulação pós pandemia” e a falta de verba para a retomada das formações, Seminários e as oficinas com crianças, adolescentes e jovens. O que ficou definido de ser incluído no calendário de 2025, com o Seminário para o 18 de maio de

2025. Segundo os participantes, considerando as demandas trazidas pelos serviços participantes da Rede de enfrentamento, sobre formação para profissionais da ponta houve o consenso sobre o tema ser discutido no IV Simpósio a acontecer em setembro de 2024. Ficou definido nessa reunião que o tema do IV Simpósio seria “Práticas de prevenção à violência sexual nos espaços de convivência de criança e adolescente”. Com a sugestão de participação protagonista de adolescente para compor a mesa no Evento.

As próximas Atas são de outubro e novembro de 2024, bem mais extensa, com a participação de 11 pessoas, e as pautas foram: Avaliação do IV Simpósio de políticas públicas intersetoriais: Práticas de prevenção à violência sexual nos espaços de convivência de crianças e adolescentes que aconteceu no dia 19 de setembro de 2024, no CEU Navegantes, e a Articulação e planejamento sobre as próximas ações da Rede de Enfrentamento. Dos pontos levantados como positivo, foram destacados:

- Linguagem acessível: A linguagem dos palestrantes de forma simples e menos formal, levando em consideração a participação de crianças e adolescentes;
- Transmissão ao vivo: A transmissão online foi considerada um dos aspectos positivos do evento, pois possibilitou a participação de quem não pode estar presente pessoalmente.
- Lista de presença por Qrcode: foi considerada um dos aspectos positivos do evento;
- Entrega de certificados da Rede de Enfrentamento: foi considerada um dos aspectos positivos do evento, os certificados foram entregues em homenagem para pessoas que já fizeram ou que ainda compõem a Rede fortalecendo a luta. (Ata, outubro de 2024).

E como ponto negativo, o “Tempo de apresentação dos palestrantes convidados: O tempo dado às palestrantes não foi suficiente para explicar suas apresentações e ter troca com o público”. (Ata, outubro de 2024).

O último registro encontrado em Ata em 2024 foi do mês de novembro, onde a Rede organizou a agenda para o ano de 2025 com ações e eventos da Rede de Enfrentamento, e as deliberações ficaram dessa forma:

Agenda da Rede em 2025.

- Primeira Reunião do Ano da Rede de Enfrentamento: Dia 13/02/2025 (quinta-feira) às 9h00 no Espaço Ateliê da Margem – Rua 9 de Setembro, 88 Jardim Gaivotas.
- Bloquinho da Rede de Enfrentamento: Na semana do carnaval que será de 1 a 5 de março às organizações que fazem parte da Rede de Enfrentamento podem fazer, conforme possibilidade e disponibilidade deverão trabalhar com os usuários dos serviços a respeito da temática fazendo

ações, caminhadas, lambe etc. no seu próprio território de atuação. Importante destacar: No período de grandes eventos e festas, infelizmente, são comuns as situações de violações de direitos de crianças e adolescentes, em decorrência da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado.

- Materiais de apoio disponíveis em: <https://www.facabonito.org/carnaval>

- Atualização e seminário do Plano Operativo Local (POL): O Plano Local tem como objetivo a Implementação das Estratégias do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR, em consonância com o Plano Operativo Local da Cidade de São Paulo, que permita o enfrentamento a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes das regiões da Capela do Socorro e Parelheiros.

Oficinas de preparação para o seminário do Plano Operativo Local (POL):

- Maio/2025: (dia e horário a definir), oficina com Elania Francisca e Ilma Pereira no Espaço Puberê e ações nos territórios (a combinar) sobre o 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes, instituído pela lei 9.970/2000.
- Junho/2025: (dia e horário a definir), oficina com Elania Francisca e Ilma Pereira no Espaço Puberê.
- Julho/2025: Seminário para atualização do POL das 8h30 às 12h00 Verificar a disponibilidade do Centro Cultural do Grajaú.
- Novembro/2025: V Simpósio de políticas públicas intersetoriais da Rede de Enfrentamento (dia e local a definir) (Ata, novembro de 2024).

A agenda definida pela Rede de Enfrentamento previamente aconteceu conforme programado nos territórios. Em março, o Grito de Carnaval “Não a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes” aconteceu com caminhadas e Bloquinhos de carnaval organizados com a participação das crianças e adolescentes dos serviços.

Nos meses de abril e maio de 2025 aconteceram as formações previstas. A formação faz parte de um calendário de preparação para o II Seminário Do Plano Operativo Local (POL) Capela do Socorro e Parelheiros, as Oficinas de Sexualidade aconteceram nos dias 07/04, 14/04, 23/04, 28/04 de 2025 no Espaço Puberê. participaram os trabalhadores da Rede Socioassistencial da Capela do Socorro e Parelheiros, sendo os serviços: CCINTER de Parelheiros, CAPS IJ Parelheiros e os CCAs Conosco Jd. Gaivotas e São Bernardo, CCA Crescer, CCA Santa Dorotéia e CCA Vocação, Associação Imagem e o SPVV Grajaú.

No Primeiro momento, a atividade contou com a participação de profissionais dos serviços, e a mediadora da oficina foi Elania Francisca, especialista em sexualidade, ela conduziu a Roda de conversa sobre sexualidades, a demonstrar o Tabu que o tema carrega, e a importância em desvelar esse tema, para garantir os

Direitos Sexuais e Reprodutivos de cada indivíduo sejam preservados, bem como reconhecer o Direito ao desenvolvimento saudável da sexualidade de crianças e adolescentes, e qualquer intervenção de um adulto nesse desenvolvimento, como forma de abuso e exploração sexual, é uma violação dos Direitos Humanos. No segundo momento, Ilma Pereira fez a contextualização da Rede de Enfrentamento na Capela do Socorro e Parelheiros, e apresentou a Política de Prevenção construída em 2013, e a necessidade de atualização do Plano Operativo Local, no II Seminário do POL, que aconteceu no dia 21 de agosto de 2025, no Centro Cultural do Grajaú.

No mês de maio, mais especificamente nos dias 12/05, 19/05, 26/05 de 2025 foi a vez de fazer a Formação com os adolescentes para a preparação de seminário de atualização do Plano Operativo Local (POL). A metodologia adotada foi a Oficina Árvore do Problema multiplicada nos Serviços: CCA CRE-SER I; CCA CRESCER II; CCINTER Parelheiros; CAPS Infante-Juvenil Parelheiros. A participação protagonista dos adolescentes é muito importante. Assim, a árvore do Problema “Violência sexual contra crianças e adolescentes” consistiu em dividir os participantes em 4 Grupos: Raíz/Qual a causa da violência; Tronco/ Quais os tipos de violência; Folhas/Qual a consequência da violência; Frutos/O que podemos fazer para prevenir a violência. A dinâmica foi bem aceita pelos adolescentes, e os resultados surpreendentes, no final da atividade foi apresentada uma avaliação interativa, onde os adolescentes puderam destacar: Que bom! - O que foi bom na atividade. Que pena! - O que não foi tão bom na atividade. Que tal? - O que podemos fazer para melhorar?

Foi discutido com os adolescentes sobre a importância da participação deles na revisão e atualização do Novo Plano Operativo Local, pois a Capela do Socorro e Parelheiros foi a única Região da cidade de São Paulo a construir e executar o Plano Operacional Local (POL). No Seminário Faço Bonito da Rede Peteca de 2022, as ações do Projeto Nós em Rede foram apresentadas para mais de 10.000 pessoas no YouTube da Rede Peteca. As Ações do Nós em Rede foram consideradas pelo Dr. Antônio de Oliveira Lima, Procurador do Ministério Público do Trabalho, idealizador e Coordenador da Rede Peteca, como boas práticas a serem disseminadas para outras Regiões do País⁵⁸, esse reconhecimento nos dá mais motivação para continuar.

⁵⁸ Início da Apresentação em 1h:36 min. do vídeo. Disponível em > <https://www.youtube.com/live/lqx6N8r2RFs?si=8Nm2KXzvK9ZXB-SB> Acesso em 22 de junho de 2025.

É importante registrar que o Projeto Nós em Rede não se iniciou e nem terminou com o Financiamento do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente -FUMCAD. O Projeto Nós em Rede materializou ações do POL, assim que os meios de aferição da execução do Projeto, conseqüentemente estão relacionadas às Ações do Plano Local, os eventos que foram sendo construídos durante a execução do Projeto, pensado para cumprir as metas, conforme os documentos, Diários de Bordo, Relatórios, Lista de Presença. O financiamento do FUMCAD, potencializou e ampliou as ações da Rede de Enfrentamento da Capela do Socorro e Parelheiros, que antes só puderam acontecer de forma focalizada, com marcadores em Dias e Datas do calendário de Mobilização Municipal como o Grito de carnaval, e Nacional, e o 18 de maio.

Importante destacar também a realização do I Simpósio da Rede, que aconteceu por ocasião do Projeto Nós em Rede, e nesse ano de 2025 está caminhando para a sua V Edição, e tem como ponto forte a formação, mobilização, articulação e o Protagonismo Infantojuvenil. Durante os anos de Pandemia, 2020 e 2021, as Reuniões da Rede aconteceram de forma remota, diminuiu muito a participação das pessoas, e em 2022 aconteceu gradualmente o retorno das atividades presenciais da Rede de Enfrentamento. Nos surpreendemos com o número de participantes no II Simpósio Intersetorial de Políticas Públicas de Enfrentamento à violência sexual infantojuvenil, realizado em outubro de 2022. O II Simpósio foi organizado com a participação de técnicas Assistente Social do Serviço de Fortalecimento de Vínculos da Capela do Socorro, com a participação de educadores e educadoras na Organização do Simpósio.

Após a minha entrada no mestrado em julho de 2023, a moderação da Rede de Enfrentamento é passada para a assistente social Kelly Paloma do Nascimento, trabalhadora técnica do CCA Crê-Ser, ela permaneceu a frente da moderação da Rede até o final de 2024, quando muda de território de trabalho, que dificulta a sua participação, tendo assim uma nova eleição, e no início de 2025 Daniela Barbosa, assistente social, participante ativa na Rede de Enfrentamento desde 2017, representante do CCA Santa Dorotéia, assume como nova moderadora da Rede, estabelecendo nesse dia pela primeira vez uma suplente, a assistente social Karina Silva do CCA Vocação, um serviço não conveniado.

As pessoas eleitas para a moderação da Rede, foram pessoas que já tinham um histórico de participação e de conhecimento da trajetória e discussões que a Rede faz, dando assim continuidade aos processos iniciados em outras gestões. Essas novas lideranças na moderação da Rede mais uma vez evidenciam o que os números mostraram em relação a representação por gênero e serviço, sendo a maioria dos serviços de CCAs e pessoas do gênero feminino no Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Assim que foi possível observar no levantamento das Atas, que a Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros é pioneira, discute uma política local desde de 2009, no ano de 2011 participou dos seminários de implementação do PAIR São Paulo, dos 16 delegados selecionados para discutir o POL no seus territórios, só a Capela do Socorro e Parelheiros conseguiu construir o Plano Local e efetivar suas ações através do Projeto Nós em Rede construído em 2014 e executado entre 2018 e 2019.

“Assim que Nós” continuamos em rede, enfrentando a violência sexual contra Crianças e Adolescentes na Região da Capela do Socorro e Parelheiros, e a questão da falta de orçamento público para essa política ainda é um grande gargalo. De junho de 2024 a maio de 2025 a cidade de São Paulo ficou sem Reunião da CMESCA, grande descaso do poder público em enfrentar o grave problema da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A seguir apresentaremos a discussão e análise das entrevistas com os dois atores do SGD da Capela do Socorro zona sul da cidade de São Paulo.

2.3.2 Na cena! os atores da Rede de Enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós pandemia

A Rede de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros, discute, planeja e executa há mais de 15 anos uma Política Local de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesta seção iremos apresentar o resultado das entrevistas realizadas com os atores da do Sistema de Garantia de Direito que atuam na região da Capela do Socorro, para saber como essa Rede fez o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes antes, durante e pós pandemia de COVID-19. A subprefeitura de

Parelheiros não entrará nesta discussão, pois no retorno das reuniões da Rede no dia 28 de abril de 2022, não houve representação de Parelheiros nas reuniões da Rede de Enfrentamento a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros até novembro de 2024. Assim que as entrevistas focaram apenas nos atores da Capela do Socorro.

É importante destacar que as restrições de isolamento social como medidas de contenção de propagação do vírus SARS-CoV-2, iniciaram no dia 20 de março de 2020, e a flexibilização das medidas de contenção aconteceram em 15 de novembro de 2021. O final da pandemia⁵⁹ foi decretado no Brasil pela Portaria nº 913, de 22 de abril de 2022, “Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus” (Brasil, 2022) e no âmbito internacional a OMS decretou o fim da pandemia no dia 5 de maio de 2023, a partir da queda do número de mortes pela COVID-19.

As entrevistas aconteceram com 2 atores do Sistema de Garantia de Direito, dos Eixos de Promoção, Defesa e Controle, que já participam ou acompanharam as discussões da Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro antes, durante e pós pandemia. Assim, apresentaremos o resultado das duas entrevistas realizadas com uma assistente social e um conselheiro tutelar, ambos moradores e trabalhadores da Capela do Socorro. Para não expor os participantes e preservar suas identidades foram escolhidos pseudônimos para eles com nomes de plantas e flores, não foi levado em conta na escolha dos nomes a questão de gênero, mas o significado delas.

Assim, a primeira entrevistada terá o seu nome mudado para Cacto, porque ela tem suas raízes no Nordeste e é um símbolo da resistência a terras secas e áridas, e mesmo em solos difíceis eles florescem. Os Cactos fazem parte do conjunto das suculentas, plantas que tem a capacidade de armazenar água superior ao que pode conter outras espécies. Isto permite que os cactos sobrevivam em regiões desérticas de clima bastante seco. Esse nome faz todo sentido para esta nossa

⁵⁹ Portaria nº 913, de 22 de abril de 2022, declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria-913-22-MS.htm Acesso em: 22 de setembro de 2022.

entrevistada, pois representa a sobrevivência e resistência de uma mulher autodeclarada negra, de 32 anos, moradora da Capela do Socorro e trabalhadora do mesmo território onde mora. Mãe de um adolescente de 12 anos, assistente social de formação e atuação, trabalha há 4 anos em um centro de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, um CCA - Centro para Criança e Adolescente de 6 anos, até 14 anos e 11 meses. Nossa entrevistada é uma ativista e militante da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual da Capela do Socorro e Parelheiros, participa das discussões da Rede de Enfrentamento há 9 anos, desde 2016.

Nosso segundo entrevistado terá o seu nome mudado para Vitória-Régia, pois ele faz muita relação às águas nas suas falas, e a Vitória-Régia é uma das maiores plantas aquáticas do mundo, além da beleza dessa planta ela também é usada como alimento. Nativa da região amazônica, a Vitória-Régia possui folhas redondas que chegam a medir até 2,5 metros de diâmetro, suas folhas verdes são ricas em amido e em sais minerais, sua flor é comestível e sua semente vira pipoca quando estourada, os talos das folhas são utilizados como aspargo, a população indígena utiliza essa planta como alimento. Mil e uma utilidades o poder dessa planta. Assim como essa Vitória Régia é o nosso entrevistado, ele participa de várias frentes de lutas por direito de crianças e adolescentes na Capela do Socorro e é conectado com várias lideranças comunitária.

Ele é um homem de 58 anos, nascido no Paraná, veio para São Paulo aos 2 anos de idades junto com o pai e a mãe “meus pais vieram, né? Lá do norte do Paraná, com a mão na frente, outra atrás que nem diz o povo” (Vitória-Régia, 2025). Ele é filho mais velho entre 10 irmãos, 2 nasceram no Paraná e 8 na cidade de São Paulo, casado com uma assistente social e militante da infância e juventude, ele é conselheiro tutelar no seu segundo mandato, tem 4 filhos e 6 netos todos do sexo masculino. Iniciou sua luta nos movimentos sociais por moradia na década de 1980.

[...] a gente pagou durante muitos anos o aluguel até que eles conseguissem, né? A casa é, eu iniciei minha militância também no movimento de moradia também por uma questão de, da casa. Então a questão de pagar aluguel foi tão difícil pra mim na minha infância que quando eu fosse me casar, eu não queria que meus filhos passassem a mesma situação, né? De estar no local e ter que mudar. Apesar que eu mudei poucas vezes, mas as vezes que eu mudei deu um impacto é... negativo. E aí eu entrei no movimento de moradia da chácara do Conde, na época da Luiza Erundina, de lá pra cá eu não parei mais (Vitória-Régia, agosto de 2025).

Participante das Comunidades Eclesiásticas de base, coordenou grupos de jovens, na Ditadura Militar participou das Diretas Já e da redemocratização nos anos de 1980, “Muito novo, mas eu já tava aí com 14, 15, 16 anos, já participando da luta e hoje eu sou o conselheiro tutelar na Vila Natal, também ajudei aí junto com outras pessoas, lideranças, criar o Fórum da criança e adolescente também do Grajaú” (Vitória Régia, agosto de 2025). Hoje além de conselheiro tutelar, ele atua na pastoral do menor da diocese de Santo Amaro, da comissão de justiça e paz, e de uma associação de bairro Jardim Jordanópolis na Capela de Socorro. Conheceu a Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em 2017 em um evento do CEDECA Interlagos, na ocupação do Jd. União, e desde então acompanha o que está sendo discutido “[...] sempre que posso eu tô sempre, sempre fazendo parte, sempre colaborando. Aí, na medida do possível” (Vitória Régia, agosto de 2025).

As entrevistas foram realizadas de forma individual e remota pela plataforma do TEAMS. A pergunta de partida para os dois entrevistados foi: Sobre o enfrentamento a violência sexual na Capela do Socorro, como foi no período da pandemia. Segundo seu conhecimento ou a sua prática, a pandemia trouxe mudança no cenário da violência sexual contra a criança e adolescente?

Vitória-Régia respondeu que sim, infelizmente a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes piorou, por causa da restrição das medidas sanitárias, e a suspensão das atividades escolares e de trabalho, para alguns serviços não considerados essenciais “Como foi muito restrito, né? A questão das crianças e adolescentes estarem em casa, os adultos também estarem. Então se teve um crescimento, né? A gente notou um crescimento grande nesse período” (Vitória Régia, agosto de 2025).

Na percepção de Cacto (2025) concordando com Vitória Régia (2025), houve mudanças negativas no cenário da violência sexual contra a criança e adolescente na Capela do Socorro durante a pandemia, porque aumentou os números de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nesse período. Segundo Cacto (2025), ela entende que as crianças permaneceram sem acesso à escola, sem acesso aos serviços de convivência por causa do isolamento social, e as crianças ficaram em casa junto com seus abusadores, os autores de violência e desprotegidas [...] então

é, houve uma mudança, mas não uma mudança no aspecto positivo e sim negativo, e acho que a partir disso, contando com a questão do isolamento social a criança não tinha com quem contar (Cacto, agosto de 2025).

Na Capela do Socorro, os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes do SINAN/NET (2025), confirmam a fala de Vitória-Régia e Cacto (2025), em comparação ao ano de 2019, nos anos de 2020 e 2021 na pandemia os números de notificação de violência sexual contra crianças e adolescentes aumentaram em as faixas etárias, principalmente na faixa etária de 1 a 3 com 155% de aumento de casos notificados em 2020 e 2021. Na faixa etária de 6 a 10 anos o aumento é ainda maior, comparado a 2019 o aumento é de 164% em 2020 e 2021, e no pós pandemia, aumentou 228,57% em 2022, 357,14% em 2023 e 492,86% no ano de 2024. Segundo Vitória-Régia quanto mais se adentra nas periferias mais casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são observados

A quantidade de casos que a gente pega. Que não baixou, né? A gente ainda sente que tá muito grande ainda essa questão e quanto mais a gente vai, vai é no fundo dos territórios, né, que a gente atende, que a gente atende Ilha do Bororé, chácara Santo Amaro, Varginha [...] quanto mais a gente vai indo pra esses fundos, parece que a situação por lá é mais grave, né? A gente pega casos complexos, então eu sinto que ainda, ou a gente está no patamar igual ou deu uma piorada em relação a questão do abuso, né? Contra as crianças e adolescentes na pandemia e pós pandemia. (Vitória Régia, agosto de 2025).

Já os dados do Brasil os números de boletins de ocorrência em todo o país, durante os anos de pandemia tiveram uma pequena queda em 2020 e 2021, mas no pós pandemia em 2022, 2023 e 2024 o aumento foi gradual, passando de 69.886 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável em 2019 antes da pandemia, para 87.545 de ocorrências em 2024 no pós pandemia (Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2025).

Sobre o atendimento a crianças e adolescentes durante a pandemia, com as crianças e adolescentes fora do espaço público, de como era realizado as atividades, quais as abordagens no período da pandemia? Cacto informa que não havia atendimento para as crianças nem remoto “[...] pelo que eu entendi, não. Como eu já entrei, já estava no processo de voltar gradativamente, o único acompanhamento assim que eu tive certeza de que aconteceu, foi com as famílias” (Cacto, 2025). Segundo Cacto (2025), o atendimento realizado com as famílias eram entrega de cestas básicas conforme a Portaria 013/SMADS/2020, que determinou a suspensão

do atendimento presencial dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCA) conveniados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo, durante a pandemia do COVID-19, os recursos das parcerias para alimentação foram destinados à compra de cestas básicas e itens de higiene (São Paulo, 2020).

[...] a gente tinha um encontro, talvez uma vez ao mês com as famílias que elas iam até o serviço retirar cesta básica, né? Mais atendimento, atendimento mesmo, pensando que é um serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, não aconteceu durante a pandemia (Cacto, 2025).

Já Vitória-Régia é incisivo a dizer que só os serviços emergenciais estavam funcionando, “[...] todo mundo estava em lockdown que fala, né? Todo mundo em casa, e só a emergência da emergência mesmo que não tinha como parar” (Vitória Régia, 2025).

Sobre os tipos de violência sexual mais notificados ao conselho tutelar e quais casos ele mais atendeu durante a pandemia, ele responde que foram diversos casos, “[...] tanto o fato consumado mesmo do estupro de vulnerável, com penetração, quanto o ato libidinoso, né? Que é passar a mão, que é o sexo oral, né? Ou é as tentativas [...] é bem diversificado” (Vitória-Régia, 2025). Segundo Vitória Régia 2025, infelizmente na maioria dos casos o autor da violência são pessoas bem próximas das crianças e do adolescente, pessoas do convívio ou da família, e a violência sexual vem acompanhado de ameaças “Se você contar a sua mãe, ou se você contar pra alguém eu mato, eu mato você, eu mato sua mãe” (Vitória Régia, 2025). Ele destacou ainda que em muitos casos a família é resistente em acreditar na criança ou no adolescente.

Questionado sobre a identificação dos casos e a porta de entrada para atendimento de crianças e adolescentes no conselho tutelar, Vitória-Régia enfatiza que geralmente são encaminhados pelos serviços, principalmente escolas (Vitória-Régia 2015). No levantamento de atendimentos a vítimas de violência no SPVV da Capela do Socorro em novembro de 2024, dos 26 casos atendidos no SPVV 15 foram encaminhadas pelo conselho tutelar, e 11 casos foram encaminhados pela Vara da Infância e juventude.

Já Cacto (2025) afirma que no retorno às atividades presenciais foi identificado m aumento no acesso a pornografia de crianças de 7, 8 anos pelo uso de celular sem supervisão “No momento, eles não sabiam nomear, né, dizer que era uma violência

sexual. Mas, por exemplo, houve casos de Crianças de 7, 8 anos que tiveram muito acesso à pornografia durante a pandemia (Cacto, 2025). Segundo ela, eles começaram a reproduzir entre eles comportamentos sexualizados, tocando nas partes íntimas e querendo beijar os colegas “Várias situações assim que a gente viu que potencializou muito depois da volta, da pandemia e aí tudo isso por conta do acesso ao celular e não tinham a compreensão que eles estavam expostos a uma situação de violência (Cacto, 2025).

Em relação a detecção de novos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes não houve mudança, mas a abordagem com as crianças mudou, elas passaram a trazer muitas demandas, situação de violência doméstica, situação de vulnerabilidade social, várias outras situações “[...] houve uma mudança no sentido de que a gente percebeu que era importante falar, né? tanto com as crianças, tanto com os pais, [...] então quando a gente abriu para essa temática para falar sobre a violência sexual, apareceu uma quantidade de casos assim, uma quantidade significativa” (Cacto, 2025). Foram identificados mais de 10 casos de violência sexual no retorno das atividades presenciais no CCA.

Sobre o fluxo de atendimento durante a pandemia e quais os serviços na Capela do Socorro que fizeram esse atendimento às vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes, como foi o acesso na pandemia? Vitória-Régia responde que a referência para o Conselho Tutelar quando chegam casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é encaminhar para a Supervisão de Assistência Social – SAS Capela do Socorro, que envia para o CREAS e é encaminhado para o SPVV “[...] a gente vê um esforço muito grande dos profissionais, mas é, diante de equipes pequena a demanda é muito grande, infelizmente em todos os setores, a gente tem passado por isso, né? Um sucateamento” (Vitória-Régia, 2025). A demora para atendimento nos SPVV na pandemia chegava a demorar de 1 ano e meio a 2 anos para que uma família fosse atendida. Segundo Vitória-Régia (2025), mesmo com 2 SPVV na Capela do Socorro, um deles aberto no Grajaú em 2023, a lista de espera continua muito grande e o serviço está a ponto de fechar.

O CEDECA Interlagos precisa entregar o serviço SPVV do Grajaú, porque os recursos recebidos pela parceria de convênio não são suficientes para executar o serviço. Infelizmente, isso tem acontecido com outras organizações que executam

serviço da Proteção Especial da Assistência Social na Capela do Socorro, porque o repasse de verba, principalmente de RH não são suficientes. “Eles estão entregando que é uma pena pra gente, porque o CEDECA é uma referência” (Vitória-Régia, 2025).

No CCA as vítimas de violência sexual são encaminhadas para o SPVV, mas a demora no atendimento, faz com que as famílias que podem, acionam a rede privada de serviços para o atendimento psicológico das crianças (Cacto, 2025). Algumas crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, que necessitam de medicamentos fazem acompanhamento com psiquiatra e em pouco tempo mostram resultados.

Sobre a reação dos profissionais frente a situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, Cacto responde que não há preparo dos profissionais, porque pela tipificação dos serviços não há a exigência desse tipo de conhecimento, ou de formação específica “E quando essa demanda chega até eles, eles não conseguem lidar, não sabem o que fazer ficam horrorizados. [...] não saber acolher, e falam direto com assistente social ou com a gerente” (Cacto, 2025). Ela enfatiza ainda que muitas vezes a criança ou adolescente quer contar o que aconteceu, colocar para fora aquela angústia, é com eles que as crianças criam os primeiros vínculos, mas o profissional não consegue identificar a violência que as crianças estão passando. Ela enfatiza que antes da sua chegada no serviço esse tema não era pauta, e quando uma situação de abuso sexual era identificada era tratada de forma isolada e as escondidas

[...] e aí eu posso afirmar isso com toda certeza de que no serviço onde eu estou, a primeira vez que foi falado sobre essa questão de violência, sobre o 18 de maio, foi a partir da minha entrada. Porque antes não era trabalhado essa temática, não era falada essa temática. E aí, quando se tinha essas demandas era uma coisa feita meio que no escondido. Vamos pegar aqui e resolver, tentar encaminhar da melhor forma possível e ninguém ficar sabendo e a gente não trabalha essa temática. Então A presidenta da organização, que é uma organização católica, as irmãs que estão lá também falaram que não eram trabalhado essa temática. Tem uma oficineira lá que tá mais tempo também falou que não sabia dessa temática, né? Então não quer dizer que esses casos não aconteciam, muito pelo contrário, acho que aconteciam e cresciam muito, mas não eram falados, não eram identificados. As crianças não se sentiam seguras para poder falar ou então não entendiam aquele lugar como um lugar de que eu vou falar o que aconteceu comigo e vão acreditar e vão me ouvir, vão me acolher, então acho que é isso (Cacto, 2025).

Esta fala da assistente social é apresentada em diversas literaturas, sobre o tabu de falar sobre sexo, sexualidade, e eles favorecem a violência sexual contra

crianças e adolescentes, Ferrari (2013) aponta que a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes são relações complexas que envolvem sedução, ameaças, proteção da honra do abusador e o silêncio dos membros da família, uma questão que envolve cultura, tabus e preconceito, onde impera o silêncio entre os membros da família. Esse procedimento entre os familiares favorece a repetição dos casos de abuso, os trabalhadores precisam estar atentos e preparados.

A mesma pergunta feita a Vitória-Régia, de como os profissionais reagem frente as demandas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Vitória-Régia (2025) aponta que não é simples fazer o atendimento a esses tipos de casos, precisa ter sensibilidade para não revitimizar e proteger a criança ou o adolescente, o que é contraditório, na atuação do conselho tutelar, porque ao menos tempo que acolhe, precisa se acolher, pois muitas vezes nesse processo ele se sente sozinho, porque muitas vezes as pessoas que estão ao lado não estão na mesma sintonia. Ele entende que por estar na militância a muitos anos, fazer parte da comitiva do Fórum DCA, as pessoas enxergam nele uma referência e um apoio, mas para ele esse reconhecimento tem dois lados. O lado positivo é que o trabalho realizado está sendo reconhecido, mas por outro lado precisa de mais pessoas com o mesmo compromisso “Isso é bom por um lado que mostra o compromisso da gente, mas é ruim por outro, porque eu sou só. E a gente, tá em vários espaços, em várias demandas, então a gente não consegue dar conta (Vitória-Régia, 2025).

Ele aponta também que o atendimento do conselho tutelar por vezes parece frio, porque quando a demanda chega para eles é para se executar alguma medida, e o atendimento precisa ser cauteloso para não se limitar a meros números, porque uma vida está ali, e nem sempre tem a compreensão do que está sendo decidido.

A gente tem que ter essa delicadeza, esse olhar, mas ao mesmo tempo também não absorver tudo pra gente, porque senão a gente não aguenta” [...] é desgastante e em alguns momentos a gente tá com esse pensamento, a gente tem que até apoiar o colega (Vitória-Régia, 2025).

Sobre algum caso que Vitória-Régia atendeu que tenha chamado mais a atenção que ele pudesse compartilhar, sem citar nomes. Ele compartilhou um caso logo no começo do seu primeiro mandato no início da pandemia, de uma adolescente de 12 anos de idade em situação de abuso sexual por parte do padrasto. Mas nesse caso, o que chamou mais a atenção dele foi a postura da mãe, primeiro pelo descrédito com a situação, e depois por ela se ajoelhar aos pés da conselheira tutelar

que estava acompanhando, pedindo para não denunciar. Eles constataram que a menina era usada como moeda de troca, pois o padrasto pagava o aluguel e alimentação

É pesado, mas era isso que a gente via e ela chegou, fazendo todas aquelas situações de que tem que fazer de IML, de hospital e ela chegou a ajoelhar no pé da conselheira, né? No caso, eu só estava acompanhando para que fizesse as medidas de proteção. Hoje eu compreendo que aquele caso não era uma exceção, não são raros os casos não, é comum (Vitória-Régia, 2025).

Diante desta narrativa fica uma pergunta, os baixos números de notificação de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes não seriam porque os atores do sistema de garantia de direitos não sabem a diferença de abuso sexual e exploração sexual nos casos de violência sexual? Questionados sobre isso, Cacto e Vitória-Régia (2025) responderam que não, Vitória-Régia disse que no Conselho Tutelar que ele atua nunca chegou nenhum caso ou denúncia sobre exploração sexual. “A gente deve ter, principalmente aqui com o autódromo de Interlagos, que é um local que tem muito evento, vem muito gringo para cá [...] mas, oficialmente mesmo para gente no conselho nunca chegou nada” (Vitória-Régia, 2025).

Cacto (2025) relata que nunca fez nenhum atendimento a exploração sexual, mas já ouviu sobre uma localidade onde havia exploração sexual de crianças e adolescentes. Um local bem vulnerável, uma ocupação sem saneamento básico, energia elétrica a água utilizada era de poço artesiano. O local era uma antiga Olaria, onde as famílias trabalhavam, e fechou de repente, as famílias sem ter para onde ir ficaram morando no local, em barracos de madeira e lona. Segundo Cacto (2025), os filhos dos donos do terreno quiseram recuperá-lo. A assistência social chega enquanto SASF, mas eram as igrejas que faziam um trabalho mais intenso, com doações de cestas básicas. Supostamente nessa localidade existia o foco “[...] muito grande pelo que falavam, de exploração sexual, de gravidez na adolescência. Eram muitas adolescentes grávidas. Eram muitas adolescentes submetidas a situação de violência doméstica, adolescentes com 3, 4 filhos” (Cacto, 2025).

Diante destas narrativas, é necessária formação continuada dos atores do sistema de garantia de direito que fazem o atendimento direto a essa população, incluindo os educadores para identificarem as situações de violência sexual contra criança e adolescente e os tipos de violência sexual que as criança ou adolescente estão sofrendo. As supervisões de assistência social, saúde e educação precisam

incluir as demandas de formações de prevenção a violência sexual nos seus planos de trabalho. Cacto (2025) traz um relato de experiência que mostra a importância da abordagem do tema da prevenção à violência sexual com crianças e adolescentes,

[...] depois de um mês desenvolvendo o tema com as crianças eles compartilharam na escola que tinham trabalhado essa temática no CCA, e a professora falou, “que legal, será que vocês não conseguem vir aqui falar para os outros alunos”? e nós demos esse protagonismo para que esses adolescentes pudessem falar para a turma deles, e para as outras turmas do CCA. [...] Recentemente enquanto Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual da Capela do Socorro e Parelheiros estive em uma escola do território, porque a gente entendeu que falar daquela temática era uma necessidade de uma professora da escola, mas quando a gente chegou o diretor da escola nos destratou, mas a professora estava tão engajada, falou, eu sei que é importante falar sobre isso, a gente tem que falar (Cacto, 2025).

Durante a atividade na escola, segundo Cacto (2025), uma adolescente revelou que estava passando por violência sexual, a professora se mostrou muito surpresa, pois segundo ela, já conhecia a aluna há muito tempo e jamais imaginaria que ela estivesse passando pela situação de abuso sexual,

E aí a gente falou por isso que é importante falar, sensibilizar, é importante eles terem acesso à informação, porque é ouvindo e entendendo que eles vão se dar conta, que passaram pela violência e eles vão se proteger do que pode acontecer com eles, mas eu vejo que as escolas têm esse afastamento dessa temática (Cacto, 2025).

De fato, a participação da educação nas Reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro⁶⁰ é baixa e no retorno da pandemia a DRE Capela não participou de nenhuma reunião. Tanto Cacto quanto Vitória Régia reconhecem a potência dessa Rede, porém, a participação dos atores do sistema de garantia de direitos é voluntária, e muitos profissionais não sempre conseguem participar, porque depende do interesse da Instituição, da Organização ou dos gestores em liberar o profissional para participar da Reunião. Durante esses 15 anos da Rede de Enfrentamento a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro teve muita rotatividade de pessoas, pelo registro em Atas mais de 475 pessoas passaram pela Rede de Enfrentamento em algum momento,

[...] desde o meu início em 2016, já tivemos reunião que tinha 30, 40 pessoas, mas também tivemos reuniões que só tinham 2 pessoas. Eu e tu. Então eu acho que é esse comprometimento que falta, dos profissionais entenderem

⁶⁰ Estamos trabalhando nesta pesquisa só com o território da Capela do Socorro, porque no retorno da Pandemia por COVID_19 não tivemos representação de Parelheiros nas Reuniões até novembro de 2024.

que essa demanda é uma demanda que vai atravessar a atuação profissional, independente do serviço que você estiver (Cacto, 2025).

Vitória-Régia destaca que a Rede de Proteção da Capela do Socorro é muito potente com o CEDECA Interlagos, a Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros, o Fórum da Criança e Adolescente do Grajaú 2, o Fórum da Assistência Social, autoridades da saúde, assistência e educação, em alguns momentos o Ministério Público com alguns promotores, mas segundo ele o trabalho é fragmentado e isolado. “[...] diante ainda da gravidade da situação, a gente entende que ainda é muito pouco, né?” (Vitória-Régia, 2025). Na percepção de Vitória-Régia a Rede de Proteção Social da Capela do Socorro não funciona, porque quando acontece uma discussão de caso a situação já saiu fora do controle, e as discussões deveriam ser na perspectiva da prevenção,

[...] quando o negócio estoura é que o pessoal vai querer se reunir para discutir, aquela questão, aquela família, porque depois que acontece é mais difícil, né? Então, por que a gente enquanto rede, como é que a gente consegue se alinhar, se articular pra pensar é... algumas coisas antes. Eu acho que a gente sempre chega atrasado nas questões. Acho que a gente está sempre um passo atrás, pelo contrário, a gente tem que dar um passo na frente. (Vitória-Régia, 2025).

(Cacto 2025) também pontua a falta de trabalho de prevenção e a falta de trabalho em Rede, de articulação dos serviços da Capela do Socorro, “[...] não há também muito uma articulação entre esses serviços, né? Apenas quando é algum caso em comum. E é tanto que a gente nem sabe que existe esses serviços” (Cacto, 2025). A articulação só acontece quando existe algum caso em comum, onde já ocorreu a violação de direitos. Ambos pontuam a falta de articulação, a fragmentação da Rede de Serviços, os interesses pessoais que se sobrepõe aos interesses coletivos.

Sobre os desafios do trabalho no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes Vitória-Régia aponta que é cobrar de cima a falta de estrutura dos serviços para atender uma população tão grande quanto a Capela do Socorro. Cobrar os secretários da assistência social, da saúde, as supervisões, o próprio prefeito da cidade. Porque muitas vezes, segundo Vitória-Régia, falta estrutura para desenvolver o trabalho e isso não é pontuado, são os trabalhadores que são cobrados, as pessoas da ponta que atuam na UBS, no SPVV. Segundo ele, o conselho tutelar da Capela do Socorro tem 3 carros para atender 15 conselhos, em uma diligência na

madrugada depois das 4hs às 7hs da manhã tem que esperar um carro de outra região da cidade de São Paulo,

[...] o pessoal vai embora, deixa a gente lá entre as 4hs e 7hs da manhã não tem nenhum carro na zona sul de São Paulo à disposição do conselho tutelar para dar continuidade àquela demanda que precisa ser feita, né? Então, você já trabalhou o dia todo, você já teve que passar por delegacia, por uma série de hospital, sem alimentação, sem um café básico e o mínimo que é um transporte para terminar aquela demanda, então uma falta total falta de estrutura para trabalhar. E aí tem um senso comum o conselho não fez nada, mas ninguém sabe toda essa estrutura, essa engrenagem (Vitória Régia, 2025).

O processo de eleição de escolha dos conselheiros tutelares é aberto para toda a comunidade, e os interesses particulares, políticos e religiosos se sobrepõe às necessidades dos territórios, sem a preocupação dessas indicações serem pessoas que tem um perfil mínimo para em demandas tão complexas, com o mínimo de ética, responsabilidade e acabam se elegendo. “[...] o ano que vem a gente tem o processo de escolha do CMDCA, [...] infelizmente nos últimos anos está sendo cooptados por pessoas que não têm compromisso com a rede” (Vitória-Régia, 2025).

Vitória-Régia (2025) enfatiza que a promoção que seja feita precisa de profissionais qualificados, para dar continuidade àquele atendimento que o conselho tutelar iniciou, e as atribuições do conselho tutelar precisam ser entendidas pela Rede, pois segundo ele, a partir do momento que foi feito o cadastro, recebeu o relatório, documento, o conselho tutelar não pode passar para ninguém o que está lá, a medida passa a ser judicial, então ambas as partes precisam requerer do Ministério Público ou da justiça o acesso, porque o conselheiro tutelar já não pode responder a ninguém que vai ao conselho pedir informação.

A gente é totalmente proibido de passar qualquer tipo de informação lá no conselho tutelar, a não ser que seja por medida judicial, a gente recebe uma formação básica para isso, é existe as leis do sigilo que protege a vítima e quem está denunciando ali (Vitória-Régia, 2025).

Podemos concluir que durante a pandemia com o isolamento social, os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo como os CCA, tiveram o atendimento restritos às famílias uma vez ao mês, para a entrega de cestas básicas. Diante das falas dos entrevistados (as) podemos compreender que a pandemia deixou crianças e adolescentes em lugar de desproteção. Azambuja (2011) já trazia em sua discussão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, que a desigualdade social é um fator que pode favorecer o abuso sexual contra crianças e adolescentes, e que o acompanhamento de crianças e adolescentes nos espaços de

serviços públicos de sociabilização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, são potenciais espaços de proteção, porque existem os protocolos de notificação, ou mecanismos de denúncias.

O acesso das crianças à internet sem supervisão de adultos resultou no aumento do acesso a pornografia de crianças com 7 e 8 anos, o que intensificou o comportamento sexualizado entre os seus pares, como querer passas a mão nas partes íntimas dos colegas e beijar na boca. Vale a pena destacar que o Art. 2º da lei Henry Borel aponta “Configura violência doméstica e familiar contra criança e adolescente qualquer ação e omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial.” (Brasil, 2022).

No Brasil houve uma diminuição nos números de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia quando comparado aos anos anteriores da Pandemia, mas, quando olhamos para a Capela do Socorro no extremo sul da cidade de São Paulo, os números mostraram que na pandemia os números das notificações da saúde aumentaram, principalmente na faixa etária de 6 a 10 anos.

Os serviços especializados de atendimento às vítimas de violência sexual na Capela do Socorro são insuficientes para o atendimento. O despreparo dos atores do sistema de garantia de direito diante dos casos de violência sexual também foi destaque nas entrevistas, assim como a falta de articulação dos atores do eixo de Promoção do SGD. Assim, é importante incluir nos planos de trabalho dos serviços que atendem crianças e adolescentes formações sobre educação identificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, e como agir diante da exposição dessas violências vividas pelas crianças principalmente no ambiente doméstico, na violência sexual intrafamiliar.

Também é necessária a educação em sexualidade, autoconhecimento do corpo e o autocuidado para prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse tema é importante para toda a sociedade, e principalmente para os trabalhadores que atuam com crianças e adolescentes. Na análise das atas a grande indagação da Rede era sobre como trabalhar o protagonismo infanto juvenil sem antes trabalhar isso com as equipes, e com os educadores?

É importante romper com a visão limitada do código de menores, onde a criança não tem voz e a política de assistência social ainda é vista como caridade, e não na

perspectiva de espaço de direito, espaço de exercício de cidadania, de desenvolvimento psicossocial. Muitas organizações estão abertas para essa transformação, mas precisa de profissionais com formação e experiência no tema da violência sexual contra crianças e adolescentes para desafiar as estruturas como Cacto fez, mas falta qualificação das/os trabalhadores sobre a temática para quebrar o tabu referente ao sexo e a sexualidade e a reflexão crítica da prática profissional.

Para terminar, vamos ficar com a fala de Vitória-Régia:

Por mais que a gente veja que a Cachoeira tá levando todo mundo, ninguém tá remando contra. É lá na frente tem uma Cachoeira, tem um abismo que todo mundo tá indo E a gente não está se dando conta [...] tão achando que algum milagre vai acontecer, que a gente vai sub Rio Acima e não. Se a gente não colocar a mão no Remo, se a gente não colocar forças pra se juntar é assim. Sinceramente, eu não vejo perspectivas muito boa pela frente enquanto sociedade. Nós estamos muito isolados, acho que a gente precisa estar mais junto e a gente precisa estar com mais ousadia nesse estar junto, se comprometer um pouco mais (Vitória Régia, 2025).

Vamos remar juntos para o mesmo lado, são muitos avanços nas Leis e muitos profissionais comprometidos, precisamos esperar, mas não de esperar, continuar tecendo Redes, cada um pega de um lado e vamos proteger nossas crianças e adolescentes de todo tipo de violação dos seus direitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação representa não apenas uma trajetória de dois anos de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC São Paulo. Mais do que isso, fazer esta pesquisa de mestrado é aprofundar ainda mais nesse tema desafiador, onde a sociedade demonizou e não quer falar sobre a prevenção da violência sexual, muitas vezes protegendo seus agressores, é algo muito tênue, e muitas vezes a emoção apaga a razão, e também tem aquela cortina de fumaça, que cada um utiliza para defender os seus interesses imediatos, sem pensar que somos nós que mudaremos as próximas gerações, a partir dos nosso posicionamento e do lugar que escolhemos estar. Eu escolhi defender crianças e adolescentes que sofrem violações de seus direitos, e esta é uma forma de fazê-lo: “escrevivendo”.

Dessa forma, esta pesquisa intitulada “Tecendo redes e resistência: o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na capela do socorro antes, durante e pós pandemia por COVID-19”, que a princípio, revelava uma Rede Organizada na Capela do Socorro e Parelheiros, revelou muito mais que isso na pesquisa. Mostrou uma rede pioneira no extremo sul da cidade de São Paulo, que discute uma política local desde 2009, com participação ativa nos seminários de implementação do PAIR São Paulo que aconteceu em 2011, onde 16 delegados foram selecionados para discutir o POL no seus territórios e a Capela do Socorro e Parelheiros foi a única região a construir um Plano Local e efetivar as suas ações através de financiamento do FUMCAD. Outro achado importante foi o levantamento de 70 Atas, que demonstrou que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro é realizado na maioria por mulheres, apenas um homem, o delegado do PAIR na cidade de São Paulo Everton Borges, acompanhou todas as pautas antes da pandemia, e no pós pandemia a participação foi 100% de mulheres.

Essa Rede faz a discussão dos 5 Eixos do POL: Análise da Situação, Atendimento, Prevenção, Protagonismo juvenil, Mobilização e Articulação nos territórios da Capela do Socorro e Parelheiros. Os outros eixos do POL, de Formação e Capacitação, Avaliação e Monitoramento norteiam todos os outros eixos e são discutidos com todo o grupo. Os eixos Defesa e Responsabilização não foram contemplados no POL Capelo do Socorro e Parelheiros, pois precisaria ser discutido

com os atores de defesa e controle do SGDCA, e é difícil a participação deles nas Reuniões. Apesar das discussões antes da pandemia acontecerem nos territórios de Capela do Socorro e Parelheiros, a pesquisa ateve-se apenas à subprefeitura da Capela do Socorro, porque no retorno a pandemia, não houve representação de Parelheiros até novembro de 2024.

Foi possível descobrir no decorrer da pesquisa que a pandemia revelou que já vivenciávamos algo pandêmico, a violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno mundial e presente na realidade social da região da Capela do Socorro na cidade de São Paulo. No entanto, uma das evidências que a pandemia trouxe no cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes, é que a Exploração Sexual contra crianças e adolescentes, a comercialização sexual de crianças e adolescentes não fechou na pandemia, como Alves (2020) trouxe no Boletim nº 3 do NCASDG – Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Crianças Adolescentes famílias e Sistema de Garantia de Direito, o Comércio ilegal da exploração sexual comercial infantojuvenil não fechou, ao contrário, “[...] Na pandemia este fenômeno continuou existindo: em São Paulo, alguns casos foram notificados. A Rede Peteca por exemplo, sinalizou seis casos de denúncias de crianças na Zona Sul de São Paulo [...]” (Alves, 2020, p. 19).

Outro achado da pesquisa é que o aumento do uso de telas e acesso à internet de crianças e adolescentes na pandemia, facilitou o acesso à conteúdos pornográficos de crianças de 6 a 9 anos de idade. A internet é a principal forma de divulgação de pornografia envolvendo crianças e adolescentes. Algumas trabalhadoras de CCA que participam da Rede de Enfrentamento a violência Sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro trouxeram esse tema como pauta no pós pandemia. Elas observaram que as crianças de 6 a 9 anos estavam mais sexualizadas e reproduzindo com os seus pares esse comportamento, tanto é que o III Simpósio da Rede de Enfrentamento em 2023 trouxe esse tema para discussão.

A pesquisa evidenciou o aumento nos números de notificações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na subprefeitura da Capela do Socorro nos anos de pandemia e pós pandemia quando comparados a 2019. O número maior de vítimas está na faixa etária de 1 a 3 anos e de 6 a 10 anos de idade. No Brasil, os números de violência sexual contra crianças e adolescentes da

Segurança Pública (2025) mostrou uma queda nos boletins de ocorrência nos dois anos de pandemia, voltando a subir nos anos seguintes, 2022, 2023 e 2024.

Foi possível verificar, que na Capela do Socorro a identificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é realizada pelos profissionais de escolas e serviços de convivência de fortalecimento de vínculos, por meio de atividades lúdicas como contação de histórias e de conversa sobre o corpo, partes íntimas e toques sem consentimento. Geralmente quem identifica esse tipo de violência são os educadores, mas são os técnicos ou os gerentes que fazem o encaminhamento para a SAS Capela do Socorro e notificam o Conselho Tutelar. O Fluxo de encaminhamento é a SAS da Capela do Socorro e a notificação ao Conselho Tutelar. Na região da Capela do Socorro tem 2 Serviços de Proteção a Vítima de Violência - SPVV e uma equipe de EEV para atender as vítimas de violência sexual na Capela do Socorro, as entrevistas mostraram que não são suficientes, tendo uma fila de espera de um a dois anos para atendimento no SPVV. A SAS é a porta de entrada para acessar o SPVV, qualquer serviço da Rede pode fazer o encaminhamento, esse fluxo é seguido também pelo conselho tutelar.

Os documentos encontrados (70 Atas) referente a Rede de Enfrentamento à violência Sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro mostrou que ela se articula no Território da Capela do Socorro desde 2009, mas seus registros passam a acontecer a partir de 2010 quando é criado o Email da Rede de Enfrentamento e o Blog, a primeira Ata de reunião é de fevereiro de 2011. O primeiro registro da participação de Parelheiros nas reuniões é de janeiro de 2013, na discussão do I Seminário do Plano Operativo Local. Foi possível evidenciar que a maioria dos participantes nas reuniões da Rede de Enfrentamento à violência Sexual de Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros são de profissionais de Projetos e associações não conveniadas com a prefeitura com 41% de participação, a Assistência Social tem 33% de participação, seguidas pela saúde com 21%, e a Educação com 5% de participação nas reuniões antes da pandemia, nos anos de 2022, 2023 e 2024 não houve participação da Educação e da saúde nas reuniões da Rede de Enfrentamento.

Nos registros em Ata foi possível verificar a participação da Rede na Implementação do PAIR. O Seminário Municipal de adesão ao PAIR, com a

participação da equipe do PAIR-SP coordenada pelo Prof. Dr. José Leon Crochík, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e parceria da CMESCA e do Poder Público. Na ocasião as atividades do PAIR-SP em 2011, contemplaram a discussão de todos os eixos do PAIR no Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, nos Seminários Teóricos, na Capacitação dos Operadores da Rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, e na escolha dos 16 delegados para atuar na Comissão Local para o monitoramento do POL, que aconteceu no Seminário Teórico Prático de Enfretamento à Violência Sexual Infantojuvenil que no período de 4 a 7 de julho de 2011. Na Capela do Socorro foi escolhido o Everton Borges para discutir o POL.

Ainda foi possível evidenciar que dos 16 delegados eleitos para discutir o POL, os únicos territórios da cidade de São Paulo a construir um Plano Operativo Local foi a Capela do Socorro e Parelheiros em 2013. Neste estudo, identificou-se também, que o maior desafio da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros é implementar as ações do eixo de Protagonismo infantojuvenil, porque falta reconhecimento dos trabalhadores, da comunidade e da sociedade em geral do Direito ao desenvolvimento saudável da sua sexualidade de crianças e adolescentes. A principal ação para esse eixo foi a sensibilização dos profissionais dos serviços e organização da Rede, para que crianças e adolescentes tenham participação ativa na defesa de seus direitos para a prevenção da violência sexual que os acomete.

Para efetivar o eixo de Protagonismo foi escrito em 2014, o Projeto Nós em Rede. Esse Projeto foi executado antes da pandemia por COVID-19, entre julho de 2018 e junho de 2019 com financiamento do FUMCAD, contou com a participação de 150 adolescentes e 27 educadores envolvidos diretamente no Projeto, e indiretamente mais de 3500 pessoas estiveram envolvidas, em eventos de caminhadas, simpósios, seminários, amostras culturais, formações e oficinas de multiplicação e disseminação do tema do desenvolvimento saudável da sexualidade de crianças e adolescentes.

É importante destacar que o Projeto Nós em Rede tem potencial para ser disseminado em outros territórios e adaptado por localidade, uma vez que o Projeto está alinhado ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, e em consonância com o Programa de Ações Integradas e Referenciais

de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (PAIR) e o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Contudo, falta financiamento para a Política de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo.

O próximo passo do Projeto Nós em Rede seria a multiplicação das Oficinas de sexualidades afluída no território da Capela do Socorro e Parelheiros, mas nos anos de pandemia, entre 2020 e 2021 as restrições e suspensão das atividades dos serviços a Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual da Capela do Socorro e Parelheiros suspendeu as atividades, o que não permitiu a disseminação das oficinas de sexualidade.

A Rede volta à cena em abril de 2022 e retoma as discussões de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes, com reuniões remotas. No pós pandemia não houve representação da Região de Parelheiros nas Reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros, por isso a pesquisa focou só na Capela do Socorro.

O primeiro evento de formação pós pandemia, reuniu no CEU Vila Rubi mais de 100 pessoas (era para 70 pessoas) no II Simpósio Intersetorial de Políticas Públicas de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, hoje a Rede caminha para a sua V Edição do Simpósio Intersetorial. Dessa forma, nos anos pós pandemia, de 2022 a 2024 as ações da Rede foram em torno de eventos de mobilização, formação e de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Diante das narrativas nas entrevistas, a formação continuada dos atores do sistema de garantia que estão no atendimento direto a essa população é necessária, conforme observado nas Atas existe uma grande rotatividade de atores, o que dificulta a continuidade no trabalho de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes. A formação continuada é necessária para que os trabalhadores consigam identificar não só a violência sexual sofrida pelas criança ou adolescente, mas os tipos de violência sexual que as criança ou adolescente estão sofrendo, para que haja intervenções específicas para cada situação. É necessário incluir as

demandas de formações de prevenção a violência sexual nos planos de trabalho dos serviços socioassistencial.

Ficou evidenciado que a Rede da Capela do Socorro enfrenta vários desafios no Enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre eles: serviços insuficiente para atendimento às vítimas e falta de estrutura dos serviços existentes para atendimento dessa demanda; falta de compromisso do poder público e falta de verba para essa política; falta de qualificação profissional e educação continuada; e a articulação intersetorial ainda é um grande desafio.

Diante de todos os expostos e dos achados desta pesquisa, a orientação para a prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes é que o Protagonismo Infantojuvenil seja pauta em todas as políticas públicas, é necessário incluírem nos planos de trabalho e atividades o tema do Desenvolvimento saudável da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes, para incentivar adolescentes a realizarem ações protagonistas, e a participarem em fóruns, reuniões e espaços de discussão que os atravessam. Para isso, precisa de verba pública, de investimento para formação continuada para os trabalhadores, principalmente da ponta, que estão no atendimento direto com crianças e adolescentes, verba para capacitação e mobilidade urbana, já que estamos falando do maior território da cidade de São Paulo, maior até que muitas cidades. Os eventos realizados pela CMESCA e pela Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros uma vez no ano não é suficiente para formação, visto que a maioria são trabalhadores em políticas do SUAS.

Para se fazer o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, é necessário o envolvimento de toda a sociedade, para garantir os direitos de crianças e adolescentes dentro do que está posto nas normativas nacionais, visto que todas as movimentações do CONANDA e do CFESS tem sofrido tentativas de paralização nas três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal, com desmobilização das comissões Nacionais, estaduais e municipais. A garantia de direitos foi conquistada na Constituição brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990, na Lei 13.431/2017 que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e

cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, e o Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 que regulamenta essa Lei.

Diante disso, fica a orientação para que nos Planos Nacionais, Estaduais, Municipais e Decenais esteja previsto o orçamento de execução dessa política. É necessário melhorar a estrutura dos Conselhos Tutelares, aumentar os Serviços de SPVV na Região da Capela do Socorro, que trabalham sempre com uma demanda reprimida, demorado de 1 a 2 anos na fila de espera. É necessária a construção de mais Centros especializados com delegacias especializadas de atendimento a crianças e adolescentes, e principalmente profissionais qualificados para acreditar nas crianças que relatam esse tipo de violência, dar voz a esses sujeitos. Outra sugestão é para que a Rede de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros possa assumir seu posicionamento e compromisso político, de cobrar as autoridades e o poder público o financiamento para suas ações, pois falta um posicionamento político para mobilizar a sociedade civil organizada, e cobrar das autoridades de governo investimento público.

Fica a crítica em relação a falta de sincronia em atualização dos Planos nos Municípios, principalmente em São Paulo, pois não segue o fluxo das atualizações. Temos uma revisão de um Plano Municipal na cidade de São Paulo que se iniciou em 2017 com base no Plano Nacional de 2013, foi concluída e publicada em 2023, enquanto já está em curso uma nova Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto Juvenil. Não estaremos sempre um passo atrás?

A Pandemia por COVID-19 deixou crianças e adolescentes desprotegidas e expostas a violências. Então, finalizo com a frase de uma das pessoas entrevistadas, essa luta não se faz sozinha, “A Cachoeira tá levando todo mundo, se a gente não colocar a mão no remo” (Vitória-Régia, 2025) não podemos esperar pelos outros, temos que colocar a mão no Remo, na Rede, vamos todos juntos tecer redes e resistência, cada um pega de um lado!

REFERÊNCIAS

ALVES, Alan de Loiola. **“Não Fecha por Pandemia”**: Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil in Enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes em tempos de pandemia, NCA-SGD. Boletim nº 03 | dezembro 2020 PEPGSS | PUC-SP

ALVES, Alan de Loiola. **Garotos sem programa: estudo sobre exploração sexual comercial de adolescentes do sexo masculino na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ALVES, Alan de Loiola. **Mercosul e suas estrelinhas nas redes**: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma manifestação da questão social. (Tese de Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

AMORIM, Sandra Maria Francisco; CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery de. **Proteção Dos Direitos Humanos E O Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes**: Programa Escola de Conselhos/PRAE/UFMS Curso de Psicologia/CCHS/UFMS. In: Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento, 2013 p. 1-24.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay; FERREIRA, Maria Helena Mariante Ferreira e colaboradores. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre, ARTIMED 2011.

BALBINOTTI, Claudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar**: A revitimização da Crianças e do adolescente vítima de abuso. Direito e justiça v. 35, n. 1, p. 5 – 21, jan./junho 2009.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Barbárie e neoconservadorismo**: os desafios do projeto ético-político. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BISPO; Eliane. et. al. METODOLOGIA DO PAIR; **Programa de formação do PAIR Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**: Teoria e Prática para o Enfrentamento, 2013.

BRASIL, Agência Gov. **Com crescimento de 22,6%, Disque 100 registra 657,2 mil denúncias em 2024, Agência Gov.** | Via MDHC. 06/01/2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, **Resolução nº 117, de 11 de julho 2006**. Altera dispositivos da Resolução n.º 113/2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

BRASIL, **DECRETO Nº 11.533, DE 18 DE MAIO DE 2023**. Institui a Comissão Intersectorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília, 2023.

BRASIL, **DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018**, Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência., Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Escuta Protegida E Depoimento Especial. **LEI Nº 13.431**, de 4 de abril de 2017, altera a Lei 8.609/1990, Brasília, DF, 2017.

BRASIL, **LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.

BRASIL, **LEI Nº 13.431**, DE 4 DE ABRIL DE 2017. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **LEI nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL, **LEI Nº 14.432, DE 3 DE AGOSTO DE 2022**. Institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes., Brasília, DF, 2022.

BRASIL, **LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024**. Medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, Brasília, DF, 2024.

BRASIL, **LEI Nº 17.652, DE 17 DE MARÇO DE 2023**. (Projeto de lei nº 382, de 2022, da Deputada Marina Helou - REDE) Institui a Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes. Estado de São Paulo, 2023.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada. 2. ed. Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_a_utoprovocada_2ed.pdf Acesso em > 27 de julho de 2025.

BRASIL, **Plano de enfrentamento das ações de Vigilância em Saúde da covid-19 no período pós-emergência em saúde pública nacional e internacional**. Ministério da Saúde. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/covid-19/plano-de-enfrentamento-da-covid-19-pela-oms-em-2023.pdf> acesso em: 22 de setembro de 2025.

BRASIL, **Política nacional de assistência social PNAS/ 2004**, Norma Operacional Básica Nob/Suas, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

BRASIL, **PORTARIA Nº 913, DE 22 DE ABRIL DE 2022**. Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Ministério da Saúde, Brasília, 2022

BRASIL; PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES/DPTDCA/SNPDC/SDH/PR, **Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer**, Disque Denúncia Nacional, 2010.

BRASIL, **RESOLUÇÃO Nº 258, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024**, Dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e a garantia dos seus direitos. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos/Coordenação-Geral do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Brasília. Publicado em: 08/01/2025.

BRASIL, **RESOLUÇÃO Nº 265, DE 12 DE JUNHO DE 2025** Dispõe sobre as diretrizes para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília Publicado em: 18/06/2025.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. **homem não chora**: o abuso sexual contra meninos. São Paulo, Paco Editorial, 2019.

CAVALCANTI, Emanuel Bernardo Tenório. **o conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares**, Fronteiras: Revista de História, vol. 23, núm. 42, p. 196-215, 2021 Universidade Federal da Grande Dourados.

CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A., SILVA, **Roberto da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, Marilena. ITOKAZU, Ericka Marie. CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. **Escritos de Marilena Chauí sobre violência**. Autêntica Editora. Edição: 1, Belo Horizonte, 2017 - volume 5.

Cidades do meu Brasil. **Tudo sobre a cidade de Carnaubeira da Penha Estado de Pernambuco**. Acesso em > 24/07/2024. Disponível em > https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pe/carnaubeira_da_penha#google_vignette

Cidades do meu Brasil. **Tudo sobre Floresta Estado de Pernambuco**. Acesso em > 24/07/2024. Disponível em >

https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pe/floresta#google_vignette

COALIZAÇÃO BRASILEIRA. **Nota técnica:** Governança e Planejamento no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Desafios, normativas e caminhos para a efetividade. Março 2025.

COALIZAÇÃO BRASILEIRA. **Quem somos.** Disponível em: <https://www.coalizaobrasileira.org.br/quem-somos/> Acesso em: 19 de Setembro de 2025.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira; FALEIROS, Vicente de Paula (orgs.) et al. **Circuito e Curtos-Circuitos no Atendimento, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes no Distrito Federal**, Distrito Federal DF, Veras Editora, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a Construção de Indicadores, a Crítica do Poder, da Desigualdade e do Imaginário**, n. 2 1998, p. 37-54

FÁVERO, Eunice T. (Org.). **Crianças, adolescentes, jovens e direitos fundamentais:** aproximações aos dados da realidade social em distritos de exclusão da cidade de São Paulo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

FÁVERO, Eunice T. (Org.). **O ‘Sistema’ e a Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes nas Periferias de São Paulo:** com a palavra o distrito do Grajaú. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes– Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos, São Carlos, Pedro & João Editores, 2023.

FÁVERO, Eunice T; FRANCO, Abigail, A. de Paiva. (Org.). **Saberes, memórias e resistências:** em produções audiovisuais sobre e por pessoas do distrito do Grajaú- São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes – Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. **Fatores sociais e psicológicos que determinam a violência sexual;** in: CROCHIK, José Leon; FERNANDES, Aline Mossmann org. Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: enfrentamento e crítica. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2011

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar:** teoria e prática. São Paulo; Editora Ágora; 2002.

FERREIRA, Edna. **Uma pandemia em tempos de pandemia:** o papel da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: In ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA, NCA-SGD. Boletim nº 03 | dezembro 2020 PEPGSS | PUC-SP.

FILHO, Napoleão Pereira Barbosa. **Relâmpagos da Memória**, São Paulo: Tesouro Lazer, 2006.

Floresta do navio: uma riqueza no sertão pernambucano. **Blog Centro de Educação Municipal Professora Fortunata Ferraz da Rosa**, novembro 26, 2018. Acesso em > 22 de julho de 2024. Disponível em > <https://cempffr.blogspot.com/2018/11/floresta-do-navio-uma-riqueza-no-sertao.html>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em 16 de agosto de 2025.

Formulário de monitoramento da Rede - **SPVV Capela do Socorro** – Microsoft Power BI:– novembro de 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiODA1NzY2ODgtYzA2My00ZTA3LTkxNmEtYWJkNTMyZmFkMTMzliwidCI6ImYzOThkZjllLWZkMGMtNDgyOS1hMDAzLWM3NzBhMWM0YTA2MyJ9> Acesso em: 25 de agosto de 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Redes De Proteção Social** 1. ed. São Paulo, Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Coleção Abrigos em Movimento, 2010.

Guimarães, Lais. **Roda de afeto, Arte e cultura náutica. Avaliação do II Seminário do POL, Rede de Enfrentamento**, 2025.

Histórico; Conheça um pouco da História de Capela do Socorro, Disponível em > http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/capela_do_socorro/historico/index.php?p=916 acesso em >29 de março de 2014.

HELENA, Tory. **Porque casamentos infantis ainda são uma realidade no Brasil. Educação e Território**, abril de 2023. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/porque-casamentos-infantis-ainda-sao-uma-realidade-no-brasil/> Acesso em: 13 de setembro de 2025.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

IAMAMOTO, Maria Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. São Paulo: IBGE, 2022. Disponível em > <https://cidades.ibge.gov.br/panorama-impresso?cod=3550308> Acesso em > 28 de julho de 2025.

Instituto Pólis. **Dois anos de pandemia no município de São Paulo**, fevereiro 2022. Disponível em > <https://polis.org.br/estudos/dois-anos-de-pandemia-no-msp/> Acesso em > 17 de agosto de 2025.

JORGE, Maria Helena Prado de Mello; MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. **Abuso sexual na infância e adolescência**: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2010, p. 246-255. Disponível em > scielo.br/j/tce/a/n4nCXYDBmhRdLjJCfzSdbzp/?format=pdf&lang=pt Acesso em > 17 de agosto de 2025.

LIMA, Elânia Francisca. et. al. **Projeto M-A-P-A Monitoramento e Articulação pela prioridade absoluta**: ESCA em foco; CEDECA-Interlagos, 2010, São Paulo.

LUZ, Fernando; PAIVA, Leila; ROSENO Renato. **Políticas de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil**, in: Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento, P. 1-7 2013.

MELIM, Juliana Iglesias. Trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. **Serv. Soc.& Saúde**, Campinas, SP v. 11, n. 2 (14) p. 167 – 184 jul./ dez. 2012 ISSN 1676 – 6806

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Editora Melhoramentos** Ltda, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/abuso/> acesso em: 15 de setembro de 2025.

MOTTI, Antônio Jose Ângelo, SANTOS, Josileno Vieira. **Redes de proteção social à criança e ao adolescente**: limites e possibilidades. In: Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento, 2013.

NARJARA, Monasa. **Deputados pedem a suspensão da nova resolução pró-aborto do Conanda**. ACI Digital, 27 de junho de 2025.

NEUMANN, Marcelo Moreira. FERNANDES, Aline Mossmann. Introdução in: CROCHIK, José Leon; FERNANDES, Aline Mossmann org. **Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**: enfrentamento e crítica. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2011.

OLIVEIRA, Abrahão. **Uma Referência Na Zona Sul** – A Capela do Socorro. São Paulo In Foco, março de 2017. Disponível em > <https://www.saopauloinfoco.com.br/a-capela-do-socorro/> Acesso em > 20 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Colonialidade do Poder Adultocentrico e/nos Direitos de Crianças e Jovens**. *Revista Culturas Jurídicas*, vol. 8, Núm. 20, ago., 2021.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Colonialidade, infâncias e juventudes. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 89-114, jul./dez. 2023.

OPAS/OMS | **Organização Pan-Americana da Saúde Histórico da pandemia de COVID-19**, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>

Organização Mundial da Saúde 2020. **Vigilância mundial da COVID-19 causada por infecção humana pelo vírus COVID-19**. Orientações provisórias 20 de março de 2020. Acesso em > 04 de julho de 2025. Disponível em > [WHO-2019-nCoV-SurveillanceGuidance-2020.6-por.pdf](#)

PAIVA, Leila, Violência Sexual-Conceitos. In: **Programa de formação do PAIR Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento**, 2013 p. 1-24

PINHEIRO, Renata Rocha Leal de Miranda Pereira. **Violência Sexual Infanto Juvenil em Natal**: uma Avaliação do Programa Sentinela em Natal. Universidade Federal de Rio Grande do Norte; Natal, 2007

Prefeitura de São Paulo. **Conheça um pouco de história da Capela do Socorro**. Subprefeitura Capela do Socorro. Março de 2021, disponível em > https://prefeitura.sp.gov.br/web/capela_do_socorro/w/noticias/3832 acessado em > 22 de agosto de 2025.

Prefeitura de São Paulo. **Histórico**: Conheça um pouco da História da Capela do Socorro. Subprefeitura Capela do Socorro. Agosto de 2025, disponível em > https://prefeitura.sp.gov.br/web/capela_do_socorro/w/historico/916 Acesso em > 20 de agosto de 2025

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Portaria 46/2010/SMADS** Dispõe sobre a Tipificação da Rede Socioassistencial do Município de São Paulo e a Regulação de Parceria operada por meio de Convênios. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS. São Paulo, 2010. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivo_s/portarias/portaria_46-2010.pdf Acesso: 20 de setembro de 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Buenos Aires 2005.

Rede de Enfrentamentos à violência Sexual Infanto-Juvenil; **Análise da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro**, 2013.

Relatório Anual do Disque 100. Disponível em > Anuário — **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania** (www.gov.br) Acesso em 23 de abril de 2023.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo, **Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças**, Disponível em > <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30389.pdf> > Acesso em 25 de maio de 2014, Cad. Pagu [online]. 2006, n.26, pp. 145-168. Campinas, SP.

ROSA, Tito Passos de Almeida. Memória histórica dos acontecimentos mais notáveis do ano de 1896 | **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife (ufpe.br)**, Pernambuco, 2018. Acesso em 22 de julho de 2024. Disponível em > <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ACADEMICA/article/view/238276/30079>

SANTOS, Ilma Pereira Santos. **Cada um pega de um lado: Rede de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto Juvenil**. São Paulo, 2014.

SÃO PAULO, **DECRETO Nº 48.358, DE 17 DE MAIO DE 2007**. Regulamenta a Lei nº 14.247, de 8 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes; institui a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. São Paulo, 2007.

SÃO PAULO, **Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. São Paulo, 2008.

SARTI, Cynthia A. **Famílias Enredadas**, In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Saúde possui equipes especializadas no acompanhamento a crianças e jovens vítimas de violência, **Secretaria Municipal da Saúde**, 17 de Janeiro de 2023. Disponível em > <https://capital.sp.gov.br/web/saude/w/noticias/341126> Acesso em > 22 de setembro de 2024.

SOARES, Ricardo de Lima. **Retrato da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil**; Universidade de Brasília. Brasília, 2025.

SOARES, Ricardo Lima. **Violência Sexual em Crianças e Adolescentes durante a Pandemia da Covid-19**. São Paulo, Editora Dialética, 2024.

TABNET TECNOLOGIA DATASUS. **VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA** - Sinan NET- Município de São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde, 2025. Disponível em > <https://tabnet.saude.prefeitura.sp.gov.br/cgi/tabcgi.exe?secretarias/saude/TABNET/SINAN/RVIOLE/RViolenciaNet.def> Acesso em > 28 de julho de 2025.

TALARICO, Paulo. **População em São Paulo por distrito: zona leste perde moradores e zona sul ganha**. Mural - Agência de jornalismo das periferias, 2024. Disponível em> <https://agenciamural.org.br/populacao-em-sao-paulo-por-distrito-zona-leste-perde-moradores-e-zona-sul-ganha/> Acesso em > 28 de julho de 2025.

TEODORO, Carla Cristina. **Abuso sexual infantil intrafamiliar e os desafios em tempo de pandemia in enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes em tempos de pandemia**, NCA-SGD. Boletim nº 03 | dezembro 2020 PEPGSS | PUC-SP.

VILLEN, Gabriela. **Entre o voyeurismo, a vigilância e o exibicionismo, Cineasta aborda, em tese e em filme premiado, a necessidade de ver e ser visto na era da web 2.0**. JORNAL DA UNICAMP; 07 dez 2018, disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/12/06/entre-o-voyeurismo-vigilancia-e-o-exibicionismo/> Acesso em: 13 de set. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 293-306, jul. / dez. 2020.

Apêndice A – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Entrevistas semiestruturadas com roteiros pré-estabelecidos, com Atores dos três eixos do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente da Capela do Socorro e Parelheiros.

Objetivo: Analisar as mudanças no cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros na pandemia e no pós pandemia, e buscar conhecer como é feita a identificação de casos de crianças e adolescente vítimas de violência sexual na Capela do Socorro e Parelheiros, e como foi no período pandêmico.

Nome: _____

Idade: _____

Cor: _____

Profissão: _____

Formação _____

Campo de trabalho: _____

Cargo que ocupa: _____

Há quanto tempo trabalha neste serviço _____

Atendimento a crianças e adolescentes

- 1 A pandemia trouxe mudança no cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes?
- 2 Com as crianças e adolescentes fora dos espaços públicos, como eram realizadas atividades e quais as abordagens no período de pandemia?
- 3 Quais mudanças foram observadas nos casos de violência sexual de crianças e adolescentes na Capela do Socorro e Parelheiros?
- 4 O que mudou na detecção de casos e no atendimento as vítimas de violência sexual?
- 5 A partir da flexibilização das medidas de contenção em 15 de novembro de 2021, como foi o retorno das crianças e adolescentes, o que mudou e como tem sido a vivência com esse público?
- 6 Nos casos suspeitos, ou identificados de violência sexual contra crianças ou adolescentes, como os profissionais reagem frente à situação de violência contra crianças e adolescentes?
- 7 Você já acompanhou algum caso de violência sexual contra crianças e adolescentes na região da Capela do Socorro? Como foi?

- 8 Qual o caso de violência sexual contra criança e adolescente que ocorreu na região da Capela do Socorro te chamou mais atenção?
- 9 Qual é o perfil do abusador de crianças e adolescentes na região da Capela do Socorro?
- 10 Existe dificuldade dos profissionais em falar desse tema com as famílias e com as crianças e adolescentes?
- 11 Quais são as ações realizadas quando se descobre quem é o abusador?

REDE: Sistema de Garantia de Direito de Crianças e Adolescentes

- 12 Como a Rede da Capela do Socorro e Parelheiros tem enfrentado a Violência Sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia?
- 13 Quais os serviços na Capela do Socorro e em Parelheiros faz atendimento às vítimas de violência sexual, e como é realizado o acesso a esses serviços. Houve diferença no acesso a esses serviços?
- 14 Você já atendeu casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes? Quais os locais na região da Capela do Socorro que existe exploração sexual comercial infantojuvenil?
- 15 Quais as Práticas dessa Rede a se destacar para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes, e quais são os desafios?
- 16 Quais as demandas na área da violência sexual infantojuvenil na Capela do Socorro?
- 17 Os serviços existentes no território da Capela do Socorro e Parelheiros, são suficientes para atender crianças e adolescente vítimas de violência sexual?
- 18 Como funciona o trabalho em rede de proteção e enfrentamento à violência sexual infantojuvenil na Capela do Socorro?
- 19 Quais as dificuldades no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil na Capela do Socorro?
- 20 Quais as potencialidades no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil na Capela do Socorro?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “Tecendo redes e resistência: o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes na capela do socorro antes, durante e pós pandemia por covid_19”: Rede Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes na Capela do Socorro em Tempos de Pandemia”, sob a responsabilidade de Ilma Pereira dos Santos, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek e Co – Orientação do Prof. Dr. Alan de Loila Alves.

A Proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é apresentar a prévia do Estudo sobre a Violência Sexual contra crianças e adolescentes, que tem mostrado que existe uma Rede Articulada na Capela do Socorro e Parelheiros fazendo o trabalho de enfrentamento a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, e convidá-lo/la para contribuir com a pesquisa, com as explanação de como foi o enfrentamento à esse tipo de violência durante as restrições de atendimento pela pandemia de COVID-19, e como foi o retorno presencial das atividades, do chamado pós pandemia de COVID-19. O resultado desta pesquisa poderá contribuir com as pesquisas do tema da violência sexual de crianças e adolescentes e fundamentar políticas públicas e sociais de temas transversais de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes,.

O objetivo desta pesquisa é analisar as estratégias desenvolvidas pela Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro em São Paulo nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no período de pandemia de COVID-19, de março de 2020 a novembro de 2024.

Ao aceitar participar da Pesquisa, o (a) Sr. (a) participará de uma entrevista individual de 1 hora e 30 minutos a 2 horas, no local de sua preferência, sua residência ou espaço público, ou online. A entrevista será gravada para sua transcrição e análise, após a transcrição o arquivo será apagado, seus dados e informações serão preservados, podendo eleger pseudônimos para não expor a sua identidade.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de pesquisa exploratória, de natureza quanti/qualitativa, que será realizada a partir da obtenção de dados através de fontes oficiais, censitárias registros oficiais, leis, Planos, programas e Projetos relativos ao Tema de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e de fontes orais, entrevistas com os Atores da Rede de Enfrentamento da Capela do Socorro, que tenha participação nas Reuniões a mais de 2 anos. As entrevistas serão utilizadas como forma de aproximação da realidade e dos processos históricos vivenciados e contados pelos sujeitos da pesquisa.

Em se tratando de um tema que envolve tabu e preconceito em não se falar em sexualidade, e ser um tema pouco discutido na sociedade, as entrevistas podem causar constrangimento nos participantes, todavia, os participantes serão protegidos pelo sigilo e a ética profissional.

Esta pesquisadora compromete-se a respeitar o horário e tempo estipulado para a entrevista, respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados, utilizando este TCLE, apresentar o desenvolvimento da pesquisa para acompanhamento dos entrevistados, para que confirmem se a transcrição realizada e o que foi escrito estão de acordo com as informações passadas em entrevistas.

Não haverá ônus e nem ganho financeiro para participação, sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. É possível desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos, respeitamos sua privacidade. Por isso, por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao (à) Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o (a) Sr. (a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o (a) Sr. (a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ILMA PEREIRA DOS SANTOS, TELEFONE CELULAR E WHATSAPP (11) 96177-7038

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP na Rua: Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.) - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05015- 001 Fone (Fax): (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento do CEP ao Público: *Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira*

De acordo com a Resolução nº 466/12 da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e Regimento dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC-SP, "toda pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou em partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais", deve ser submetida à apreciação e acompanhamento do CEP.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

LOCAL, DATA

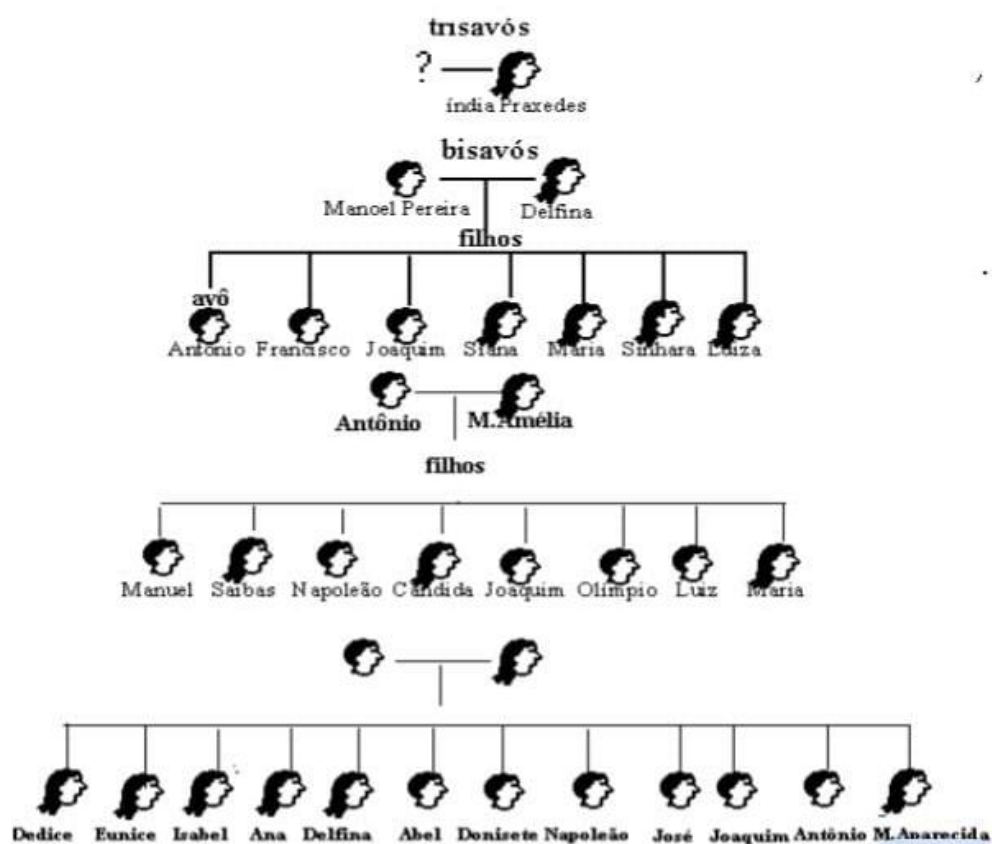
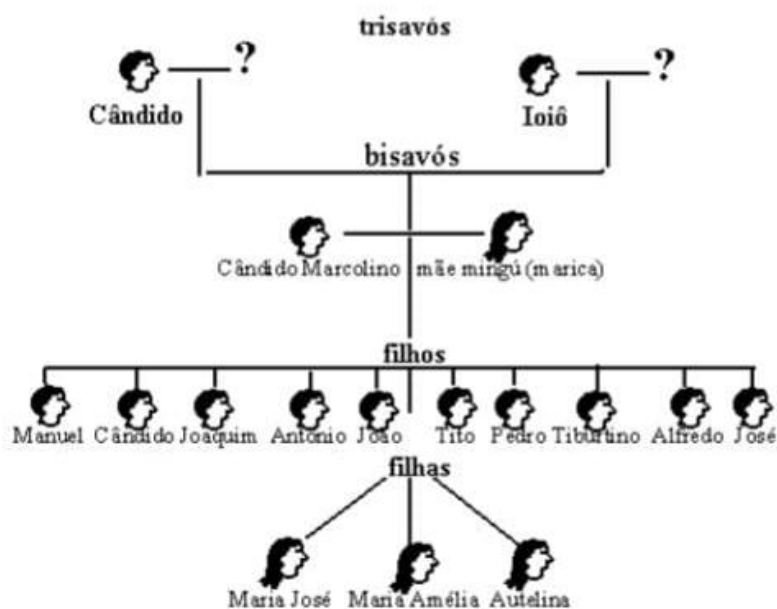
Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “A Cachoeira ta levando todo mundo, se a gente não colocar a mão no Remo: Rede de enfrentamento à violência e Exploração sexual de crianças e adolescentes na Capela do Socorro – Zona Sul de São Paulo em Tempos Pandemia de COVID-19”, eu, ILMA PEREIRA DOS SANTOS, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

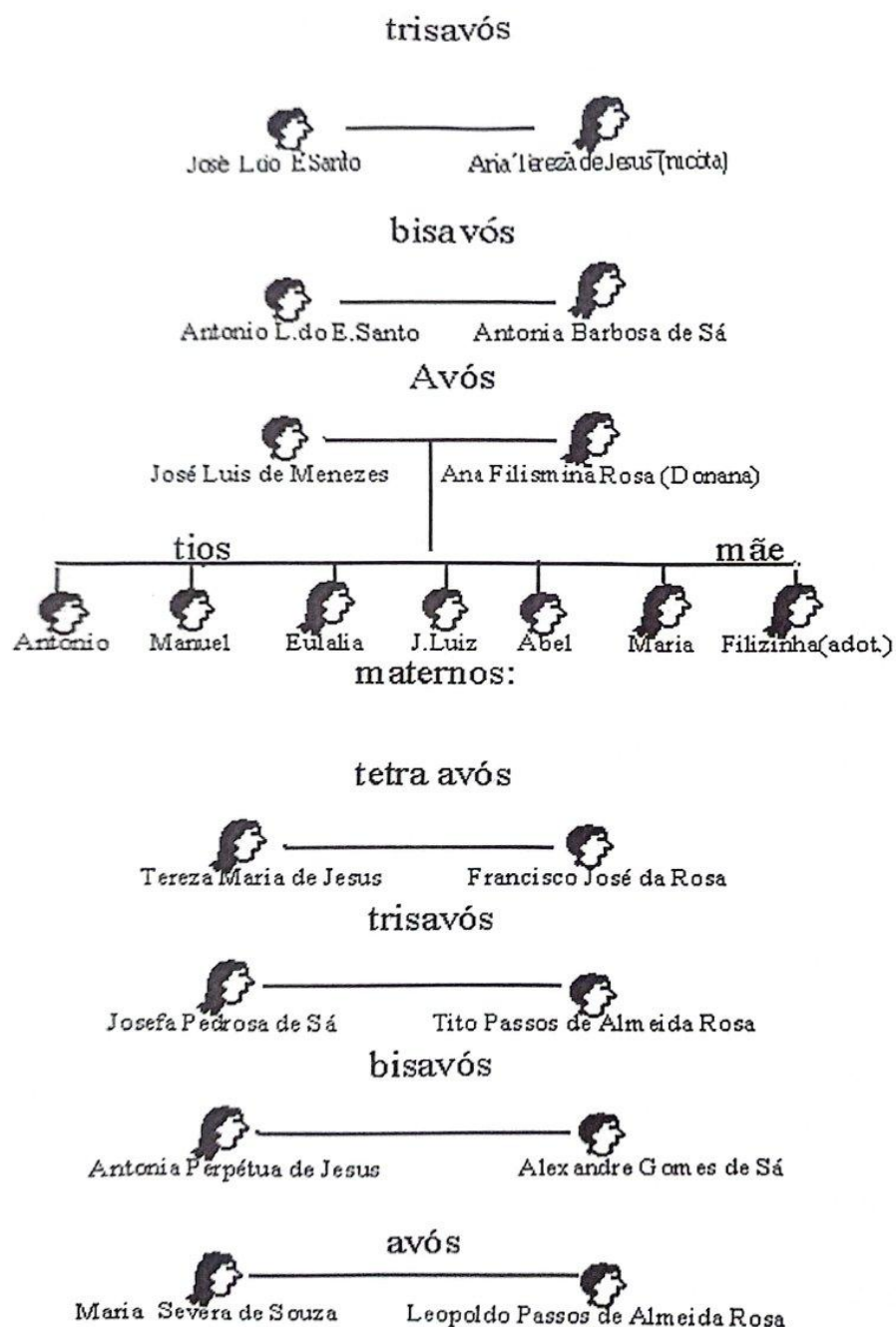


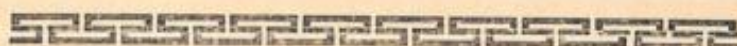
Ilma Pereira dos Santos
Pesquisadora

Anexo A – Genealogia Avô Materno



Anexo B – Genealogia Avó Materna (Trisavós da minha mãe)



Anexo C – Memória Ancestral -Tito dos Passos de Almeida Rosas**Dr. Tito dos Passos de Almeida Rosas**

Não foi venturoso para o corpo docente da nossa Faculdade o anno de 1906.

Logo em seu começo, a 25 de Fevereiro, quando ainda não estavam arrefecidas as magoas deixadas pelo fallecimento de outros distintos companheiros, fomos surpreendidos dolorosamente pela morte de Tito dos Passos de Almeida Rosas.

Quão amargos têm sido esses ultimos tempos !

Em tres annos justos, desde 25 de Fevereiro de 1903 a 25 de Fevereiro de 1906, vimos desaparecer da nossa communhão academica : Estevão de Oliveira, Clodoaldo de Souza, Martins Junior, Pereira Junior, Oliveira Fonseca e Tito Rosas.

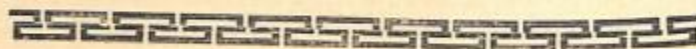
Descendo das altas regiões do centro deste Estado, e sequioso de saber, Tito Rosas veio para esta Capital e, á custa da mais ingente lucta pela vida, conseguiu em 1894 a carta de

Bacharel em direito, tendo feito um curso brilhante, que lhe conquistou o premio de viagem á Europa em reconhecimento de haver sido classificado pela Congregação como o primeiro estudante entre os que com elle frequentaram a Faculdade.

Pouco depois Tito Rosas entrou em concurso e foi nomeado lente substituto, cargo de que tomou posse em 1 de Outubro de 1895 e que servio até 23 de Julho de 1904, quando passou a cathedratico de Direito Civil.

No desempenho do magisterio Tito Rosas nunca desmentio as tradições que o acompanharam ao entrar para o corpo docente da Faculdade, distinguindo-se pelo seus talentos e amor ao estudo.

Tito Rosas foi um luctador, tendo confirmado a maxima—*Labor improbus omnia vincit.*



Anexo D – Lista dos 24 Presos em manicômio na época da Ditadura

24 CASOS IDENTIFICADOS

NOME	ESTADO
Antonio Carlos Melo	SP
Antonio Lopes de Albuquerque	PE
Aparecido Galdino Jacinto	SP
Boanerges Timoteo de Souza	PB
Dorgival de Souza Damasceno	SP
Edival Freitas da Silva	PE
Ivan Seixas	SP
João Adolfo Castro da Costa Pinto	SP
Manuel Domingos Neto	CE
Nilo Sérgio Menezes de Macedo	RJ
Otávio Domingos de Oliveira	PB
Paulo Roberto das Neves Benchimol	RJ
Rivadavia Braz	PE
Roberto João Motta	SC
Rodrigo José de Farias	RJ
Silvia Montarroyos	PE
Solange Lourenço Gomes	BA/RJ
Vitor de Souza Couto	RS
Wesley Macedo de Almeida	BA
A.S.	PE
I.V.	RS
J.S.	PE
M.P.	DF
S.R.	RJ

** No caso de pessoas que estão vivas, o UOL só publicou os nomes completos com autorização da própria pessoa ou da família.

Anexo E – Linhas do Terminal Grajaú

5630-10 – TERM. GRAJAÚ / METRÔ BRÁS
6003-10 – TERM. GRAJAÚ / TERM. VARGINHA
6016-10 – JD. NORONHA / TERM. GRAJAÚ
6016-41 – JD. PORTO VELHO / TERM. GRAJAÚ
6031-10 – JD. SÃO BERNARDO / TERM. GRAJAÚ
6034-10 – PQ. RES. COCAIA / TERM. GRAJAÚ
6050-10 – PQ. COCAIA / TERM. GRAJAÚ
6053-10 – JD. ELLUS / TERM. GRAJAÚ
6056-10 – PQ. STA. CECÍLIA / TERM. GRAJAÚ
6056-41 – VL. NATAL / TERM. GRAJAÚ
6057-10 – VL. NATAL / TERM. GRAJAÚ
6061-10 – JD. MARILDA / TERM. GRAJAÚ
6062-10 – JD. CASTRO ALVES / TERM. GRAJAÚ
607M-10 – TERM. GRAJAÚ / TERM. ÁGUA ESPRAIADA
6083-10 – JD. ELIANA / TERM. GRAJAÚ
6092-10 – JD. DAS PEDRAS / TERM. GRAJAÚ
6093-10 -VARGEM GRANDE / TERM. GRAJAÚ
6099-10 – DIVISA DE EMBU-GUAÇU / TERM. GRAJAÚ
6115-10 – CANTINHO DO CÉU / TERM. GRAJAÚ
6115-41 – PQ. RES. DOS LAGOS / TERM. GRAJAÚ
6116-10 – JD. PRAINHA / TERM. GRAJAÚ
6120-10 – JD. LUCÉLIA / TERM. GRAJAÚ
6726-10 – JD. GAIVOTAS / TERM. GRAJAÚ
675X-10 – TERM. GRAJAÚ / AACD-SERVIDOR
6970-10 – TERM. GRAJAÚ / TERM. STO. AMARO
6L11-10 – ILHA DO BORORÉ / TERM. GRAJAÚ
N601-11 – Linha Noturna TERM. GRAJAÚ / TERM. PQ. D. PEDRO II
N602-11 – Linha Noturna TERM. GRAJAÚ / TERM. STO. AMARO
N631-11 – Linha Noturna TERM. GRAJAÚ / TERM. STO. AMARO
N632-11 – Linha Noturna TERM. GRAJAÚ / TERM. STO. AMARO
N635-11 – Linha Noturna TERM. GRAJAÚ / JD. GAIVOTAS
N636-11 – Linha Noturna TERM. GRAJAÚ / JD. NORONHA
N638-11 – Linha Noturna TERM. GRAJAÚ / UNISA
N639-11 – Linha Noturna TERM. GRAJAÚ / VARGEM GRANDE

Anexo F – Rede de Serviços Socioassistencial na Capela do Socorro

Serviço de Saúde	Quant.
UBS – Unidade Básica de Saúde	27
AMA/UBS – Integrada	2
Hospital Geral	1
CER - Centro Especializado em Reabilitação	2
HD - Hospital Dia	1
Unidades de IST/AIDS	1
HM - Hospital Municipal e outros Hospitais	1
AMA ESPEC - Ambulatório de Especialidades	2
SAE - Serviço de Assistência Especializada	1
Unidades de Saúde Bucal	1
Unidades de Saúde Mental: - CAPS Centro de Atenção Psicossocial AD, ADULTO, Infantojuvenil	7
CECCO - Centro de Convivência e Cooperativa	1
UPA – Unidade de Pronto de Atendimento	2
URSI - Unidade de Referência à Saúde do Idoso	1
Serviço de Educação	Quant.
CEU - Centros Educacionais Unificados	5
EMEF – Escola Municipal Educação Fundamental	25
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil	17
CEI – Centro de Educação Infantil	40
Serviço de Assistência Social	Quant.
CREAS – Centro de Referência Especial de Assistência Social	1
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	2
CCA – Centro de Criança e Adolescente	23
CJ – Centro de Juventude	2
SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social	1
SPVV – Serviço de Proteção às Vítimas de Violência	2
SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente	S/I
SASF – Serviço de Atendimento Social a Famílias	6
CCINTER – Centro de Cidadania Intergeracional	1
MSE – Medida Socioeducativa	2
Circo Social	1
CEDESP - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo	1

Anexo G – Ata da Reunião de 24 de janeiro de 2013



REDE

ENFRENTAMENTO

A Rede de Enfrentamento à Violência, Exploração Sexual e Contra Crianças e Adolescentes em Capela do Socorro e Parelheiros

Ata de Reunião

São Paulo, 24 de janeiro de 2013
Supervisão Técnica de Saúde da Capela do Socorro

Estiveram presentes 18 pessoas representando 11 serviços e/ou órgãos públicos da região da Capela do Socorro e Parelheiros, dentre serviços da Assistência Social e Saúde.

Na oportunidade foi pauta:

- Reapresentação do POL Capela do Socorro e Parelheiros;
- Planejamento do Seminário de lançamento do POL.

As principais deliberações se referiram principalmente ao Planejamento do Seminário, primeiramente traçando como objetivo "Instrumentalizar e compromissar os trabalhadores do território dos recursos e estratégias de enfrentamento à violência e exploração sexual contra criança e adolescente adotados pela Rede de Enfrentamento" e público alvo "Trabalhadores que atuam com crianças e adolescentes em Capela do Socorro e Parelheiros". Dado o objetivo e público alvo do evento, os participantes da reunião concentraram-se no esboço do Cronograma propondo as atividades que serão desenvolvida, como segue:

- Apresentação minuciosa do POL Capela do Socorro e Parelheiros:
 - Marcos lógicos e legais;
 - Histórico local do POL;
- Apresentação de Dados Municipais e Locais relacionados ao Tema;
- Análise das Notificações; (Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes da Secretaria Municipal de Saúde)
- Projeto M. A. P. A – Monitoramento e Articulação pela Prioridade Absoluta: ESCCA em foco (realizado em 2010 pelo Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Interlagos, o CEDECA Interlagos)
- Relatório Preliminar Do Diagnóstico Rápido Participativo (POL Municipal)
- Apresentação do Documento Norteador para a Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência
- Data/ Local: dia 05 de Abril (sexta-feira), tendo o dia 04 de Abril, como uma alternativa caso haja algum impedimento no dia 05. O Local será em um CEU da região, ainda a definir.
- Composição da Mesa:

Os seguintes órgãos e entidades públicas serão convidadas a compor a mesa, entre parêntese os responsáveis pelo contato com os convidados:

- Com. Mun. de Enfrent. à Violência e Expl. Sexual contra Cça e Adls; (Everton, Aldeias Infantis)
- Vara da Infância e Juventude do Foro Regional de Sto. Amaro; (Betina, CRS Sul)
- Defensoria Pública da Cidade de São Paulo; (Betina, CRS Sul)
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente da São Paulo; (Everton, Aldeias Infantis)
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos; (Elizabeth, Ass. Saúde da Família)
- Coordenadorias Regionais de Saúde - Sul; (Betina, CRS Sul)
- Coordenadoria de Assistência Social - Sul; (Sidney, CREAS Capela do Socorro)
- Coordenadoria de Educação - Capela do Socorro; (Everton, Aldeias Infantis)
- Claudio Hortêncio, para palestra magna; (Marcia, CEDECA Interlagos)

Responsabilidades para a próxima Reunião	
Atividade	Responsáveis
Elaborar modelo de convite	Everton e Barbara
Capta local para o Evento	Claudia, SASF Varginha

Próxima Reunião

Será pauta: Avaliar propostas de atividades e cronograma do Evento e o Projeto Vira Vida

Dia 07/02/12 (quinta-feira) das 13hs30min às 15hs30min.

Local: CEDECA Interlagos

Endereço: Rua Nossa Senhora de Nazaré, 51, Cidade Dutra, próx. ao Hipermercado Sonda Cidade Dutra

Telefone: 5666.9861, falar com Márcia

Blog: <http://rededeenfrentamento.blogspot.com.br/>

PARTICIPANTES DA REDE:

